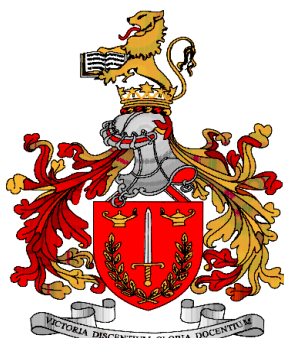


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**José Tiago Pereira Moreira**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projeto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

# **Evolução do Terrorismo Jihadista**

Orientador

**Prof. Doutor José Manuel Anes**

Lisboa, 26 de abril de 2012



JOSÉ TIAGO PEREIRA MOREIRA  
Aspirante a Oficial de Polícia

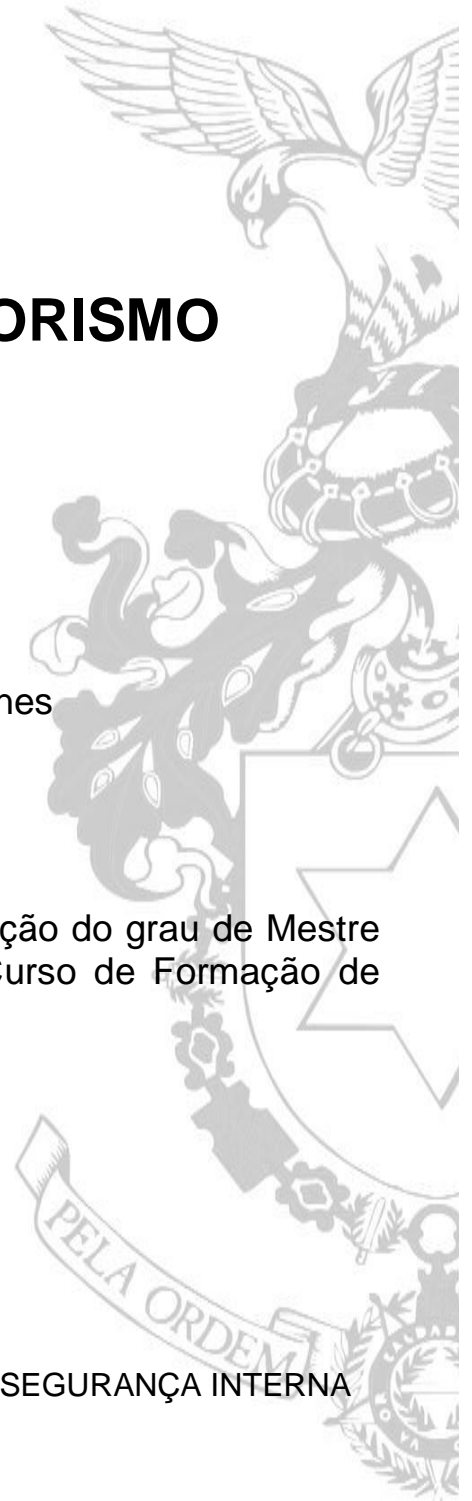
# **EVOLUÇÃO DO TERRORISMO JIHADISTA**

Orientador:  
Prof. Doutor José Manuel Anes

Trabalho de final de Curso conducente à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais e conclusão do XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Lisboa, 26 de abril de 2012



AOS MEUS PAIS,  
POR ME MOSTRARAM O CAMINHO ...  
AO MEU IRMÃO,  
PELO SEU APOIO INCONDICIONAL...

## AGRADECIMENTOS

Naturalmente, não posso deixar de manifestar o meu apreço por algumas pessoas que me apoiaram e que colaboraram comigo na feitura deste trabalho académico.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família e amigos por todo o apoio que deram ao longo destes cinco anos e, em especial, nesta fase final da elaboração da dissertação.

Em segundo lugar, agradeço aos meus camaradas de curso (XXIV CFOP) que me acompanharam durante estes 5 anos e com os quais partilhei momentos que recordarei com muita saudade.

Agradeço ainda:

- Ao Prof. Doutor José Manuel Anes por se ter sempre mostrado disponível e interessado na orientação da presente tese;
- Ao Mestre José Vegar pelos conselhos que me deu para a elaboração deste projeto.
- A todos os entrevistados pela disponibilidade que demonstraram.

A todos estes o meu muitíssimo obrigado.

Por fim, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento especial ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna pelos cinco anos de formação de qualidade que me proporcionaram e que estimularam não só o meu desenvolvimento profissional como pessoal.

## RESUMO

Neste trabalho procuramos investigar a importância do terrorismo *jihadista* contemporâneo. A referida tipologia de terrorismo emprega um volume de violência nas suas ações terroristas, com os objetivos de causar a morte ao maior número de inocentes e estabelecer um clima de medo. A ameaça corporizada por este tipo de terrorismo é sentida também na Europa e em particular em Portugal. Desta forma, é importante compreender o fenómeno para os membros do sistema de segurança nacional puderem adotar as melhores estratégias de prevenção.

Com este trabalho de investigação pretendemos apresentar as bases estruturais do fenómeno do terrorismo *jihadista*, para depois se observarem os seus efeitos, particularmente a ameaça *jihadista* em Portugal. Antes de concluir, na Europa há núcleos radicais e terroristas, tal como: em Espanha, França e Inglaterra, entre outros, e nunca será de menosprezar a ação de células terroristas no Magrebe e no Sahel, em especial as ações da Al-Qaeda do Magrebe Islâmico.

Por fim, conclui-se que apesar de se considerar que aparentemente em Portugal há uma boa integração das comunidades muçulmanas, tem-se detetado frangas radicais em território nacional. Em particular, deteta-se a existência de elementos fundamentalistas e imigrantes ilegais, a recolher dinheiro proveniente da *Zakat*, o que nos leva a afirmar que em Portugal existem condições para a formação de uma célula terrorista *jihadista*. Assim, adianta-se a hipótese de que Portugal corre o risco de sofrer um atentado *jihadista*.

**Palavras-chave:** terrorismo *jihadista*; *jihad*; prevenção e informações.

## ABSTRACT

In this work we intend to investigate the importance of the contemporary jihadist terrorism. The aforementioned terrorism typology encompasses a volume of violence on its actions, aiming to establish an horror climate, whilst performing the maximum number of killings. This threat is already present in Europe and particularly in Portugal. Furthermore, it is important to understand such phenomenon for members of the national security system in order to adopt the best strategies to prevent.

This research work intends to present the structural foundations of the phenomenon of jihadist terrorism, in particular its presence in Portugal. Before conclusion, there are already some radical and terrorist clusters in Europe, such as: Spain, France and England among others, and we should not underestimate terrorist action of Magrebe and Sahel cells, with a special attention to Al-Qaeda actions of Islamic Magrebe.

We conclude that despite the apparent good integration of muslim communities in Portugal, some radical riots have been detected in national territory, in particular the presence of fundamentalist elements as well as illegal emigrants is common, gathering money from *Zakat*, which lead us to considerate that there are plausible conditions for a jihadist terrorist cell to be formed in Portugal. We acknowledge that having this in account, it is also possible that Portugal might suffer a jihadist terrorist attempt.

**Keywords:** jihadist terrorism; jihad; prevention and information.

## LISTAS DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AIVD – *Dutch General Intelligence and Security Service*  
AQMA – Al-Qaeda e Movimentos Associados  
AQMI – Al-Qaeda do Magreb Islâmico  
CIA – *Central Intelligence Agency*  
CIL – Comunidade Islâmica de Lisboa  
CIP – Comunidade Islâmica em Portugal  
CPP – Código de Processo Penal  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
DVD – *Digital Versatile Disc*  
EUA – Estados Unidos da América  
EUROPOL – Serviço Europeu de Polícia  
FATF – *Financial Action Task Force*  
FBI – *Federal Bureau of Investigation*  
FP25 – Forças Populares 25 de abril  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
GSPC – Grupo Salafista para a Predicação e o Combate  
IDN – Instituto de Defesa Nacional  
LOIC – Lei Orgânica da Investigação Criminal  
NATO – *North Atlantic Treaty Organization*  
ONG – Organização não governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPC – Órgão de Polícia Criminal  
PJ – Polícia Judiciária  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
RASl – Relatório Anual de Segurança Interna  
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa  
SIRP – Serviço de Informações da República Portuguesa  
SIS – Serviço de Informações de Segurança  
UE – União Europeia

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO SOBRE O CONCEITO TERRORISMO .....</b>	<b>4</b>
1.1. CONCEITO DE TERRORISMO.....	4
1.1.1. GUERRA E TERRORISMO .....	7
1.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRORISMO .....	9
1.2.1. TERRORISMO RELIGIOSO .....	10
1.2.2. TERRORISMO JIHADISTA.....	11
1.3. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA FACE AO TERRORISMO.....	15
<b>2. DO ISLAMISMO FUNDAMENTALISTA TRADICIONAL À MODERNIDADE.....</b>	<b>18</b>
2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-RELIGIOSO DO ISLÃO .....	18
2.1.1. ALCORÃO .....	18
2.1.2. MAOMÉ .....	19
2.1.3. OS PRIMEIROS ANOS DO ISLÃO .....	20
2.1.4. OS PILARES DO ISLÃO .....	21
2.1.5. AS DIFERENTES RAMIFICAÇÕES DO ISLÃO .....	22
2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ISLAMISMO FUNDAMENTALISTA .....	23
2.2.1. ORIGENS E CAUSAS .....	23
2.2.2. CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES TRADICIONALISTAS.....	24
2.2.3. CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES MODERNOS.....	25
2.2.4. SALAFISMO .....	27
2.2.5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDAMENTALISMO JIHADISTA.....	28
<b>3. DA JIHAD AO JIHADISMO.....</b>	<b>30</b>
3.1. JIHAD.....	30
3.2. JIHADISMO GLOBAL.....	32
3.3. JIHADISMO GLOBAL NA EUROPA.....	34
3.3.1. AMEAÇA JIHADISTA.....	35



3.3.2. RADICALIZAÇÃO .....	36
3.3.3. HOMEGROWN TERRORISM.....	37
3.4. OS GRUPOS E AS CÉLULAS TERRORISTAS JIHADISTAS NA EUROPA .....	38
3.4.1. AL-QAEDA.....	38
3.4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	40
3.4.3. RECRUTAMENTO PARA A JIHAD.....	43
3.4.4. FINANCIAMENTO ECONÓMICO .....	44
3.4.5. MARTÍRIO .....	46
<b>4. PREVENÇÃO DO TERRORISMO JIHADISTA EM PORTUGAL .....</b>	<b>48</b>
4.1. A COMUNIDADE ISLÂMICA EM PORTUGAL .....	48
4.1.1. CARACTERÍSTICAS .....	49
4.1.2. COMUNIDADE ISLÂMICA DE LISBOA .....	50
4.2. ATENTADOS TERRORISTAS EM PORTUGAL.....	50
4.2.1. AL-QAEDA DO MAGREBE ISLÂMICO .....	52
4.3. AS INFORMAÇÕES NA PREVENÇÃO DO TERRORISMO JIHADISTA .....	53
4.3.1. PARTILHA DE INFORMAÇÕES .....	55
4.3.2. MODELO DE INVESTIGAÇÃO NO COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA .....	57
4.4. O SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL NO COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA.....	58
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>61</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>75</b>
ANEXO 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA.....	76
ANEXO 2 - ENTREVISTA AO MESTRE JOSÉ VEGAR.....	78
ANEXO 3 – ENTREVISTA AO MESTRE FELIPE DUARTE .....	85
ANEXO 4 - ENTREVISTA AO MAJOR-GENERAL RODOLFO BEGONHA.....	92

## INTRODUÇÃO

O terrorismo tem sido usado ao longo da História como instrumento extremo para a concretização de objetivos políticos. Com o desenvolvimento das sociedades, o terrorismo complexificou-se, e é exercido através de várias tipologias, onde se destacam o puro terrorismo político, mas também o terrorismo revolucionário e o terrorismo motivado pela religião (Iribarne, 2004).

O terrorismo religioso contemporâneo cresceu durante os anos 90 e início dos anos 2000 e afeta a “estabilidade política nacional” (Anes, 2006, p.83) de vários territórios e Estados. Este tipo de terrorismo revela níveis de violência intensos, acentuação da dimensão simbólica dos atos de medo e dano e o uso de ações bombistas-suicidas (2006).

O terrorismo *jihadista* ou islamita é uma das vertentes do terrorismo religioso. Todavia, é de salientar que não se pode associar todo o Islão ao terrorismo *jihadista*, uma vez que o Islão é uma Religião de Paz (Costa, H., 2003). Nos últimos anos, o Ocidente tem sofrido ações terroristas por parte de elementos islamitas. Esta vaga intensa de atentados teve o seu apogeu com o atentado de 11 de setembro de 2001 às *twin towers* do *World Trade Center*, nos EUA, a que se seguiram, para nomear apenas os de maior impacto, mais dois atentados na Europa – em 11 de março de 2004, em Madrid, e em 07 de julho de 2005, em Londres.

Até ao atentado de 11 de setembro de 2001, os Estados europeus, aparentemente, não consideravam o fenómeno *jihadista* como prioritário (Taarnby, 2005). Mas, com o dramatismo mediático e com os níveis de destruição das ações terroristas islamitas contra o Ocidente, tornou-se necessário estudar e estar atento a este fenómeno, em que os atentados foram planeados e executados, no âmbito da estratégia da *jihad global*, por membros da organização Al-Qaeda, dirigida pelo cidadão saudita Osama Bin Laden (Anes, 2006).

A Irmandade Muçulmana é a organização pioneira do terrorismo islamita. No entanto, só com o aparecimento da Al-Qaeda é que se torna visível a estratégia da *jihad* contra o Ocidente. A Al-Qaeda inicia-se como um grupo terrorista clássico, de estrutura vertical e hierarquizada, mas é hoje uma entidade disseminadora de uma ideologia e uma estrutura celular sem comando central, espalhada pelo mundo (Sageman, 2004).

As doutrinas que fundamentam o *jihadismo* entroncam na História cultural e religiosa do Islão, especificamente no conceito *jihad*, definido no *Alcorão*. No entanto, os vários ideólogos e praticantes fundamentalistas islâmicos adotam uma interpretação própria do conteúdo dos versículos do *Alcorão* e combatem todos os povos que

consideram inimigos do Islão, seja o inimigo próximo, os estados árabes laicos, seja o inimigo mais longínquo, que é o Ocidente, em especial os EUA. O combate ao inimigo longínquo é designado por *jihadismo global*, que tem por objetivos “a reconstituição do califado e da «*umma*»” (Anes, 2006, p.97), vindo a tornar-se num problema global (2006).

A temática do *jihadismo* tem provocado um contínuo debate nos *media* e na opinião pública, por várias razões. Uma dessas razões imbrica no Acordo Schengen, pois tornou mais fácil aos cidadãos circular em no território Europeu, o que permite uma maior liberdade aos radicais islamitas em circular na Europa. Desta forma, a ameaça na Europa tem-se globalizado. Esta ameaça encontra-se nalguns grupos, como a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico e reside também nos indivíduos que se auto radicalizam ou que ingressam no chamado *homegrown terrorism* (RASl, 2011).

No islamismo fundamentalista todos “os terroristas são radicais” mas, “nem todos os radicais são terroristas” (Gonçalves, 2011, p.4). Nos grupos islamitas radicais existem grupos que não apelam à violência. Por oposição, existem outros grupos que incitam à violência (2011), que são o objeto deste trabalho.

Para a concretização deste trabalho define-se a seguinte pergunta de partida: “*Estará Portugal vulnerável a um ataque de um grupo terrorista islamita?*”. E, para focalizar a nossa atenção nesta investigação foi necessário estabelecer cinco questões de investigação, as quais tentámos fechar ao máximo:

- a) Em Portugal existem células terroristas islamitas adormecidas?
- b) Os cidadãos islamitas portugueses e emigrantes ilegais que permanecem em Portugal recolhem fundos da *Zakat* para financiarem as células terroristas?
- c) É mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local do que um atentado realizado em Portugal por elementos aqui radicados?
- d) As informações recolhidas pelas forças de segurança são cruzadas para o Serviço de Informações de Segurança?
- e) O sistema de segurança nacional ter-se-á tornado mais eficiente face ao terrorismo?

Recorremos ao método científico por ser o único caminho num trabalho científico que permite “uma sequência de operações que dão resultados válidos, fiéis e reprodutíveis” (Freixo, 2011, p.145). Assim, optou-se por uma abordagem analítica de tipo descritivo por dois motivos. O primeiro, por ser o tipo de abordagem mais usada em áreas pouco estudadas (2011), como é o caso do fenómeno do terrorismo *jihadista*. O segundo motivo está relacionado com a dificuldade em penetrar nos grupos e nas células terroristas (Vegar, 2008), tornando impossível recorrer a abordagens mais rigorosas e precisas (Freixo, 2011).

De acordo com Denzin e Lincoln (1994, p.2) a investigação qualitativa é um "multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjetiva, isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno".

Klaus Jensen indica que o processo de pesquisa qualitativa pressupõe "criar um estudo empírico" com o objetivo de identificar uma dada realidade. Para isso, "deve ser examinada com referência a um objetivo teoricamente informado, ou conceptualizado, e de acordo com um procedimento sistemático de recolha e análise de informação" (Jensen cit. in Vegar, 2008, p.5). Portanto, Jensen indica que os processos qualitativos devem ser aplicados com recurso a técnicas (2008). Deste modo, para a obtenção dos dados da investigação qualitativa utiliza-se no campo a técnica da entrevista semiestruturada diretiva (Aires, 2011, p. 24).

A metodologia adotada nesta dissertação assenta na revisão da literatura existente sobre o objeto em estudo. Além disso, aplica-se a técnica da entrevista para se recolher a opinião dos especialistas sobre alguns aspetos do objeto em estudo, uma vez que "as entrevistas são uma verdadeira troca durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências" (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.192).

Ao longo do trabalho, encontra-se a escrita ao abrigo das novas regras de ortografia que entraram em vigor em janeiro de 2009.

Quanto à estrutura do trabalho, este é composto por quatro capítulos. O primeiro diz respeito ao enquadramento teórico do conceito terrorismo e incide na complexidade da definição conceptual. Faz-se ainda uma análise da evolução do terrorismo e das diversas tipologias do conceito, bem como se discute a importância da segurança no terrorismo.

O segundo capítulo compreende o enquadramento histórico-religioso do Islão, bem como a descrição da evolução das ideias dos principais impulsionadores do islamismo fundamentalista.

No terceiro capítulo analisa-se o tema da *jihad* e os fundamentos que levaram ao *jihadismo global*. Seguidamente, aborda-se a ameaça do *jihadismo* na Europa. Posto isto, é feita uma descrição estrutural, orgânica e funcional dos grupos e das células terroristas.

Por último, no quarto capítulo privilegia-se a prevenção do terrorismo *jihadista* em Portugal. Inicia-se com a apresentação da Comunidade Islâmica, elenca-se os atentados terroristas em Portugal e expõe-se a importância das informações na prevenção do terrorismo, bem como se descreve o método de investigação em Portugal. Para terminar, faz-se uma análise ao sistema de segurança nacional atual e apresentam-se as conclusões e reflexões finais.

# 1. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO SOBRE O CONCEITO TERRORISMO

## 1.1. CONCEITO DE TERRORISMO

O terrorismo não é um fenómeno novo, mas no presente século XXI é um conceito que faz parte integrante da vida dos cidadãos e tem-se mostrado como uma das armas mais mortíferas da humanidade. Segundo José Vegar (2007, p.163) para os Estados e grupos de cidadãos o terrorismo é visto como uma forma de “violência armada criminosa”, enquanto para as organizações terroristas e seus apoiantes este assume-se como uma “arma política legítima”.

Antes de se operacionalizar o conceito de terrorismo, considera-se fundamental definir a origem do termo. Nuno Rogeiro afirma que “o nascimento do conceito terrorismo é ambíguo” (2004, p.526). As primeiras formas de terrorismo apareceram há pelo menos dois milénios com as guerras travadas no I século d.C. entre os Zelotes e os Romanos. Os Zelotes foram um grupo de carácter religioso, militarista e essencialmente revolucionário que acreditavam que só poderia existir um governo teocrático ocupado por judeus, recusando-se à governação Romana (Burguess, 2011).

O conceito terrorismo deriva da palavra “terror” – e surgiu pela primeira vez no dicionário da Academia Francesa para se referir ao período do “Reino de Terror”. Este período reporta-se aos conflitos políticos desencadeados pela Revolução Francesa, entre março de 1793 e julho de 1794, pelo partido jacobino de *Maximilien Robespierre*, existindo o recurso efetivo a formas de violência extrema que levou a execuções em massa (Costa, J., 2004).

Barra da Costa refere que o sentido da palavra terrorismo foi evoluindo ao longo dos tempos e tornou-se sistemático a partir da segunda metade do século XIX, quando se começou a assistir na Europa as operações realizadas por anarquistas contra os regimes que vigoravam nos seus países (2004). A partir desse momento o terrorismo torna-se “uma arma de eleição de grupos e partidos políticos, independentemente da sua ideologia ou programa” (Vegar, 2007, p.163).

O terrorismo marca presença numa variedade de cenários onde existem conflitos políticos e militares. Assinala presença obrigatória em Estados onde existem ações/atentados de regimes totalitários: nas lutas anticoloniais, nas disputas entre nações, estados ou organizações pelo mesmo território ou pela independência, nos conflitos religiosos entre populações ou nações com credos diferentes, no separatismo e no combate a estados considerados imperialistas pelos seus inimigos (Vegar, 2007).

Na atualidade não existe uma definição consensualmente aceite. O que parece existir é um conjunto de características de base comum que permitem a formulação teórica entre as distintas formas de terrorismo, não esquecendo que cada tipologia de terrorismo tem as suas particularidades. Felipe Duarte esclarece que definir o fenómeno terrorista torna-se um risco, pois irá com certeza escapar sempre algum pormenor (2009, p.71). Em contraponto, Garcia Leandro (2004) indica que, o que é aceite universalmente, é a definição de ato terrorista, e dessa definição é que se retiram aproximações para estreitar o conceito de terrorismo.

A União Europeia considera como ato terrorista:

“todos os atos suscetíveis de afetar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu autor os pratique com o objetivo: intimidar gravemente uma população ou constranger indevidamente os poderes públicos; ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato; ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional” (2002).

De acordo com Rogeiro o terrorismo significa “o sistema, ou o regime, baseado no medo, quer dizer, no impacto psicológico negativo (sofrido por indivíduos, grupos, massas) provocado por atos de violência calculada” (2004, p.525) e com o objetivo de atingir como fim algo que vai para além das vítimas (Barbosa, 2006).

Adriano Moreira afirma que o terrorismo, em vez de combater os exércitos, prefere atacar as populações inocentes para “quebrar o pilar da confiança que as liga ao poder legítimo, explora os meios de comunicação social do adversário” para maximizar os efeitos dos atentados, tendo o cuidado de selecionar os tempos que permitam a transmissão do atentado quase em direto (2004, p.9). Com esta definição, Moreira introduz duas novas características fundamentais do terrorismo que são: o uso de inocentes e da comunicação social (2004).

Os inocentes acima referidos são usados para forçarem o Estado a ceder aos objetivos dos terroristas, quebrando deste modo a confiança entre a sociedade civil e o Estado (Moreira, 2004). Estes inocentes podem ser pessoas de grande notoriedade ou especialmente indefesas, como é o caso das crianças e dos idosos.

Nas sociedades denominadas “livres”, em que não existe a censura dos meios de comunicação social, o impacto mediático é extremamente eficaz (Sanmartín, 2005). Através dos meios de comunicação social, as pessoas não poderão assistir *in loco*, mas terão acesso à informação dos atentados com a maior brevidade possível. Portanto, os terroristas aproveitam-se das vantagens da comunicação social para rapidamente propagarem o medo às sociedades que não foram afetadas pelo atentado.

O exercício do terrorismo assenta em três aspetos fundamentais: o primeiro é uso da violência como modo de ação; o segundo é que ação terrorista procura impor na

sociedade um clima de terror e um sentimento de medo. Por fim, a atuação terrorista é exercida quase sempre com uma finalidade política (Iribarne, 2004).

Do ponto de vista dos Estados e das vítimas, o terrorismo é visto como um ato político, injustificado e ilegítimo (Iribarne, 2004). É também um meio para atingir um fim, tendo vinculados objetivos imediatos e mediatos (Lara, 2004), e que nas últimas décadas se tem servido dos meios de comunicação social como veículo privilegiado para a rápida propagação da sua mensagem e das suas atividades (Sanmartín, 2005).

As atividades terroristas são todas as ações produzidas por indivíduos que têm fins políticos violando gravemente todos os Direitos, Liberdades e Garantias do cidadão. Sousa Lara elenca um conjunto de características, ao qual as atividades podem ser classificadas, sendo elas: através dos agentes, meios, finalidades, duração, extensão, objetivos, entre outras. Contudo, a característica que merece particular destaque são os objetivos, que podem ser imediatos ou mediatos (2004).

Os objetivos imediatos centram-se em dois grupos de atividades terroristas. O primeiro é o grupo do terrorismo indiscriminado que significa que os atentados visam a criação de danos, independentemente de o alvo ser de grande ou pequena notoriedade, sendo o local irrelevante. No segundo grupo enquadra-se o terrorismo seletivo que significa o oposto, ou seja, as atividades terroristas que se vinculam no terrorismo seletivo definem como alvo do atentado uma determinada entidade num determinado local (Lara, 2004).

Os objetivos mediatos também decompõem-se nos mesmos dois grupos dos objetivos imediatos. Assim, o terrorismo indiscriminado nos objetivos mediatos centra-se no “assalto ao poder político derrotado” (Lara, 2004, p.455). Para conseguir este objetivo, os terroristas têm de propagar pela sociedade uma coação psicológica com o objetivo de expandir o medo às sociedades. Estas, por sua vez, ao sentirem-se ameaçadas irão chantagear as instâncias do poder, tais como: as instituições governamentais, civis e mesmo militares. Desta forma, estas instituições veem-se obrigadas a cederem aos objetivos dos terroristas. Em contraponto, o terrorismo seletivo faz chantagem diretamente às instâncias que lhes oferecem obstáculos à sua atividade, “no ponto de vista da estratégia subversiva” do Estado (2004).

O terrorismo tem evoluído ao longo dos séculos e na década de 60 inaugura a sua internacionalização com um incidente que marca a História. Muito sinteticamente, este atentado aconteceu no dia 22 de julho de 1968, quando três membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina tomaram de assalto um avião da companhia israelita *El Al* durante o voo entre Roma e Tel Aviv, obrigando-o a aterrar na Argélia (Fernandes, 2004). Este atentado marca, não só a estreia da internacionalização do terrorismo, mas também o início do uso de novas formas de atuação das diversas organizações terroristas.

Outro atentado que marcou também a História foi a 5 de setembro de 1972, quando oito terroristas do grupo palestino *Setembro Negro* invadiram as instalações do Complexo Olímpico de Munique e mataram dois atletas, fazendo nove reféns (Sanmartín, 2005).

Chegando a este ponto é importante que não se confunda terrorismo com outros fenômenos violentos. Desde logo, o terrorismo tem algumas particularidades, já anteriormente referidas, em que a ação terrorista é um ato premeditado cujas vítimas pertencem à população dos não combatentes (Anes, 2006). A característica que mais distingue os terroristas dos outros fenômenos violentos é a finalidade do terrorista que não é tanto matar, mas sim difundir e expandir o terror à população civil. O terrorista pretende “matar um cidadão para aterrorizar mil” (Sanmartín, 2005, p.23).

Em suma, apesar da dificuldade em definir terrorismo, consideramos que é um fenômeno complexo que utiliza um volume de violência colossal como modo de ação, procurando estabelecer na sociedade um clima horror e medo. E, as suas ações têm quase sempre por objetivo uma finalidade política.

#### **1.1.1. GUERRA E TERRORISMO**

Segundo Loureiro dos Santos a palavra guerra tem origem “num grito de combate, um som gutural – *werra* – donde derivam as formas da língua latina” (1983, p.197). Para que uma luta mereça ser classificada como guerra é necessário que se verifiquem cumulativamente as três premissas seguintes: desenvolver-se entre grupos, possuir uma forma de combate organizada e que o objetivo seja servir interesses políticos (1983).

Considera-se guerra todo o “ato violento que atue sobre um homem ou grupo humano, física ou psicologicamente, obrigando-o, embora muitas vezes sem que ele o pressinta, a tomar determinada atitude” (Clausewitz cit. in Santos, 1983, p.198).

Moreira apresenta uma definição mais recente, afirmando que o exercício da guerra encontra-se no uso da “violência armada contra as pessoas e contra as coisas, sem hesitações sobre o aniquilamento de ambas, até à eliminação de qualquer resistência à imposição da vontade do interveniente vencedor” (2010, p.110).

Nos primórdios, o objetivo da guerra era obrigar determinado Estado a submeter-se aos objetivos do Estado vencedor. Só quando o Estado vencido reconhecesse a cedência, normalmente através de conferência de paz, é que a guerra terminava. Com a evolução dos meios de combate, atualmente, a guerra centra-se na eliminação do adversário como sendo necessário para a concretização dos objetivos (Moreira, 2010, p.110).



Muito genericamente, as guerras podem classificar-se em três núcleos (Costa, F., 2008, p.241): as guerras pela autonomia ou pela sucessão, as guerras civis e as guerras contra o poder colonial. As guerras pela autonomia são aquelas em que um determinado Estado agride a soberania e a integridade territorial de outro.

As guerras civis são um instrumento de recurso das comunidades políticas que aspiram à independência e ao livre exercício da soberania ou quando um determinado grupo organizado, seja partido político, seja uma mera facção do Estado, pretende influenciar a sua orientação política. Este tipo de guerra tem como característica principal o “combate de grupos organizados, partidos ou facções em luta poder político” (Costa, F., 2008, p.241).

As guerras coloniais acontecem quando uma Estado industrializado deseja apropriar-se de uma sociedade agrícola e os membros dessa sociedade não aceitam essa apropriação, revoltando-se contra esse Estado (Santos, 1983).

Os Estados recorrem à guerra especialmente com os fins de resguardar os seus interesses legítimos ou ilegítimos; difundir os seus valores morais ou espirituais; impor o triunfo de grupos étnicos que se consideram superiores e, por fim, para modificar a ordem política e social internacional (Moreira, 2010).

Ao longo dos anos tem-se confirmado que a guerra não resolve os problemas interestaduais, nem mesmo os “dividendos da paz” (Moreira, 2010, p.111) compensam o número de homens que morrem no campo de batalha. Por isso, o ideal é prevenir este tipo de conflitos, iniciando as reformas no nível jurídico, onde o “direito procura eliminar a legitimidade da guerra” (2010, p.111) e deve-se finalizar no nível político, sendo que o ideal é que este nível se vá aproximando do nível jurídico.

A guerra e o terrorismo têm objetivos diferentes. Na guerra os soldados lutam contra um inimigo que os enfrenta, no terrorismo mata-se pessoas não combatentes para amedrontar uma audiência (Sanmartín, 2005). Contudo, a guerra pressupõe sempre o uso da violência com fins políticos, o que levou Clausewitz a considerá-la como a continuação da política por outros meios (Clausewitz in Santos, 1983).

As guerras contemporâneas crescem num mundo cada vez mais assimétrico, onde existem grandes desequilíbrios. Estas guerras, denominadas guerras assimétricas, são desenvolvidas pela superioridade dos meios militares (exemplo: telefones por satélite) dos Estados ocidentais, em particular os EUA, contra um adversário que se vê obrigado a recorrer a métodos tradicionais, que por vezes são rudimentares (exemplo: na Somália – uso dos tambores) (Garcia, 2010). Este tipo de guerra de desgaste, sem frentes nem retaguarda, expressa a sua violência através de atos de guerrilha, de guerra informal, de crime organizado e de terrorismo, entre outros, dependendo da imaginação e da motivação do adversário (Romana, 2005).

Para terminar, conclui-se que o terrorismo contemporâneo é uma guerra assimétrica de quem tem poucos meios.

## 1.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRORISMO

O espaço geoestratégico criado com o fim da Guerra Fria, em 1989, foi muito importante para o terrorismo. Por um lado, foi suscetível e propício à criação de novos tipos de terrorismo, provocando desde início alguma controvérsia no meio académico sobre a tipificação das suas ideologias e tipologia (Vegar, 2008). Por outro lado, é o marco histórico da “transnacionalização” do terrorismo (Duarte, 2009).

O terrorismo foi evoluindo ao longo dos tempos e na linha de pensamento de San Pedro (2004) divide-se em cinco etapas:

- A primeira é marcada pelo aparecimento do fenómeno do terrorismo político, ligado ao período jacobino da Revolução Francesa (Pedro, 2004).

- A segunda etapa é denominada pelo terrorismo revolucionário que surge na Europa e nos EUA entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Este tipo de terrorismo está ligado aos regimes marxistas e anarquistas. Os revolucionários consideravam-se uma vanguarda esclarecida que sabia o que era melhor para eles e por isso aproveitavam-se do uso do terror para executar os seus inimigos. Esta execução servia ao mesmo tempo para aniquilar os seus opositores e para afastar qualquer futura manifestação de oposição (Barbosa, 2006).

- A terceira etapa corresponde à filosofia nacionalista – independentista, ligada a irrupção do Nacionalismo no século XX (Pedro, 2004). Esta filosofia também é fruto da Revolução Francesa e principalmente dos valores subjacentes a essa revolução, tais como os valores da liberdade e igualdade. Esta vertente de terrorismo surge face à consciencialização dos povos de que possuem uma identidade e por isso, querem a independência dos Estados considerados tiranos (Barbosa, 2006).

- A penúltima etapa do terrorismo está ligada à anterior e compreende os Movimentos de Libertação Nacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os colonos começaram a juntar-se em grupos denominados *grupos de libertação* com o objetivo de se oporem aos governos coloniais. Por essa razão, recorrem à violência e a atos bárbaros para expulsarem os governantes do seu território, por um lado, por outro lado, usam-na contra os “nativos acusados de colaborar com o ocupante” (Barbosa, 2006, p.25).

- Finalmente, e não menos importante, surge a última fase do terrorismo, que é caracterizada pelo terrorismo contemporâneo. Este tipo de terrorismo apareceu na década de 70 e é descortinado exaustivamente por Paul Wilkinson, decompondo-o em

cinco categorias. A primeira é constituída por movimentos nacionalistas e minorias étnicas ativas, presentes em países desenvolvidos; a segunda incorpora os movimentos defensores da ideologia revolucionária; a terceira categoria absorve os grupos exilados; a quarta engloba os grupos tradicionais que recorrem a outros grupos para recrutar elementos. E por fim, aparece a categoria do fanatismo religioso (Wilkinson in Pedro, 2004).

### **1.2.1. TERRORISMO RELIGIOSO**

Na linha de pensamento de Sousa Lara (2004), o terrorismo não é só utilizado na estratégia de “subversão ao Estado”, isto é, na estratégia da sociedade danificar ou mesmo destruir o seu próprio Estado, sendo utilizado também na “estratégia contrassubversão” (2006, p.54). O Estado, por vezes, recorre também ao terrorismo, seja para impor o terror no seu próprio Estado seja para aterrorizar outro Estado. Esta modalidade de terrorismo, designa-se por *terrorismo de Estado*, e acontece propriamente quando o Estado ataca e tortura os seus próprios civis e quando cria organizações para fazerem frente a outras organizações terroristas. Rui Pereira refere que há Estados que apoiam e incentivam materialmente as ações de organizações terroristas internacionais para combaterem, “fora do quadro da guerra clássica, outros Estados” (2006, p.54).

Bruce Hoffman (2006a) indica que a maior parte dos teóricos considera que os terroristas são motivados, com algumas exceções, por razões políticas específicas ou por fundamentos religiosos. O terrorismo motivado por razões políticas específicas, normalmente, é formado por grupos fechados. A ideologia destes grupos é basicamente a luta contra o Estado, contra as corporações empresariais e mesmo contra a própria sociedade. Estes grupos são “acusados de crimes nunca penalizados e isentos de condenação pela maioria da população” (Vegar, 2008, p.12). Exemplo disso foi o atentado de *Oklahoma* em 1995, nos Estados Unidos da América, que vitimou sensivelmente 168 pessoas.

O espanhol José Sanmartín (2005) classifica o terrorismo em laico e religioso. O terrorismo laico assenta em três premissas: possuem uma estrutura fortemente hierarquizada; desfrutam de uma ideologia nacionalista ou extremista, em particular extrema-esquerda e por fim, a finalidade é matar poucos cidadãos e propagar o terror a muitos. Os grupos que fomentam este terrorismo organizam-se em três ramos: militar, responsável por efetuam as respetivas ações terroristas; o ramo político é o encarregado de transmitir uma imagem de possível acordo entre as partes, servindo de interlocutores; e o ramo social que aproveita os meios de comunicação social para transmitirem as suas mensagens e para mostrarem à população os seus atentados (2005).

Quanto ao terrorismo religioso, Schmidt refere que “é um método de combate em que as vítimas servem de alvos simbólicos. Os atores violentos são capazes de produzir um estado crónico de medo ao utilizar a violência para além do campo do comportamento normativo” (Schmidt cit. in Anes 2006, p.90). Estes atos produzem uma audiência que vai para além das vítimas imediatas. Por outras palavras, um dos objetivos é expandir o terror às vítimas mediatas, vindo a resultar numa “mudança das atitudes e ações do público” (2006, p.90). Além disso, os seguidores deste terrorismo são motivados “no todo ou em parte de um imperativo religioso” (Hoffman, 2006a, p.83) que os afasta das “limitações sociais de violência” (Anes, 2006, p.91) e de qualquer responsabilidade moral (Hoffman, 2006a).

As ações terroristas desencadeadas com base na ideologia do terrorismo religioso têm duas características que estão patentes: a “matança indiscriminada de vítimas e a não inocência das mesmas” (Anes, 2006, p.92). Estas ações de derramamento de sangue possuem um carácter extremamente violento que levam à expansão do medo e do horror, através da seleção de um alvo simbólico (2006).

Hoffman inclui no quadro de referência dos terroristas religiosos a vontade de “eliminar inimigos definidos segundo critérios muito amplos”, que se resumem na eliminação do não - crente e não uma eventual conversão (2006a, p.89).

Por fim, pensamos que o terrorismo religioso é marcado pelo elevado número de vítimas que causa e pela acentuação da dimensão simbólica nas ações terroristas. Além disso vai dar origem ao terrorismo *jiihadista*.

### **1.2.2. TERRORISMO JIHADISTA**

Ao longo da História temos assistido ações terroristas de vários grupos de diferentes origens religiosas, como por exemplo: origem *católica*, *judaica*, *hinduísta* e *islamita*. Porém, por uma questão de método e acima de tudo por ser objetivo global do trabalho focalizar-se-á nos grupos que praticam atos terroristas motivados por correntes ou doutrinas islamitas.

Adelino Torres considera que o terrorismo islamita ou *jiihadista* é “uma forma de violência massificada que não tem paralelo na História, tanto mais que a probabilidade de utilização de armas de destruição massiva” depende simplesmente da capacidade técnica (2004, p.118). Esta modalidade de terrorismo foi definida por Magnus Ranstorp

como uma nova era de conflito, designando-o por “guerra de 4.<sup>a</sup> geração<sup>1</sup>”, referindo que a nova geração de terrorismo é protagonizada por entidades celulares terroristas (2007, p.5).

Fraga Iribarne menciona que o terrorismo *jihadista* consiste, essencialmente, em aterrorizar elementos civis de um determinado Estado, podendo socorrer-se de meios não convencionais, como armas de destruição em massa, nucleares, químicas e biológicas. O objetivo é condicionar os decisores políticos na sua ação de luta contra o terrorismo, sendo o seu objetivo final a expansão da fé e da lei islâmica, isto é, pretendem através do terror instaurar uma ditadura islamita radical (2004).

O terrorismo *jihadista* ganha sustentabilidade como um problema sério da humanidade principalmente nos finais do século XX, “de tal forma que chegou a alterar a estratégia militar da hiperpotência sobrevivente à Guerra Fria” (Rogeyro, 2004, p.532). Adicionalmente é a nova ameaça à paz e à segurança da comunidade internacional no presente século.

O terrorismo praticado pelos vários movimentos muçulmanos é teoricamente suportado por várias correntes ou doutrinas islamitas. Nos EUA e na Europa são categorizadas por fundamentalismo islamita ou mesmo só por *jihadismo*. Considera-se, em termos latos, que neste tipo de terrorismo há uma “obediência rígida aos ensinamentos do *Alcorão*” que “contempla o dever do fiel muçulmano de combater através da violência” todos os que não aceitam a palavra de *Alá* e limitam o poder, a difusão e expansão do islamismo (Vegar, 2007, p.165).

Os praticantes deste tipo de terrorismo agregam-se em dois grupos. No primeiro grupo enquadram-se os cultos ou as seitas reclamantes de serem privilegiados numa relação próxima de Deus, que normalmente “não tem uma vinculação a religiões consagradas” (Vegar, 2007, p.165). Têm por objetivo a aniquilação dos seus inimigos e fazem-no sempre em nome de valores metafísicos, acreditando que os seus membros de culto possuem ordem divina para eliminar os indivíduos que considerem ser pecadores. Acreditam ainda que *Alá* e o seu *Profeta Maomé* lhe concedem o direito absoluto de habitar o mundo. No segundo grupo reúnem-se os grupos ou seitas que protestam contra princípios adotados em religiões consagradas (2007, p.165), tais como o Islão ou o Budismo.

Os adeptos deste tipo de terrorismo utilizam as mais avançadas e modernas tecnologias de informação e comunicação para propagação do terror; para difundirem os seus objetivos e as suas crenças; para captarem novos recursos humanos e materiais e

---

<sup>1</sup> A guerra de 1.<sup>a</sup> geração diz respeito a guerras como as napoleónicas; a 2.<sup>a</sup> geração diz respeito à Guerra Civil norte-americana e à Grande Guerra; a 3.<sup>a</sup> Geração diz respeito à II Guerra Mundial, com a tónica em manobras e veículos blindados (Ranstorp, 2007).

para comunicarem com os vários grupos operacionais. Conseguem fazer tudo isto sempre com a máxima descrição e anonimato (Vegar, 2007).

Os terroristas não só realizam atentados em massa, como também realizam atentados contra vítimas indiscriminadamente. Portanto, acreditam que o que é importante não é a vida humana, mas sim o símbolo que essa vida humana representa (Duarte, 2009). Como mero exemplo, o atentado de 2001 às torres gémeas dos EUA foi feito por estas representarem o símbolo da economia americana e para atentar contra a superpotência no seu território. Efetivamente verifica-se que este tipo de terrorismo pode ser considerado de âmbito internacional pois os seus grupos utilizam diversos Estados para planificarem os seus objetivos, para se financiarem e para atuarem.

Outra das características é que os islamitas aproveitam-se das fragilidades do Ocidente para se estabelecerem e retirarem vantagens do plano económico, operativo, e mesmo tático (Iribarne, 2004). Os terroristas, por um lado, dizem-se vítimas do Mundo Ocidental, por outro lado, aproveitam-se das vantagens dos países ocidentais e utilizam os meios do inimigo para-o combater. Tudo isto é possível, principalmente, pelo facto das sociedades ocidentais contemporâneas serem abertas e interligadas.

Haddad refere que os islamitas sentem-se vítimas das circunstâncias históricas e de forças conspirativas motivadas pelo ódio. Esse sentimento de vitimização inicia-se com as Cruzadas, atravessa a Reconquista e tem vindo a agravar-se até ao presente século (Haddad in Pinto, 2004). Esta animosidade contra o Ocidente atinge o seu apogeu nos finais do século XIX, por causa da “imposição do domínio colonial e da presença imperial europeia” (Pinto, 2004, p.495). É partir desse momento que a supremacia do Ocidente perante o Oriente se tornou uma realidade presente no quotidiano dos muçulmanos. Os islamitas contemporâneos apontam essa época como a “principal responsável pelo declínio das sociedades islâmicas” (2004, p.495).

No final da I Guerra Mundial, as potências europeias, França e Inglaterra, dividiram o Império Otomano em Mandatos que distribuíram entre si. Porém, tinham prometido ao *Sherife* de Meca que no final da guerra iriam conceder a independência ao Mundo Árabe, em troca da cooperação dos árabes na luta contra o inimigo turco. O incumprimento dessa promessa alimentou nos islamitas um “velho ressentimento” de humilhação, porque esse Mandatos deram lugar a Estados que na ótica dos islamitas “fraturaram para sempre a *Umma* e que instalaram a divisão e a discórdia entre os muçulmanos – causa da sua fraqueza” (Pinto, 2004, p.495).

Farad Kosrokhavar distingue humilhação em três tipos: primeiro, “a que nasce da inferioridade social e da marginalidade económica”; segundo, a noticiada pelos meios de comunicação social que glorifica a ofensiva ocidental contra o mundo muçulmano e ainda

a humilhação que reside na “ameaça cultural e religiosa de um Ocidente laico e dominador” (Kosrokhavar cit. in Anes, 2006, p.104).

Na linha de pensamento de José Anes, a principal motivação dos radicais islamitas é o facto de possuírem um profundo sentimento de humilhação. A humilhação está ligada à infraestrutura enquanto o sentimento de humilhação está aliada à ideologia. Nos países muçulmanos, através da influência dos fundamentalistas, vive-se com intensidade o sentido da vida e acreditam numa absoluta leitura e interpretação do mundo. Assim, admitem que o Ocidente humilha os seus valores e as suas crenças. Os islamitas consideram que a cultura ocidental é uma autêntica barbaridade, pois são apologistas de valores como por exemplo: o materialismo, hedonismo, igualdade entre sexos e a homossexualidade masculina e feminina (2006).

Fazendo uma breve comparação do terrorismo *jihadista* com as restantes tipologias, constata-se que enquanto nas fases anteriores o terrorismo caracteriza-se por ambições de carácter local e por motivações normalmente associadas a conjeturas nacionalistas. Os objetivos residem em alterações políticas ou de autonomia territorial e por isso os seus atos são calculáveis, logo as negociações podem ser celebradas e os conflitos resolvidos. Por oposição, o terrorismo *jihadista* (Crenshaw cit. in Coolsaet, 2008) tem fins ilimitados e não-negociáveis. Rejeitam qualquer tipo de valores, cultura, civilização ou até mesmo a existência do Ocidente, sobretudo dos EUA. Os seus atos são levados a cabo por terroristas que não têm qualquer respeito pela vida e dignidade humana. Desta forma, a violência assume um papel fulcral, que em último rácio - matar não se trata de um meio para atingir um fim, mas sim um fim em si mesmo.

Uma das características mais notáveis dos atentados *jihadistas* é o recurso aos bombistas-suicidas<sup>2</sup>. Estes são indivíduos dotados de uma “mescla de fé, de fanatismo e de violência” (Baêna, 2006, p.172), que sustenta a psicologia de quem se dispõe a imolar por uma causa, infligindo o maior número de vítimas possível (2006).

Em suma, o terrorismo *jihadista* é “uma batalha ideológica a vencer pelo Ocidente” (Clemente, 2008, p.99), tendo sempre presente o respeito pela fé islâmica. Evidentemente, que nem todos os terroristas contemporâneos são muçulmanos e “nem sequer a maioria dos muçulmanos apoia o extremismo<sup>3</sup>” (2008, p.99).

---

<sup>2</sup> No terceiro capítulo escrutina-se a temática do suicídio/martírio.

<sup>3</sup> Segundo o relatório do *National Counterterrorism Center*, entre 2005 e 2009, mais de 50% das vítimas dos atentados *jihadistas* no mundo foram muçulmanos (2010).

### 1.3. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA FACE AO TERRORISMO

A tarefa fundamental de um Estado de Direito Democrático é a defesa e garantia dos direitos e liberdades do cidadão. Marcello Caetano menciona que para o Estado conseguir os seus intentos na garantia do respeito pelos direitos fundamentais é obrigado a constituir uma força capaz de servir os interesses vitais da comunidade. Por um lado, esta força tem de ser capaz de garantir a estabilidade dos bens e, por outro lado, tem de ser competente na garantia da “duração das normas e da irrevogabilidade das decisões do Poder que importem justos interesses e respeitar” (2010, p.145). Por outras palavras, o Estado vê-se obrigado a delegar na Polícia a função de defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna e os direitos do cidadão. No caso específico Português essa delegação encontra-se na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 272º.

Numa sociedade onde predomine “a desordem, o vandalismo, a irresponsabilidade, a impunidade” (Valente, 2000, p.27) é impossível que exista bem-estar económico, social e cultural, nem existirá a liberdade adequada e pretendida para exercerem os direitos fundamentais. Por esta razão, os cidadãos devem entender a segurança como a “forma ativa de participação na organização política da sua comunidade” (2000, p.27). Deste modo, o Estado Português deve garantir a *segurança* como um dos direitos fundamentais do cidadão, que no caso português vem definido no n.º1 do artigo 27º da CRP.

A tarefa fundamental do Estado converge na manutenção da segurança interna que, nos termos do n.º 1 do artigo 1º da Lei de Segurança Interna, consiste na

“atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

A segurança é um “bem jurídico coletivo ou supra individual” (Valente, 2004, p.422), que se configura na liberdade para se puder usufruir dos direitos fundamentais. Contudo, para o Estado conseguir garantir a prossecução das suas tarefas fundamentais é obrigado a impor aos cidadãos restrições de direitos, liberdades e garantias. Deste modo, estas restrições devem entroncar em indivíduos que pratiquem crimes horríveis, como é o caso dos atos terroristas, cuja punição deve ser um “ato de justiça e não de vingança” (2004, p.422). Ainda assim, estas restrições não podem ser absolutas, ou seja, as restrições devem obrigatoriamente respeitar a liberdade individual, tendo obrigatoriamente que existir um equilíbrio entre as necessidades de segurança e os direitos fundamentais sacrificados (2004).



As restrições acima mencionadas são necessárias, pois não se pode entrar num clima onde predomine o excesso securitário. Portanto, em caso algum poderá ser permitido o uso da tortura de indivíduos que cometeram atentados ou que estavam prestes a cometê-lo com o objetivo de extrair informação. No caso específico Português, a tortura é um método proibido de prova (art.º 126 CPP), o que “determina a impossibilidade de a prova ser produzida, admitida ou valorada em qualquer fase do processo” (Pereira, 2006, p.73).

No presente século, a maioria dos fenómenos que afetam a segurança interna são cada vez mais de cariz transnacional ou internacional, como é o caso do terrorismo *jihadista*. Quer isto dizer que a ameaça atual é de cariz global, logo não se considera correto falar em segurança interna mas sim, em segurança nacional (Carvalho, 2009).

O Instituto de Defesa Nacional definiu, nos anos 80, a segurança nacional como

“a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional” (IDN cit. in Ribeiro, 2011, p.6).

Abel Cabral Couto afirma que o conceito de segurança nacional deve ser entendido de forma mais abrangente, abarcando

“um conjunto de interesses, que podem ir desde a garantia de acesso a matérias-primas essenciais, até à proteção de investimentos e de cidadãos nacionais no estrangeiro, desde cinturas de segurança a zonas de influência ou neutralizadas, desde o controlo do nível da capacidade militar de adversários potenciais e vizinhos, até à uniformidade dos regimes e sistemas políticos” (Couto cit. in Ribeiro, 2011, p.7).

Verifica-se que o conceito de segurança nacional integra duas noções, a de segurança interna e a de segurança externa ou defesa nacional. Na esteira de Jorge Carvalho existe uma lacuna na legislação portuguesa, a qual não contempla a definição de segurança nacional, fazendo referência apenas ao conceito de segurança interna, tendo como resultado a ineficácia no combate às principais ameaças que atualmente afetam (2009).

Os ataques terroristas ameaçam e colocam em risco a segurança e os bens jurídicos considerados fundamentais num Estado de Direito Democrático, tais como ofendem a paz pública, o bem jurídico vida, integridade física e liberdade, entre outros. Todos esses bens jurídicos são vitais e estão previstos na CRP. Numa sociedade democrática, não se pode tolerar que valores como “a vida e a integridade física sejam sacrificados por terceiros que se arrogam dos seus direitos constitucionais para cometer atos destrutivos do próprio Homem” (Valente, 2004, p.457).

Por ameaça terrorista entende-se “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais” (Couto cit. in Fernandes, 2004, p.473). Resumidamente é a percepção de um Estado ou organização de que existe um determinado grau de perigosidade baseado na avaliação do comportamento de outro Estado ou organização. Para que uma ameaça terrorista se materialize é necessário que se verifique cumulativamente a existência de uma “entidade terrorista, com vontade e meios para utilizar a coação”; um alvo vulnerável e a ausência de medidas de segurança eficazes (Fernandes, 2004, p.474). Quando existe a possibilidade de ocorrer um ataque terrorista, denomina-se por ameaça potencial (Canado, 2010, p.16).

O risco é muitas vezes confundido, erradamente, com conceitos como perigo e ameaça. Apesar de não existir uma definição universalmente aceite, pode-se afirmar que o risco centra-se nos “danos, perdas ou prejuízos que se estimam para um Estado ou organização em consequência da materialização de uma ameaça” (Canado, 2010, p.16). Para a avaliação do risco é preciso determinar a probabilidade da ocorrência e do grau de perigosidade, no qual se inserem as vulnerabilidades expostas e a eficácia das medidas que são escolhidas para combater a ameaça.

Conforme se depreende da análise, o terrorismo põe em causa a “legalidade democrática, a segurança interna e internacional” (Valente, 2004, p.450) e, logicamente, os direitos dos cidadãos, cuja defesa e garantia cabem, numa primeira fase à Polícia (art.º 272 CRP) e em segunda fase aos Tribunais (art.º 202º da CRP).

Para terminar, conclui-se que é necessário que o Estado zeze pela manutenção da *segurança*. No entanto, o Estado não pode entrar na linha de pensamento do “excesso de domínio do Estado” (Rodrigues, 2001, p.125), pois neste caso o Estado perfilhará uma ideologia ditatorial ou totalitária. De acordo com o pensamento de Tocqueville:

“(…) afinal, que me interessa que haja uma autoridade sempre vigilante, velando para que eu goze tranquilamente os meus prazeres, que se me antecipe para afastar de mim todos os perigos sem eu precisar sequer neles, se essa autoridade, que vai assim apartando os menores espinhos que se me atravessam no caminho, for, ao mesmo tempo, dona absoluta da minha liberdade e da minha vida, monopolizando os meus passos e a minha existência, a tal ponto que tudo tem de elanguescer à sua volta quando ela esmorece, tudo tem de adormecer quando ela dorme, e tudo tem de morrer quando ela perece?” (Tocqueville cit. in Rodrigues, 2003, p.125).

## 2. DO ISLAMISMO FUNDAMENTALISTA TRADICIONAL À MODERNIDADE

### 2.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-RELIGIOSO DO ISLÃO

#### 2.1.1. ALCORÃO

O *Alcorão* é um livro considerado sagrado para os membros da Religião Muçulmana<sup>4</sup> e representa a prova da veracidade da palavra de *Alá*<sup>5</sup>. De acordo com a doutrina, no *Alcorão* estão escritos as orientações para o mundo. Quer isto dizer que é uma “revelação espiritual, de orientação ético-social”, ou seja, este livro é simultaneamente fonte de orações e fonte do direito muçulmano (Silva, 2011, p.4). Especificamente estão contidas as normas que *Alá* fixou para a comunidade muçulmana e que foram difundidas através do *Profeta Maomé*. A palavra *Alcorão* deriva do verbo árabe que significa ler ou recitar, portanto, depreende-se que o termo *Alcorão* significa “algo como uma recitação ou um conjunto de coisas para serem recitadas” (Elias, 2010, p.19).

O *Alcorão* é composto por 114 *Sûras* (capítulos), 6226 *Ayats*<sup>6</sup> (versículos) e 99464 palavras. É considerado um milagre eterno, porque nunca sofreu adulterações ao longo da História Muçulmana, sendo a mensagem original que foi revelada a *Maomé*, durante 22 anos<sup>7</sup> (Silva, 2011). No *Alcorão*<sup>8</sup> integram-se uma série de histórias e revelações

---

<sup>4</sup> Em conformidade com as demais religiões, os muçulmanos creem devotamente que *Alá* recompensa todos os que praticam o Bem e pune todos aqueles que causam o Mal. Contrariamente os muçulmanos reiteram que a sua postura na vida deve ser de servidão e veneração ao seu *Deus*. Fazem-no não pelo medo, mas sim pela evidência da misericórdia e da bondade que *Alá* possui, tornando esta obediência espontânea e natural (Silva, 2011). Além disso, os muçulmanos mais devotos procuram iniciar todas as suas atividades, desde as religiosas às mundanas, com a expressão *Em nome de Deus, o Compassivo, o Misericordioso*. Esta frase marca também a abertura de alguma *Sûras* (capítulos) do *Alcorão*, tal como a “Sura da Vaca” (*Alcorão*, *Sûra II*), e tem sido habitual para iniciar a correspondência formal ao longo da história do Islão (Elias, 2010, p. 16).

<sup>5</sup> Todas as religiões possuem um *Deus* e a Religião Muçulmana não é uma exceção. *Alá* é então, a palavra árabe que significa *Deus: Deus Único, o Omnisciente, o Onnipotente, o Criador*. A palavra *Alá*, muito provavelmente deriva do termo árabe “*al-ilah*” que significa literalmente “O *Deus*”, sendo frequentemente chamado “*al-Rabb*”, que significa “O Senhor” (Elias, 2010). A tradição muçulmana confere ao seu *Deus - Alá* atributos positivos e negativos. Os Positivos são o de Perfeição (*Kamâl*) e o de Estética (*Jamâl*). Exemplos deste tipo de atributos são a Onnipotência, a Omnisciência e a Vontade Divina. Os atributos negativos ou Atributos de Dignidade (*Jalâl*) negam toda a possibilidade de que *Alá* tenha sido criado e afirmam que o seu *Deus - Alá* não tem corpo, não tem forma, não tem leveza, não tem movimento e não tem peso (Silva, 2011).

<sup>6</sup> *Ayats* – significa literalmente, “sinais”.

<sup>7</sup> Entre 610 d.C. – ano da primeira revelação e 632 d.C. – ano da morte do *Profeta*.

partilhadas com a *Bíblia Hebraica* e o *Novo Testamento*, por esta razão o “*Alcorão* enraíza-se na *Bíblia*” (Clemente, 2008). Contudo, o estilo do *Alcorão* está mais ligado à tradição religiosa árabe pré-islâmica de *Profetas* e adivinhos, estando escrito em prosa rimada (Elias, 2010), uma vez que a nosso ver é a forma mais fácil de ficar na memória dos leitores.

### 2.1.2. MAOMÉ

*Maomé* nasceu por volta de 570<sup>9</sup> d.C. na cidade de Meca (atual Arábia Saudita) e veio a falecer em 632 d.C., numa cidade próxima chamada Medina. A sua família pertencia ao clã de *Hashim* da tribo *Qoraish*<sup>10</sup>, uma das tribos mercantil com mais poder na cidade de Meca e zona envolvente. Todavia, isto não significa que tenha tido uma infância fácil. Muito pelo contrário, *Maomé* ficou órfão durante a sua infância. O seu pai, *Abdalá*, faleceu antes do seu nascimento, pelo que as responsabilidades paternas foram entregues ao seu avô, *Abd al-Muttalib*. A sua mãe, *Amina*, faleceu quando tinha apenas 6 anos de idade (Elias, 2010; Silva, 2011).

Por volta dos 8 anos de idade faleceu o seu avô, pelo que *Maomé* foi obrigado a ir viver com o seu tio paterno, *Abu Talib*. Alcançando a idade adulta, *Maomé* torna-se num dos mercadores mais influentes e adquire uma boa reputação. *Khadidja*, uma viúva rica, ao ter conhecimento da reputação de *Maomé* envia-lhe um pedido de casamento. Apesar da diferença de idades, *Maomé* tinha 25 anos enquanto *Khadidja* tinha 40, acabou por aceitar. Desta união descenderam oito filhos: quatro rapazes (dois morreram na infância) e quatro raparigas (Elias, 2010; Silva, 2011).

Durante o casamento com *Khadidja*, *Maomé* adquiriu o hábito de se retirar para a Gruta de Hira, no Monte da Luz (arredores de Meca), para meditar em privado. E, por volta, do ano de 610 d.C., numa das visitas à gruta *Maomé* adormeceu, tendo sido acordado pelo *Anjo Gabriel* que lhe ordenou que recitasse uma mensagem. Todavia, *Maomé* referiu que não sabia ler, fruto da atribulada infância (Silva, 2011). Contudo, o *Anjo* insistiu que recitasse a seguinte mensagem: “*Lê, em nome do teu Senhor, que criou, o homem de um coágulo. Lê, porque o teu Senhor é o mais generoso. Ele ensinou o homem a servir-se do cálamo. Ele ensinou ao homem o que o homem não sabia*” (*Alcorão*, Sûra XCVI, Ayats 1-5).

---

<sup>8</sup> Os muçulmanos devotos tentam ler um trigésimo do livro todas as noites, para que puderem terminar o *Alcorão* todos os meses. Os muçulmanos que não sabem ler, simplesmente passam os dedos sobre as linhas, acreditando que estão a obter algum mérito deste ato de devoção (Elias, 2010).

<sup>9</sup> Não existe consenso relativamente à data de nascimento de *Maomé*. Contudo, admite-se a data indicada por Jamal Elias.

<sup>10</sup> Significa tubarão.

Após a revelação, *Maomé* percebe que tinha sido o escolhido para difundir e dirigir a nova religião, quer dizer, foi o escolhido para transmitir a mensagem divina à humanidade, acerca da existência de um *Deus único e todo-poderoso*. Os primeiros a converterem-se à nova religião foram *Khadidja*, *Ali*<sup>11</sup>, *Abu Bakr*<sup>12</sup> e *Zaid*<sup>13</sup>.

### 2.1.3. OS PRIMEIROS ANOS DO ISLÃO

As origens do Islão estão ligadas à Arábia Pré-Islâmica e à vida do *Profeta Maomé*. No tempo de *Maomé* a Arábia era completamente diferente da Arábia atual. Por um lado, era um território que não se tinha desenvolvido, mantendo-se igual desde os tempos de Abraão, sendo apenas conhecido pelos nômadas beduínos. Por outro lado, era um território onde as tribos se encontravam constantemente em conflito, referiam que eram castigados pelo sol e mesmo a própria água era motivo de conflito (Silva, 2011).

No norte da Arábia Pré-Islâmica situavam-se os impérios Bizantinos e Persa, governado pela dinastia Sassânida e a sul situava-se região da Abíssínia. A Arábia estava dividida em dois grandes setores. O primeiro correspondia ao Planalto Árabe central e o segundo à região da Arábia do Sul<sup>14</sup>. As populações estavam organizadas num sistema tradicionalista, tribos, em que todos os elementos da tribo tinham um elemento de ligação entre eles, que no caso em concreto, era possuírem um antepassado comum. Adicionalmente, a maioria das tribos da Arábia tinha uma linha sucessória patriarcal e patrilinear (Elias, 2010; Silva, 2011).

Quanto à situação religiosa da Arábia na época do nascimento do Islão sabe-se muito pouco. Ao que tudo indica, a maioria dos árabes não pertencia a qualquer religião formal. Acreditavam sim, que existiam espíritos e Deuses. Os espíritos habitavam em objetos naturais, como por exemplo: pedras, e tinham influência sobre a vida humana. Os deuses eram identificados e conotados a fenómenos naturais, tais como o sol, a lua e a chuva (Elias, 2010).

A mensagem pregada por *Maomé* ao povo árabe era uma mensagem não só do foro religioso mas também uma “crítica político-social à vida dos habitantes da Meca” (Silva, 2011, p.11). O *Profeta* defendia que os beduínos deveriam recusar o politeísmo, nomeadamente deveriam adorar um só *Deus* e abdicar da sua ligação aos antepassados. Deste modo, a sua mensagem vai contra os interesses dos mais ricos da Arábia Pré-

---

<sup>11</sup> Primo e genro do *Profeta*.

<sup>12</sup> Fiel companheiro de *Maomé* que mais tarde, viria a ser seu sogro.

<sup>13</sup> Escravo egípcio que vivia em casa do *Profeta*.

<sup>14</sup> Atual Iémen.

Islâmica, tendo como resultado as revoltas<sup>15</sup> dos nômadas beduínos (não convertidos ao Islamismo) (2011).

Apesar de *Maomé* ter nascido em Meca, mais tarde rumou para Medina e, foi neste local que decretou que todos os habitantes se deveriam congregar, para se puder constituir uma comunidade política de crentes – *Umma*, em que ele, obviamente, seria o chefe. Em suma, Grieve refere que “*Maomé* não foi apenas um líder religioso; foi também um político que organizou a comunidade e protegeu a sua fé através da beligerância” (Grieve cit. in Silva, 2011, p.7).

#### 2.1.4. OS PILARES DO ISLÃO

Os cinco pilares do Islão são os cinco pontos fundamentais da religião muçulmana que todo o muçulmano deve cumprir até ao final da sua vida (Costa, H., 2000).

Os cinco pilares<sup>16</sup> da fé islâmica são:

1 – A “Profissão de Fé” (*Shehada*) é de todos os pilares, o mais importante, e significa literalmente testemunhar. Os muçulmanos devem testemunhar que existe um só *Deus* (unicidade) e que *Maomé* é o seu mensageiro (Silva, 2011). Conforme o *Alcorão*, “*Na verdade, sou Deus e não há outro Deus senão Eu. Adora-Me. Faz a oração em Minha intenção*” (*Alcorão*, Sûra XX, Ayat 14). Cumulativamente devem acreditar nos *Anjos*, no Livro Sagrado, em todos os *Profetas*, na Predestinação e por último na ressurreição, no dia do Juízo Final (Mhomed, 2007).

2 – O bom muçulmano deve cumprir com a “Oração” (*Salat*). Embora o *Alcorão* recomende apenas três orações diárias, o *Profeta Maomé* estabeleceu cinco orações diárias<sup>17</sup> (Silva, 2011). O Islão estabeleceu as orações e o horário das mesmas – de forma a coincidir a hora espiritual com a hora da nutrição dos fiéis, estando deste modo combinar a “paz de espírito com a desconcentração do corpo” (Costa, H., 2000, p.73).

3 – A “Esmola Legal” (*Zakat*) consiste em doar uma determinada percentagem da riqueza pessoal. Mais concretamente é um dever dos ricos e um direito dos pobres. Este termo “caridade” deve ser interpretado como um dever religioso e não no sentido literal

---

<sup>15</sup> Alguns dos primeiros árabes foram espancados e torturados.

<sup>16</sup> Os cinco pilares da fé islâmica foram identificados por *Maomé* na última pregação que fez no Monte Arafat (Ahmed, 2002).

<sup>17</sup> Os tempos e o nome das orações (Mhomed, 2007):

1º *Fajr* - antes da aurora, no início do dia.

2º *Zohr* - ao meio-dia, quando o sol atinge o seu ponto mais alto.

3º *Assr* - quando se consegue ver a própria sombra, ou seja, quando o sol ou o dia esmorecem.

4º *Magrib* - esta oração é feita mesmo na altura do por do sol.

5º *Ishá* - quando começa realmente a noite, ou seja, depois de escurecer.

da palavra (Silva, 2011). O objetivo da “esmola legal<sup>18</sup>” é purificar aquele que contribui para a melhoria da sociedade, através da “vitória sobre o egoísmo e da satisfação moral” (Costa, H., 2000, p.73).

4 - Os muçulmanos devem “Jejuar” (*Swam*) durante o decorrer do nono mês do “calendário lunar islâmico” (Elias, 2010, p.67). A obrigatoriedade de jejuar no *Ramadão* vem plasmada no Livro Sagrado “(...) *Quem vir com os seus olhos a Lua, que faça jejum durante este mês (...)*” (Alcorão, Sûra II, Ayat 181). O objetivo do jejum é purificar o corpo, pelo contrário o objetivo do jejum Cristão tem por finalidade a penitência. O jejum muçulmano consiste na proibição da ingestão de quaisquer alimentos e bebidas, de fumar e de ter relações sexuais, desde o nascer ao por do sol, entre outros.

5 - Todos os muçulmanos que possuam capacidade física e financeira devem, pelo menos, uma vez na vida efetuar a “Peregrinação a Meca” (*Hajj*) (Mhommed, 2007). O *Hajj* deve realizar-se durante o segundo mês do calendário islâmico (*Dhu al-Hijja*), entre os dias 8 a 12.

### 2.1.5. AS DIFERENTES RAMIFICAÇÕES DO ISLÃO

Na Arábia do século VII, quando morria o chefe tribal, a tradição ditava que a sucessão passava pelo indivíduo mais credenciado do seio da família do líder ou da tribo (Silva, 2011).

Após a morte do *Profeta*, surge o problema da sua sucessão. Em particular, os que reuniam maior consenso da comunidade eram *Abu Baker* e *Ali*. Estes dois muçulmanos eram os dois poderosos candidatos, tendo a *Umma* ficado dividida quanto à sua escolha. Ora, esta discordância acabaria por dar origem às duas principais fações islâmicas: *Sunita*, que seguiram Abu Baker, ao qual tornou-se o primeiro *Califa*, e *Shiita*, que seguiram Ali (Costa, H., 2000).

Os *Sunitas* são a família islâmica, à qual pertencem cerca de 90% dos muçulmanos. Esta fação de muçulmanos acredita afincadamente na *Sunna*<sup>19</sup> do *Profeta Maomé* e reconhece a legitimidade de Abu Baker e dos seguintes Califas. Os elementos desta fação são muçulmanos mais tolerantes e frontais, por causa de seguirem escrupulosamente a religião e de adotarem o Islamismo como um modo de vida

---

<sup>18</sup> Em algumas sociedades islâmicas modernas, a *Zakat* é recolhida pelas entidades estatais. Por esta razão funciona como um dever obrigatório. Noutras sociedades, as pessoas é que têm o dever de entregar as duas ofertas caritativas às instituições à sua escolha (Elias, 2010).

<sup>19</sup> A *Sunna* é tudo aquilo que o Profeta *Maomé* anunciou, fez ou admitiu a partir do momento em que lhe foi incumbida a sua missão profética (Silva, 2011).

(Mhommed, 2007). Estes factos permitem-lhes, não só serem mais ponderados como também desconfiam dos excessos cometidos pelos radicais (Silva, 2011).

Os *Shiitas* são o oposto dos Sunitas. São muçulmanos revolucionários e não seguem estritamente a *Sunna*, existindo dentro da própria facção muitas subdivisões. Os Shiitas que seguem Ali repartem-se em treze subseitas, das quais as mais importantes são: os “Shiitas dos Doze Imãs”, os “Shiitas Ismaelitas ou Septimanos” (7 Imãs) e os “Zayditas” (5 Imãs) (Elias, 2011). A facção Shiita estava difundida nos países do Médio Oriente, em particular no Iraque, Afeganistão, Irão, África Oriental e Iémen, equivalendo a 10% da população islâmica (Mhommed, 2007).

## **2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ISLAMISMO FUNDAMENTALISTA**

### **2.2.1. ORIGENS E CAUSAS**

O islamismo fundamentalista é um fenómeno complexo. Em termos históricos, tem-se apresentado como um veículo de expressão do povo. Desta forma, o povo pode exprimir as suas esperanças e ansiedades, isto é, o islamismo fundamentalista mostrou-se nos seus primórdios como um meio para o confronto entre as sociedades muçulmanas.

Na linha de pensamento de Duarte existem duas grandes escolas de pensamento ocidentais sobre as origens e as causas do fundamentalismo islamita (2009). Uma das escolas é representada essencialmente pelo historiador norte-americano Bernard Lewis, que refere que existe uma crise dentro do próprio Islão. Essa crise decorre do profundo sentimento de humilhação face ao fracasso de em termos primórdios não ter sido possível instaurar uma grande civilização islâmica. Por esta razão, a resposta passa por uma negação total de tudo o que é ocidental (2009).

A outra escola de pensamento é maioritariamente francesa, que vê o *jihadismo* como um “problema cultural, de perda de identidade” (Duarte, 2009, p.75). Utilizam o fundamentalismo para responderem a um problema que lhes parece laico e secular. Por fim, existe também uma “justificação meramente política” (2009, p.75), que vê no imperialismo dos EUA o causador de todo o mal no mundo. Na ótica de Duarte, todas estas causas estão relacionadas e no fundo completam-se (2009).

Teresa de Almeida e Silva refere que a causa mais apontada para o surgimento do fundamentalismo islamita está relacionada, essencialmente, com o insucesso dos “sistemas políticos que o Ocidente tentou implementar” (2011, p.63) nas sociedades muçulmanas. Para agravar a situação, os países muçulmanos procuraram alternativas



que também viram fracassadas. Por conseguinte, alguns movimentos parecem ter encontrado a defesa para os problemas através da violência (2011).

Existem também outras causas que podem também estar na origem deste fenómeno, sendo elas: a crise de identidade do Mundo Árabe (Coggiola, 2007); a reação “contra o laicismo, contra a ocidentalização” (Lara, 2004, p.625) e o sentimento de humilhação face às restantes grandes potências (Pinto, 2003).

Apesar das divergências, Teresa de Almeida e Silva refere que os primórdios do islamismo fundamentalista remontam ao tempo dos *Kharijitas*<sup>20</sup>. Estes revoltaram-se contra o primo do *Profeta Maomé*, Ali, por o mesmo ter submetido o seu poder divino ao poder do *Califa Omíada de Damasco, Muawiya*, por considerarem que Ali era o verdadeiro sucessor do *Profeta* (2011). A partir desse momento, os Kharijitas tornaram-se uma importante força de reivindicação, tanto no plano doutrinal como no plano societário (Costa, H., 2000).

Por fim, ao longo da História do Islão, a postura dos Kharijitas (Silva, 2011) foi sempre um combinar de um puritanismo extremo (ideologia) com a bravura suicida durante as rebeliões contra os Califas, iniciando na dinastia *Omíada* e seguiu na dinastia *Abássida*.

### 2.2.2. CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES TRADICIONALISTAS

A base doutrinal das motivações dos fundamentalistas *jihadistas* poderá já ser encontrada nos autores clássicos. As correntes de pensamento a seguir apresentadas, bem como os seus líderes servem de fonte de inspiração para muitas organizações *jihadistas* contemporâneas.

No século VIII surge a ideologia de *Ahmad ibn Hanbal*, fundador da escola Hanbalista. Era defensor da intransigência face ao *Alcorão*, isto é, o *Alcorão* é um Livro Sagrado que é insuscetível de negociação, sendo um produto direto da palavra de *Deus*, que se deve manter eterno. Acreditava também que *Alá* era o julgador dos muçulmanos e que Abu Baker era o melhor dos companheiros do *Profeta*. Logo, em caso de dúvida na jurisprudência devia seguir o pensamento do companheiro Abu Baker. Esta doutrina foi predominante em Bagdade e no século XII manteve-se com um total secretismo, em virtude da conquista de Bagdade pelos Turcos. Contudo, nos finais do século XIII, com o jurista Ibn Taymiyya o pensamento Hanbalista volta a estar bastante ativo (Silva, 2011).

O pai de muitos movimentos reformistas e da Revolução Islâmica, *Ibn Taymiyya* (1263-1328), é influenciado por Hanbal e o seu pensamento baseava-se em quatro premissas: a primeira, na restauração do princípio da unicidade de *Alá (tawhid)*; a

---

<sup>20</sup> Século VII d.C.

segunda, no apelo ao puritanismo do Islão; a terceira, na necessidade de só considerarem fontes de direito o *Alcorão* e a *Sunna* e por fim, a ultima premissa considerava que o Islão deve ser seguido pelo poder Estadual (Jackson, 2006).

A postura de Taymiyya valeu-lhe imensos inimigos, nomeadamente os defensores das fações Sufistas e Shiitas. Apesar da contestação da sua ideologia, o seu pensamento foi influenciador de diversos movimentos revolucionários, como por exemplo o *Movimento Islamita Sunita* (Silva, 2011). Todavia, só com a morte de Taymiyya é que a sua ideologia veio a ser aproveitada, principalmente no século XVIII com *Muhammad ibn Abd al-Wahhab*.

A ideologia de al-Wahhab (1703-1792), jurista e fundador da escola de pensamento wahhabita, assentava na criação de um Estado Islâmico independente do Império Otomano; no apelo ao monoteísmo; no estabelecimento de relações amistosas entre cristãos e judeus, isto é, a sua ideologia era de defesa do pacifismo e defendia a *jihad* como um meio político para expandir o território. O pensamento wahabbita tornou-se a ideologia oficial da Arábia Saudita e para muitos extremistas contemporâneos o wabbabismo foi a escola de pensamento de Osama Bin Laden. Todavia, com o avançar dos anos, Bin Laden distanciou-se muitos dos princípios fundamentalistas wahhabitas (Silva, 2011).

### 2.2.3. CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES MODERNOS

As formas mais contemporâneas do fundamentalismo *jihadista* iniciam-se por volta dos anos vinte com a criação da Irmandade Muçulmana, mas só tem força por volta dos anos setenta com as teorias e escritos dos autores, Sayyid Mawdudi e Sayyid Qutb (Duarte, 2011).

*Hassan al-Bana* (1906-1949), membro da escola Hanbalita, alertou para o perigo da contaminação das ideias ocidentais e reconheceu a Europa e o Ocidente como uma “ameaça intelectual e física” (Gonçalves, 2011, p.33). Da sua ideologia há que destacar três contribuições: a primeira reside na criação de uma educação islâmica, sendo certo que só desta forma seria possível atingir o objetivo da unicidade de todos os muçulmanos; a segunda consiste na *jihad* contra os inimigos que ocupavam o seu território; e por fim, a terceira contribuição foi a criação da Irmandade Muçulmana (2011).

A *Irmandade Muçulmana* é fundada em 1928 e é considerada a precursora das organizações fundamentalistas islamitas (Silva, 2011). Apesar de ter sido fundada apenas por seis membros no Egito, esta desenvolveu-se rapidamente. Inicialmente a sua organização era baseada na organização castrense embora, hoje em dia aparece um pouco “mitigada, para esconder os seus verdadeiros desígnios” (2011, p.72).

A ideologia da Irmandade é de defesa do povo, uma vez que os políticos não defendem o Mundo do Islão, *Dar al Islam*, logo era necessário uma organização que atuasse com firmeza em prol dos mais desprotegidos (Wright, 2007). Esta organização combinou duas vertentes essenciais, por um lado, “a visão do mundo e da vida verdadeiramente islâmica”, por outro lado, a competência para prover essa visão de pragmatismo (Costa in Silva, 2011, p.106).

A doutrina da Irmandade resume-se na seguinte expressão “O Islão é um credo e um Estado, um livro e uma espada, e um modo de vida” (Sanmartín, 2005, p.50), ou seja, o grande objetivo da Irmandade é transformar o Islão numa forma de vida total, tendo por fim último a criação de um Estado Muçulmano. Para isso, a Irmandade captava a pequena burguesia recentemente alfabetizada e inculcia-lhes uma religiosidade extremista, indicando-lhes que o Ocidente iria ocidentalizar o Islão (Duarte, 2011). E repare-se no seguinte, é que as diversas práticas da cultura ocidental são consideradas depravadas e materialistas, significando que são manchadas pelo pecado (Sanmartín, 2005).

*Sayyid Qutb* (1906-1966) é um homem que marcou a sua presença na Irmandade. Ingressou na Irmandade Muçulmana em 1951 e incultiu-lhe uma vertente mais radical. Lawrence Wright (2007) refere que Qutb estudou nos EUA e foi aí que ganhou a sua faceta anti Ocidente, ao verificar coisas que considerou serem escândalos sexuais. Além disso considerou que o Deus idolatrado pelos Cristãos era o materialismo. Face a estas práticas decidiu alargar o âmbito da aplicação da *jihad*, sobretudo no aspeto de estabelecer uma *jihad* contra todo e qualquer inimigo, sendo que até este ponto, a *jihad* estava restringida à invasão de um país islâmico (Gonçalves, 2011).

Qutb influenciou os grupos fundamentalistas com o seu próprio martírio que serviu de exemplo para muitos e implementou a visão dualista do mundo, de um lado o Bem - representado pela religião muçulmana e o do outro, o Mal – representado por tudo aquilo que não é muçulmano (Jackson, 2006).

*Sayyid Mawdudi* (1903-1979) foi outras das personalidades muçulmanas que marcou o fundamentalismo *jihadista*, sendo considerado também um dos precursores da Revolução Islâmica. Mawdudi, político e jornalista paquistanês, segue a linha ideológica de *Hassan al-Banna* e, em 1941, funda o grupo *Jama'at-i-islami* (Partido Islâmico), vindo este a ser a segunda grande organização fundamentalista, da História do século XX (Silva, 2011). Este pensador procura demonstrar que a criação do Estado Islâmico seria o melhor modelo a instaurar e de seguida proceder-se-ia à islamização desse mesmo Estado. O Estado Islâmico pretendido seria um Estado Totalitário, com uma tipologia “teodemocrática”, consistindo num governo divino democrático com um poder popular limitado pela soberania de *Deus*. Só este tipo de Estado estaria preparado para proteger

as ideias e os valores do Islão (Gonçalves, 2011). Note-se que tanto al-Banna como Mawdudi são ambos contra a ocidentalização mas não são contra a modernização (Silva, 2011).

Para finalizar é fundamental abordar o pensamento do teólogo *Ayatollah Khomein* (1902-1989). Khomein, pai da Revolução Islâmica no Irão, foi um dos seguidores mais fiéis de al-Banna e Mawdudi. A sua mensagem apelava à luta contra o imperialismo e contra o secularismo, defendendo sempre que os líderes religiosos devem acumular a função religiosa e a função governativa da comunidade islâmica. Face à sua ideologia, foram travadas lutas no século XX, e pela primeira vez os fundamentalistas islamitas conseguiram aceder ao poder do Irão (Silva, 2011).

Na opinião de Maria do Céu Pinto, há dois aspetos que foram essenciais na teoria do teólogo aquando da Revolução Islâmica: a necessidade de criar instituições políticas subordinadas aos princípios do Islão por um lado, e por outro lado, o estabelecer da trilogia<sup>21</sup> do Estado Islâmico (2003).

#### 2.2.4. SALAFISMO

Numa grande religião como é a Religião Muçulmana é impossível existir homogeneidade entre os diversos pensadores e doutrinários. Anteriormente analisou-se os autores clássicos e contemporâneos, agora abordar-se-á a corrente islâmica salafista.

A doutrina *salafista* é uma doutrina minoritária e fundamentalista do islamismo. Esta doutrina refere que o “Islão só voltará a ter, isto é, um Califado” (Anes, 2008, p.30) quando os muçulmanos contemporâneos se regerem pelos princípios dos “antigos piedosos” (2008, p.30), mostrando-se totalmente contra qualquer inovação (Sanmartín, 2005).

O espanhol Antonio Elorza considera que a doutrina salafista assenta em três aspetos. O primeiro é a crença na unicidade e na onipotência de *Alá*; o segundo, o governo deve limitar-se a cumprir a *Sharia*; o terceiro, o verdadeiro muçulmano deve lutar através da *jihad* escrupulosamente contra o infiel e o apóstata<sup>22</sup>. Em suma, estes três pilares devem concretizar-se num Estado teocrático (Elorza in Sanmartín, 2005).

O *salafismo-jihadista* entronca na doutrina wabahabita e mostrou-se sempre “um inimigo religioso e político do Sufismo” (Anes, 2008, p.28). Esta pequena facção do Islão esteve sempre em conflito com as principais correntes doutrinárias do Islão, e mesmo contra as facções fundamentalistas (2008). Os seguidores do salafismo-jihadista são considerados mais extremistas e intransigentes, pois assentam mais na doutrina religiosa

---

<sup>21</sup> Funções legislativas, executivas e judiciais.

<sup>22</sup> São os maus muçulmanos que não cumprem com a *Sharia*, lei religiosa.

do wahhabismo e salafismo do que no qutbismo. A sua definição de inimigo é muito mais abrangente (Duarte, 2011), isto é, os seus inimigos começam no inimigo - próximo<sup>23</sup> e terminam num patamar mais internacional e mais antiocidental, principalmente representado pelos EUA (Phillips in Guedes, 2007).

Em suma, o terrorismo de matriz salafista-jihadista caracteriza-se pelos níveis de “letalidade, globalidade e espetacularidade” (Faria, 2008) que apresenta, mas, a característica que o mais distingue dos outros tipos de terrorismo é o “grau de sofisticação em termos de ação, organização e pelo seu carácter difuso” (2008), tendo mostrado uma “escala de dimensões estratégicas” (2008) até aqui nunca apresentada.

### 2.2.5. CARACTERÍSTICAS DO FUNDAMENTALISMO JIHADISTA

O conceito de fundamentalismo não é o mesmo que fanatismo ou autoritarismo. Os fundamentalistas, independentemente de serem *jihadistas* ou não, são indivíduos que exigem o regresso a escrituras ou textos básicos, podendo revestir diversas formas: religiosa, étnica, nacionalista ou puramente política. Porém, faz todo o sentido que se olhe para o fundamentalismo como um problema que pode arrastar consigo a possibilidade da violência (Giddens, 2000), mas sem cair no ridículo de associar o fundamentalismo à violência.

As religiões monoteístas, como é o caso da religião muçulmana, são, no fundo, potenciadores da “visão radical dualista” (Duarte, 2009, p.76), sustentando-se pelo modelo de tensão bipolar, ou seja, nas religiões monoteístas há a tendência para considerar o seguinte: os que seguem as suas linhas ideológicas são amigos e os que não seguem essas linhas são inimigos (2009).

No *Dar al Islam* não há separação “entre as esferas secular e religiosa” (Silva, 2011, p.61), sendo que o Islão é um modelo político e não apenas uma religião. O Mundo do Islão considera-se ameaçado pelo Mundo da Guerra, *Dar al-Harb*, e são as ameaças à identidade étnica e sociopolítica das sociedades muçulmanas, que têm levado os fundamentalistas a encorajar as populações a restabelecerem os valores tradicionais e culturais, funcionando como um entrave à ameaça externa (2011).

O fenómeno do fundamentalismo *jihadista* tem um conjunto de características essenciais que são: o totalitarismo – regulação de todos os aspetos da vida social pública e privada (Clemente, 2008); literalismo da *Sharia*<sup>24</sup> – aplicação literal dos preceitos do Livro Sagrado, especialmente os que proíbem coisas em específico, tais como: o

---

<sup>23</sup> Governantes do Médio Oriente considerados apóstatas.

<sup>24</sup> É a lei islâmica. Portanto, é composta por um conjunto de normas ditadas por *Alá* para o funcionamento do mundo (Elias, 2010).

consumo de álcool ou de carne de porco, entre outros (Mhommed, 2007); e a “coação social sobre os crentes e os infiéis” (Clemente, 2008, p.98).

Para terminar, em conformidade com Maria do Céu Pinto (2003), o suporte ideológico contemporâneo dos movimentos fundamentalistas islamitas assenta nas seguintes premissas: o renascimento espiritual, ou seja, a religião deve voltar ao puritanismo<sup>25</sup> do Islão; a finalidade primordial de estabelecer uma ordem islâmica na terra, sendo que para conseguir esta premissa muitos enveredam pelo caminho da *jihad*; difusão universal da soberania de *Alá*; todas as disposições dos governantes dos países pertencentes ao *Dar al Islam* devem pautar sempre pelo rigor no cumprimento dos princípios da lei islâmica, bem como nos princípios estabelecidos pelo *Profeta* e pelos seus companheiros; e por fim, os fundamentalistas contemporâneos condenam as correntes do Islão, em particular o sufismo, alegando que a missão dos crentes tem de ser mais ativa.

---

<sup>25</sup> Esta época remonta ao tempo de *Maomé* e dos seus companheiros.

### 3. DA JIHAD AO JIHADISMO

#### 3.1. JIHAD

Antes de começar por falar na *jihad* é fundamental vincar a ideia de que o Islão é uma Religião de Paz (Costa, H., 2003), constatando-se que a esmagadora maioria dos muçulmanos são pacíficos, tal como menciona o *Alcorão*: “Ó crentes! Entrai todos na paz e não seguireis o rasto de Satanás, que é vosso inimigo” (*Alcorão*, Sûra II, Ayat 204).

Embora o Islão seja uma religião na sua maioria de paz é certo que o *Alcorão* indica a importância da *jihad* na “perspetiva de combate” (Costa, H., 2003, p.33). Mas, esta referência remonta ao período belicista do Islão, em que o *Profeta* e os seus *Companheiros*<sup>26</sup> viram fracassar os seus dotes de persuasão face à relutância dos Qoraishitas de Meca em aceitar a nova Fé, vendo-se obrigados a ter de recorrer à espada (2003).

O termo *jihad* significa o “esforço no caminho de Deus” (Costa, H., 2003, p.33). No entanto, os fundamentalistas *jihadistas* interpretam-no como a “Guerra Santa contra os inimigos da fé islâmica” (2003, p.36). Na verdade, este termo pretende significar a guerra contra o Ocidente por parte do Mundo do Islão, entroncando aqui o motivo dos fundamentalistas *jihadistas* indicarem a *jihad* como o sexto pilar do Islão (Silva, 2011).

Um dos versículos que alude à *jihad* ou Guerra Santa é o seguinte: “Foi-vos prescrita a guerra e acabastes por lhe ter aversão. É possível que vos desagrade mesmo o que é útil e que aprecieis o que é prejudicial, mas Deus sabe-o, ao passo que vós não sabeis” (*Alcorão*, Sûra II, Ayats 212-213).

A *jihad*, como caminho para alcançar *Deus*, tem cinco objetivos bem definidos (Costa, H., 2003):

1 – Defender o Islão – Os fundamentalistas afirmam que cada vez que a soberania, a independência ou integridade de um país pertencente ao *Dar al Islam* é posta em perigo, os restantes Estados devem unir-se para auxiliá-lo.

2 – Combater os inimigos – Os *jihadistas* reiteram que o Islão tem o direito a expandir-se através da pregação. Porém, se existirem elementos que coloquem entraves a essa expansão, então sim parte-se para a guerra.

---

<sup>26</sup> Os quatro Companheiros do Profeta, *Rashidun*, são:

- *Abu Baker* (632-634 d. C.);
- *Omar ibn al-Khatta* (634-644 d. C.);
- *Othman ibn Affan* (644-656 d. C.);
- *Ali ibn Talib* (656-661 d. C.).

3 – Combater a injustiça e a corrupção – A *jihad* é utilizada também para defender os mais desfavorecidos.

4 – Estar preparado para a *jihad* – Sempre que algum Estado do *Dar al Islam* é vítima de uma agressão é pedido a todos os muçulmanos que estejam preparados para a *jihad*. Esta prontidão não quer dizer que todos os muçulmanos avancem para a frente de batalha, quer dizer que, cada muçulmano tem a sua função na *jihad*, que vai desde as orações até ao apoio financeiro.

5 – Cumprimento de normas para com o inimigo - O Islão não permite que se utilizem todos os meios para atingir os fins, isto é, não é apologista da ideologia Maquiavélica. Assim, os conflitos não devem ultrapassar os limites da moral vigente, uma vez que isso feria os princípios determinados por *Alá*. Especificamente estão proibidos assaltos noturnos, guerras biológicas, queima de gado, entre outros (Mhommed, 2007)

Segundo o relatório do *International Crisis Group* (n.º37/2005), presentemente podemos identificar três formas distintas de islamismo fundamentalista: a primeira, de carácter político, inclui movimentos islamitas que estão perfeitamente inseridos na sociedade. Portanto, aceitam normalmente o Estado-Nação, procuram a reforma e a mudança política, evitando sempre a violência (exceto sob condições de ocupação estrangeira). Exemplos disso são a Irmandade Muçulmana no Egito e as suas ramificações noutros lugares, tais como na Argélia, Palestina e Sudão, entre outros. O militante neste caso é um indivíduo político-partidário.

A segunda forma, assume uma atitude missionária. Os indivíduos que seguem esta causa praticam missões islamitas de conversão (*Dawa*). Portanto, o objetivo não é assumir o poder, mas sim preservar a identidade da fé islâmica. Exemplos destes grupos missionários são: *Tabligh Jamaat* e o *Salafi movement*, ambos tradicionalistas e de dimensão internacional.

A terceira forma é a luta armada islamita, isto é, a *jihad*.

Podemos, então encontrar alguns tipos de *jihad*.

A jurisprudência islâmica distingue a *jihad defensiva* da *jihad ofensiva*. A primeira surge quando um Estado pertencente ao *Dar al Islam* sofre uma agressão, e por consequência, vê ameaçada a continuidade da existência do próprio Islão. Quando isto acontece é feito o chamamento para mobilizar toda a *Umma* com o objetivo de reunir armas, mantimentos, dinheiro, entre outros. Por oposição, a *jihad ofensiva*, pretende atacar o território dos infiéis, sendo o seu objetivo conquistar os infiéis e submete-los aos princípios do Islão (Costa, H., 2003).

Os grandes teólogos islâmicos decompõem a *jihad* em duas correntes: a *jihad maior* e a *jihad menor*. A primeira luta contra os inimigos da vida espiritual, portanto, é



uma luta maioritariamente individual de expulsar os impulsos básicos, como por exemplo: o egoísmo, o racismo, a hipocrisia, entre outros (Duarte, 2011). A segunda, a *jihad* menor, é a luta armada contra os agressores do Islão, os quais não são muçulmanos praticantes (Costa, H., 2003). É nesta corrente que o *jihadismo* se revela, sendo também denominada como *jihad violenta*. Duarte indica que a *jihad* menor se decompõe em mais duas interpretações: uma, coletiva, que restringe as “ações de luta ao princípio da guerra regular” (2011, p.219), como por exemplo: entre Estados. A outra, individual e voluntária, que em resumidamente é a luta de cada muçulmano ao despotismo do ocupante (2011).

Em suma, conclui-se que existem diversos tipos de *jihad*, contudo repare-se que há um princípio comum em todas, que se centra na luta contra um inimigo a mando de algo transcendental. Como se pode constatar, os indivíduos que a combatem são apenas instrumentos aparentes do resultado, dito de outro modo, são indivíduos que cometem atentados mas são ordenados por *Deus*, conforme indica o *Alcorão*<sup>27</sup>. Posto isto, o Livro Sagrado refere o seguinte “*Combatei-os até esmagar a revolta e só existir a religião de Deus. Se desistirem, Deus vê tudo o que eles fazem*” (Alcorão, Sûra VII, Ayat 40). Repare-se que esta *Sûra* destaca a necessidade da expansão da fé islâmica e de um “perdão divino para todos aqueles que se afastem da idolatria” (Costa, H., 2003, p.39).

### 3.2. JIHADISMO GLOBAL

Antes de começar por definir *jihadismo*, é fundamental esclarecer que o islamismo não visa necessariamente a violência. Por outras palavras, o islamismo é um conceito criado pelos ocidentais, para trabalhar academicamente a vertente do Islão ativista (Vd. Anexo 3). O que há são elementos dentro do Islão que consideram que para poder aplicar os princípios do Islão é necessário usar a violência armada, e isto sim, é o *jihadismo*.

O termo *jihadismo* é um conceito bastante controverso no meio académico ocidental. Todavia, não há dúvidas que é um termo que deriva do preceito islâmico *jihad*. O *jihadismo* apareceu nos finais do século XX, tendo atingido o seu auge com os ataques do 11 de setembro, nos EUA. Por esta razão, o *jihadismo* surge nos discursos mediáticos como uma forma de distinção entre os militantes islamitas não violentos dos violentos (Duarte, 2011).

Anes (2008) indica que em 2006 o Centro de Combate ao Terrorismo da Academia de West Point publicou um estudo sobre o *jihadismo*, apresentando a estrutura do *jihadismo* num quadro onde se inserem 4 círculos concêntricos. Estes círculos continham, do maior para o menor, o *Islão*, o *Islamismo*, o *Salafismo* e por fim, o

---

<sup>27</sup> Ver Sûra VII, Ayat 17.

*Jihadismo*. Deste modo, conclui-se que o *jihadismo* é uma pequena facção do Islão, isto é, só uma pequena facção do Islão é violenta.

Thomas Hegghammer indica que para definir *jihadismo* é preciso utilizar dois métodos conceptuais: um método de orientação ideológica – para ajudar a perceber as origens intelectuais - e um método para as diferenças das preferências políticas - para se verem quais são as razões de luta dos diversos grupos *jihadistas* (2009).

Antes de começar por descrever os métodos é fundamental perceber que ideologia, neste contexto, deve ser entendida como “um conjunto de princípios que norteiam o comportamento político de determinados grupos *jihadistas*” (Hegghammer, 2009, p.1), e será a curto prazo a justificação do uso da violência islamita.

O primeiro método conceptual foi forjado por dois movimentos. Por um lado, foi inspirado pela Irmandade Muçulmana, assumindo um pragmatismo político com a intervenção de Sayyid Qutb e, por outro lado, é inspirado pelo puritanismo e literalismo do movimento salafista, sendo insuflado pelo wahhabismo saudita, vindo atingir a sua expressão mais radical com a ideologia mais rígida do salafismo-jihadista<sup>28</sup> (Hegghammer, 2009).

O *jihadismo global* é diferente do chamado *jihadismo clássico*. O *jihadismo* clássico, se assim se pode definir, assenta na “aplicação da Sharia e considera a *jihad* (defensiva) como sendo uma obrigação de qualquer muçulmano” (Duarte, 2011, p.221), com o objetivo da deposição dos líderes considerados apóstatas, através do martírio. Todavia, a principal diferença reside na definição do inimigo. O inimigo começa no inimigo local, normalmente denominado pelos apóstatas, com foco nos países de maioria muçulmana. Com o passar dos tempos, o inimigo deixa de ser local e passa para um inimigo mais global, representado pelos Estados Unidos da América e pelos seus aliados. Atingindo este ponto, entrámos no *jihadismo* global em que as suas raízes entroncam no *jihadismo* clássico (2011). O *jihadismo* global é “um corpo ideológico, poroso e híbrido, que sustém a ação da *Al-Qaeda* e Movimentos Associados” (2011, p.222).

O segundo método conceptual, de propensão política, permite caracterizar o *jihadismo* de acordo com os objetivos e motivações políticas. Para isso é preciso perceber o comportamento político de alguns dos grupos militantes, sendo por isso necessário dividir os grupos *jihadistas* em três categorias: revolucionários/reformistas; irredentistas/nacionalistas e os *pan-islamistas* (Hegghammer, 2009).

Na primeiro categoriao, *revolucionários/reformistas*, enquadram-se os *jihadistas* que lutam contra os Estados maioritariamente muçulmanos, que se abstraem dos

---

<sup>28</sup> Atualmente diversos grupos islamitas são seguidores desta ideologia, exceto o *Hamas* (Hegghammer, 2009).

preceitos islâmicos chegando mesmo a serem classificados de apóstatas. Exemplo disso é a *Jihad Islâmica do Egito* (Hegghammer, 2009).

Na segunda categoria, *irredentistas/nacionalistas*, reúnem-se os grupos de indivíduos que lutam por um “território específico que se encontra ocupado ilegalmente por uma potência não-muçulmana” (Duarte, 2011, p.223), como por exemplo: o grupo palestino *Hamas*.

Por último, os *pan-islamistas* lutam contra os judeus e cruzados, tendo por objetivo defender a *Umma* das ameaças internas e externas. Portanto, conclui-se que o *jihadismo* global é um movimento pan-islâmico que tenta alcançar a mudança social e política através AQMA (Duarte, 2011).

Para terminar, na linha de pensamento de Hegghammer, ultimamente tem-se vindo a assistir a uma “hibridização” ideológica dos grupos *jihadistas*, independentemente das diferenças dos meios e objetivos dos diversos grupos. Por outras palavras, independentemente de o grupo possuir um carácter mais revolucionário, ou mais nacionalista ou mesmo pan-islâmico, como têm características semelhantes (definição do inimigo e na retórica) não é fácil distingui-los, ao contrário de outrora (2009).

### **3.3. JIHADISMO GLOBAL NA EUROPA**

A Europa tornou-se num dos palcos preferidos de atuação do *jihadismo* global, seja através da ação armada, seja através da doutrina (Duarte, 2010). Desta forma, segundo Gonçalves, na Europa existem células terroristas islamitas, como é o caso da célula de Londres ou de Madrid (2011). Estas células “não têm qualquer ligação direta com a Al-Qaeda” (Vd. Anexo 3), mas absorvem da ideologia da Al-Qaeda. Por outras palavras são células que fazem parte da AQMA e são constituídas por indivíduos muçulmanos de segunda e terceira geração e tanto quanto se sabe, não existem em Portugal.

Ao que tudo indica, em Portugal não existem células terroristas islamitas adormecidas. Considera-se sim, é que em Portugal existem pontos de recuo, ou seja, indivíduos que estejam no nosso país a “recolher dinheiro, a criar bases de dados e a reservar locais, mais concretamente apartamentos, quartos, áreas protegidas” (Vd. Anexo 2). Considera-se também que existem em Portugal indivíduos atentos ao ramo das armas e explosivos bem como existem indivíduos a aliciar pessoas que possuam problemas identitários e que estejam dispostas a integrar as células terroristas (Vd. Anexo 2).

De acordo com a Europol é muito provável que as ações acima mencionadas possam existir em Portugal, uma vez que, em maio de 2010 foi desmantelado em França uma “rede de recrutamento e viagens” (2011, p.18). Essa rede foi responsável pelo envio

de nove homens franceses e tunisianos que deixaram França, entre julho de 2008 e abril de 2009, para se juntarem à luta contra as forças da coligação no Afeganistão (2011, p.18).

Em suma, embora Portugal não seja um dos países que se encontre na linha da frente das células terroristas, está forçosamente na “rota de colisão” por vários fatores, tais como por pertencermos aos países do Ocidente, da União Europeia e por sermos um país membro da NATO (Vd. Anexo 3).

### **3.3.1. AMEAÇA JIHADISTA**

A ameaça terrorista na Europa tem vindo a evoluir ao longo dos anos. Antes do decénio de 90, a ameaça terrorista centralizava-se nos grupos terroristas transnacionais. Nos anos 90 a ameaça terrorista foca-se na organização da Al-Qaeda e, a partir dos anos de 2002/3 a ameaça terrorista incide nos grupos ou indivíduos ocidentais que se inspiram na ideologia islâmica. Note-se que inicialmente a ameaça era essencialmente externa, enquanto hoje em dia a ameaça é, sobretudo, interna (Precht, 2007).

Há indícios de que os imigrantes muçulmanos radicais que se têm vindo a deslocar para a Europa, “estão a começar a considerar a Europa como a linha da frente para a *jiḥad*, o que poderá aumentar a ameaça dos ataques terroristas localizados” (AIVD cit in Precht, 2007, p.18).

A ameaça do *jiḥadismo global* na Europa assenta em duas razões: a primeira, na falta de identidade dos imigrantes muçulmanos de segunda e terceira geração, e consequentemente, o crescimento do chamado *homegrown terrorism*, que assenta nos “ataques perpetrados por indivíduos nascidos ou criados” em países ocidentais (Duarte, 2010, p.1).

Há sempre o risco de haver um atentado terrorista *jiḥadista* na Europa e em específico em Portugal, uma vez que os atentados são preparados num total secretismo (Vd. Anexo 4). Além disso, há o risco da auto radicalização, muitas vezes designado por *jiḥad branca* (Vd. Anexo 3). O fenómeno da auto radicalização dos jovens muçulmanos na Europa é a concretização da ideia da teoria da “resistência islâmica global” de *Al-Suri* (Kepel, 2008, p.224). Esta teoria pretende ver a ideologia da Al-Qaeda disseminada em células descentralizadas pelo mundo, sem qualquer centro de comando (Sageman, 2004). Dito de outro modo, estas células têm por missão espalhar o terror, sem que exista uma organização que ordene os atos terroristas e, se possível os indivíduos seguidores da *leaderless resistance* devem “incentivar outros potenciais indivíduos a aderir à resistência” (Kepel, 2008, p.224).

Por fim, conclui-se que a principal ameaça para o nosso país é a presença de imigrantes volantes e ilegais que com apoio dos residentes possam vir a realizar um atentado em território nacional (Vd. Anexo 3). Todavia, Duarte considera que esta ideia parece estar distante (Vd. Anexo 3).

### 3.3.2. RADICALIZAÇÃO

A ideologia da Al-Qaeda alimenta o projeto da *jihad* global, sendo a fonte de inspiração não só de muitas organizações afiliadas e associadas, como também de pequenos grupos e mesmo de indivíduos isolados (RASL, 2011).

A radicalização significa o processo pelo qual um indivíduo ou um grupo de indivíduos adotam uma visão islâmica extremista, vindo deste modo a justificar os seus atos de violência, de criminalidade e de terrorismo (Thachuk, Bowman & Richardson, 2008). Na maioria das vezes o processo de radicalização “começa nos indivíduos que se sentem frustrados com as suas vidas, com a sociedade ou com a política externa dos seus governos” (Precht, 2007, p.5).

O processo normal de radicalização engloba quatro fases que se podem sobrepor: na primeira existe uma pré-radicalização; na segunda fase há a conversão e identificação com o Islão Radical; na terceira há um processo de doutrinação e aumento da criação de laços entre grupos; e por fim, há o planeamento das operações e a auto radicalização – ato terrorista (Precht, 2007). Regra geral, os indivíduos que se radicalizam são indivíduos ocidentais que pretendem entrarem “no caminho da *jihad*” (Vd. Anexo 3).

Conforme indica o relatório elaborado por Tomas Precht existem três categorias de fatores motivacionais que influenciam os jovens muçulmanos europeus a entrarem no processo de radicalização: a primeira abrange os denominados fatores de fundo que englobam os problemas de crise de identidade; traumas pessoais e alienação; sentimento de discriminação e injustiça. A segunda categoria de fatores é derivada da política externa ocidental e de alguns incidentes considerados provocatórios<sup>29</sup>. Compreende ainda o mito da *jihad* e o desejo do ativismo radical. A terceira categoria de fatores é composta pelos locais coincidentes de concentração de pessoas com os mesmos interesses, tais como: as mesquitas, as escolas, as universidades, o trabalho, os *chats* da internet, as prisões, cafés, bares e livrarias, entre outros (2007).

---

<sup>29</sup> Em fevereiro passado, um oficial norte-americano foi responsável pela queima de vários exemplares do *Alcorão*. Consultado em 27 de março de 2012 em: [<http://expresso.sapo.pt/afeganistao-oficial-norte-americano-responsavel-por-queima-do-alcorao-karzai=f706522>].

Por último, o fenómeno da radicalização é um fenómeno que está a ameaçar a Europa e segundo o RASI é um fenómeno que se encontra “no centro das preocupações contraterroristas” (2011, p. 33).

### 3.3.3. HOMEGROWN TERRORISM

O *homegrown terrorism* é o terrorismo perpetrado por jovens ocidentais que impulsionados, na maioria das vezes, pelo fascínio da ideologia do *jihadista* cometem atentados terroristas mesmo contra os seus próprios países (Precht, 2007). Os indivíduos que praticam este tipo de terrorismo podem ser classificados em três categorias (Thachuk et al., 2008, p.2): “os imigrantes e turistas: legais ou ilegais”; os indivíduos de segunda ou terceira geração da comunidade muçulmana e os indivíduos convertidos ao Islão.

Grande parte dos imigrantes são pessoas que trabalham a vida toda a tentar adaptar-se à cultura do país onde estão inseridos. A maioria dos imigrantes tem sucesso na integração, mas muitos têm dificuldades sérias em adaptar-se, havendo mesmo alguns que não conseguem integrar-se (Thachuk et al., 2008).

Os indivíduos de segunda ou terceira geração da comunidade muçulmana europeia<sup>30</sup>, filhos ou netos, assistiram sempre os seus pais e avós a lutarem por melhores condições de vida nos países ocidentais que os acolheram. Estes indivíduos foram educados nos países ocidentais e “aparentemente assimilaram a cultura desse país” (Thachuk et al., 2008, p.3), por um lado, por outro lado, sentem-se presos a um conjunto de crenças e valores da cultura islâmica. Esta dualidade de realidades faz com que estes indivíduos tenham sentimentos de alienação (2008).

Os indivíduos convertidos ao *jihadismo* fazem-no por diversas razões, como por exemplo: pressão dos colegas ou tentativa de encontrar a verdadeira religião. Assim, através de um fervor religioso e da pressão dos colegas, estes jovens recém- convertidos cometem atentados terroristas por sua livre vontade ou talvez possam ser “manipulados para usar a violência” (Thachuk et al., 2008, p.4).

Por terminar, conclui-se que este tipo de terrorismo, praticado no século XXI, parece ser muito mais desfragmentado e desorganizado que os tipos de terrorismo antigamente vividos, em que havia uma clara estrutura organizativa (Precht, 2007). Todavia, tem de ser alvo de atenção especial, pois o sentimento anti-islâmico tem vindo a aumentar na Europa, bem como o sentimento respeitante ao potencial aumento da recetividade a ideais extremistas” (RASI, 2011, p.33).

---

<sup>30</sup> Na Europa há cerca de 15-20 milhões de muçulmanos. E, pensa-se que exista um fluxo de imigrantes da UE de 1 milhão de muçulmanos (Thachuk et al., 2008).

## 3.4. OS GRUPOS E AS CÉLULAS TERRORISTAS JIHADISTAS NA EUROPA

### 3.4.1. AL-QAEDA

No início dos anos 80, em Peshawar, no Paquistão, *Abdullah Azzam*<sup>31</sup> fundou uma das organizações que acolheu alguns dos princípios do salafismo e do qutbismo que foi a *Maktab al-Khidamat* (“Gabinete de Serviços”<sup>32</sup>.) Azzam apelou aos muçulmanos a aderirem à *Al-qaeda al-sulhah* (vanguarda dos fortes), sendo esta uma organização formada por crentes independentes dispostos a lutar contra o opressor, que se generalizou como o Ocidente.

Poucos anos mais tarde, *Osama Bin Laden*, apoiado pelos egípcios<sup>33</sup> *Ayman Al-Zawari* e *Mohammed Atef* conquistaram o controlo do “Gabinete” e transformaram-no na *Al-Qaeda*, que significa “a base” e também “o método”. Bin Laden agregou as ideologias salafitas, qutbistas e wabbabistas, de que era praticante, e além disso, muito mais importante, fixou para o seu grupo um preceito estratégico – enaltecer a grandeza desaparecida do Islão, suportado na leitura da Lei Islâmica. Para conseguir atingir esse preceito, Bin Laden apela à *jihad global* contra os países poderosos do Ocidente. Portanto, através duma *jihad ofensiva* – atacando o território inimigo, Bin Laden consegue diminuir o poder, automaticamente consegue o seu objetivo.

A primeira aplicação do preceituado por Bin Laden foi em 1993, com o atentado ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, mas só com o segundo atentado, em 11 de setembro de 2001, é que se vê e sente o efeito devastador e o pânico global criado pela organização da Al-Qaeda.

O israelita Yoram Schweitzer considera que Bin Laden influenciou fundamentalmente a mentalidade dos grupos terroristas, doutrinando-os no caminho de *Alá*, sustentando-se nos ensinamentos do *Alcorão* e da *Sharia*. Bin Laden propaga a admissibilidade da utilização de ataques de grande envergadura de terror (Schweitzer in Vegar, 2008).

A pressão criada pela iminência de um conflito global criado pelos EUA e por alguns Estados ocidentais, por um lado, e por outro, a mudança de mentalidade dos grupos terroristas, conduziram a Al-Qaeda<sup>34</sup> a uma mudança radical, que foi decisiva para a natureza do terrorismo *jihadista* contemporâneo (Vegar, 2008).

---

<sup>31</sup> É um veterano da guerra do Afeganistão contra os Soviéticos.

<sup>32</sup> Da diversa literatura sobre a Al-Qaeda, as leituras mais significativas foram as de Rohan Gunaratna, Jason Burke e Lawrence Wright.

<sup>33</sup> Ambos foram membros da Irmandade Muçulmana.

<sup>34</sup> Organização de referência a partir de 2001.

Quanto à definição de *Al-Qaeda* não é uma tarefa fácil, pois existem diversas definições no mundo académico. Mesmo assim apresentamos as definições que considerámos mais ricas em termos de conteúdo.

Arjun Appadurai, antropólogo, considera a *Al-Qaeda* como “um novo tipo de organização política celular” que se sustenta na “violência, e no crescimento da tática dos bombardeamentos suicidas, contra populações civis através de uma guerra assimétrica” (2006, p.12), levando à necessidade de preparar um novo conjunto de questões. Este autor estabelece também que é preciso mudar a partilha atual do “Poder”, político e económico, na realidade global, referindo que é necessário efetuar um corte entre as “estruturas vertebradas” e “estruturas celulares” (2006).

Appadurai considera como estruturas vertebradas - os Estados-Nação que estão “organizados através de um sistema central de balanços internacionais de poder, tratados militares, alianças económicas e instituições de cooperação” (2006, p.129). Em contraponto, as estruturas celulares são as redes terroristas “conotadas mas não geridas verticalmente, coordenadas mas notavelmente independentes”, capazes de se reproduzirem sem a existência de normas procedentes das “estruturas centrais incertas nas suas características organizacionais nucleares, mas cristalinas nas suas estratégias celulares e nos efeitos” (2006, p.28) e têm ligações a outras redes que se encontram espalhadas pelo mundo (2006).

Olivier Roy considera que a instituição *Al-Qaeda*, atualmente, é “uma organização internacional, apesar de o seu centro até 2001 ter sido o Afeganistão. As suas redes locais foram construídas com o objetivo de visarem objetivos específicos, organizados à volta de centros vitais e os seus militantes operam globalmente” (2004, p.304).

Hoffman defende que o movimento “*Al-Qaeda* deve ser visto como uma formação transnacional em rede, e não como uma organização internacional terrorista monolítica, com um comando identificável e uma hierarquia de controlo”. Quer isto dizer que a *Al-Qaeda* tornou-se numa organização empresarial, com uma ideologia vincada, que através de representantes legais que perfilham essa ideologia e esses objetivos, concretizam as ações terroristas do modo independentemente. O resultado disto é que “hoje há muitas *Al-Qaedas* e não só a *Al-Qaeda* do passado” (2006a, p.282).

Em conclusão, a grande maioria dos conflitos nos países ocidentais é provocado por organizações celulares que representam a *Al-Qaeda* (Appadurai, 2006), por um lado, e por outro lado, por grupos criminais organizados (2006), capazes de levarem os Estados a “uma perda parcial do controlo sobre a economia interna e a dinâmica social” (Europol, 2007, p.9).



### 3.4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para se poder falar na estrutura organizacional dos grupos, é preciso primeiro perceber a estrutura da organização “mãe” dos grupos terroristas, pois é a partir da evolução deste grupo que os restantes se vão organizar. Segundo Gunaratna, a Al-Qaeda é o “primeiro grupo terrorista multinacional do século XXI” (2004, p.69).

Antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, a estrutura organizacional inicial do grupo Al-Qaeda era uma estrutura baseada numa hierarquia tradicional, muito semelhante a um grupo militar. Mais precisamente, este grupo era constituído por quatro Comitês: um Militar, responsável pela administração dos treinos, “planeamento e aquisição de armamentos”. Um “Comité do Dinheiro e Negócios”, responsável pela “coordenação dos negócios da *Al-Qaeda*”, especificamente tratava da angariação de fundos e de meios logísticos para a feitura desses negócios. Havia ainda um “Comité Jurídico”, responsável pela emissão e avaliação dos decretos religioso (*fatwas*). E existia também o “Comité do Estudo Islâmico”. Mais tarde, por volta dos anos 90 do século passado criaram o quinto comité, “Comité para os *media*”, em que publicitavam as suas idolatrias no extinto jornal *Nashrat al Akhbar* (Jamal al-Fadl cit. in Guedes, 2011, p.66).

Após os atentados, os EUA pressionam a Al-Qaeda, obrigando-a a criar estruturas descentralizadas com o objetivo de não ser detetada. Contudo, isto não quer dizer que este foi o momento em que começaram a surgir as células terroristas *jihadistas*, o 11 de setembro é o momento em que surgem com mais intensidade células descentralizadas face à pressão instaurada (Guedes, 2007).

Rohan Gunaratna (2004) indica três aspetos que parecem importantes referir: o primeiro surge após a criação do grupo Al-Qaeda, Bin Laden inicia a sua campanha de recrutamento de novos movimentos islamitas. Especificamente, o objetivo de Bin Laden é, através de uma ideologia, incentivar a criação de novos movimentos com a finalidade de não só combater os governos considerados apóstatas (como por exemplo: Argélia, Egito, Jordânia), mas também os governos considerados poderosos (EUA e seus aliados).

O segundo aspeto entronca no primeiro. Nomeadamente com a criação de novos grupos islamitas, a ameaça terrorista islamita aumentou, isto é, com a criação de vários novos grupos terroristas a Al-Qaeda deixou de ser um simples grupo e passou a ser um movimento. Nesta altura, a ameaça terrorista “passou de alvos difíceis para alvos fáceis” (Gunaratna, 2004, p.20), tais como centros comerciais e centros populacionais, que “tornam inevitável um elevado número mortos e feridos” (2004, p.20).

O terceiro aspeto centra-se na capacidade de adaptação organizacional da Al-Qaeda, uma vez que apesar do aumento da eficiência dos serviços e das forças de

segurança dos diversos países, este movimento vai conseguindo planejar as respectivas ações terroristas (Gunaratna, 2004).

Nos tempos que correm é consensual que, o expoente máximo do *jihadismo* global reside na Al-Qaeda e nos Movimentos Associados (Duarte, 2011). No entanto, existem discrepâncias entre os vários autores relativamente à estrutura organizacional da AQMA. Gunaratna considera que após os atentados de 11 de setembro, a AQMA assume uma organização hierárquica bem definida, com uma cadeia de comando e controlo bem estrutura, organizada em teia, estando no centro Bin Laden, e é rodeada por células adormecidas (2004). Em contraponto, Armando Guedes (2007) e Marc Sageman (2004), consideram a AQMA uma espécie de sistema ideológico.

Todavia, segue-se a estrutura organizacional demonstrada no relatório de Bruce Hoffman, em que apresenta a estrutura da Al-Qaeda em quatro formas. A primeira, chamada “Al-Qaeda *Central*”, compreende na primitiva Al-Qaeda, ou seja, “é organização antes dos atentados do 11 de setembro” (2006b, p.3), possuindo uma cadeia de comando e controlo bem definida e uma área de jurisdição limitada, que correspondia à área fronteiriça do Paquistão com o Afeganistão (2006b). A segunda forma compreende os grupos associados à Al-Qaeda, enquadrando-se os grupos de insurreição islamita, que precisam de colaboração no combate às suas causas (2006c). A terceira forma abrange as células terroristas locais, que podem ter, ou não, ligação direta à Al-Qaeda. E por fim, indica a “Al-Qaeda *Network*”, que na sua essência se circunscreve os elementos mais radicais recentemente convertidos. Embora não tenham uma relação direta com a Al-Qaeda, inspiram-se na mesma (2006c). Esta Al-Qaeda vai potenciar a criação das “chamadas *self-starters cells* e o *homegrown terrorism*” (Duarte, 2011, p.226).

Os grupos terroristas têm sofrido alterações do estilo organizacional ao longo dos tempos. E, os fundamentos para as alterações radicam em duas questões. A primeira é uma “questão estrutural” e a segunda é uma “questão conjuntural” (Guedes, 2007, p. 21). A questão estrutural é o resultado da crescente interligação dos vários grupos sociais no mundo, isto é, com o enraizamento das novas tecnologias e com o coletivismo próprio da “aldeia global”, cria-se uma complexa rede onde intervêm vários interlocutores (2007).

A questão conjuntural influencia a atuação dos grupos terroristas, uma vez que face aos aumentos dos níveis de segurança nos diversos países, os grupos terroristas são obrigados a atuarem em campos cada vez mais sensíveis. Estas ações acontecem porque existem “problemas organizacionais internos e do tipo de inserção externa que é sua” (Guedes, 2007, p.22). Os principais problemas internos residem ao nível da coordenação e comando internos. Enquanto os problemas externos focam-se na proporcionalidade do emprego de meios violentos, para não serem detetados pelas

entidades governamentais, pois caso isto acontecesse significaria o “fracasso operacional” (2007, p.22).

Os membros dos grupos *jihadistas* pretendem seguir as bases de alguns dos pensadores clássicos e modernos. Principalmente, na questão da implementação do Estado Islâmico, regido pelo *Alcorão* e pela *Sunna*, e para isso pretendem também implementar nos países ocidentais. Estes grupos recorrem a métodos violentos, pois acreditam que através da via pacífica (*Dawa*) demoraria muito tempo (Gonçalves, 2011). Estes indivíduos, que muitos deles não são religiosos, procuram algo que justifique a sua atuação violenta através de autoridades religiosas. Nas suas ações utilizam o método do martírio, representando maioritariamente uma ameaça direta à autoridade e à segurança dos Estados (2011).

Os grupos *jihadistas* são grupos que utilizam pouco a propaganda, para tentarem passar despercebidos, tendo para isso que reduzir o contacto com elementos externos. É este isolar da realidade, que permite que construam a sua própria realidade e é aqui que é incutido o espírito do martírio como uma prova de fé (Gonçalves, 2011).

Fazendo um quadro comparativo, entre a estrutura em rede e a organização hierárquica, que Louis Beam intitulou de “pirâmides”, chega-se à conclusão que a estrutura piramidal tem muitos riscos inerentes, sendo o principal risco a facilidade de penetração. Logo, considera-se que não é um bom método de organização, principalmente em situações onde o governo tem capacidade e vontade para penetrar na estrutura (Beam, 1992).

O sistema baseado nas células terroristas, em que não existe uma cadeia de comando e controlo central, *leaderless cells*, vai dar origem ao movimento *leaderless resistance*, isto é, a resistência sem líder. Beam refere que o principal objetivo da *leaderless resistance* é “atuar sem ser preciso que haja algo planeado” (1992, p.4), isto é, as células estão atentas aos meios de comunicação social e atuam sem ser preciso emitir uma ordem. Um dos exemplos mais carismáticos de uma das células pertencentes às *leaderless cells* foram os atentados de 7 de julho de 2005 em Londres, em que através de ataques bombistas destruíram o Metropolitano e alguns autocarros.

Simson Garfinkel elucida que a *leaderless resistance* “não são organizações: são ideologias”. Para sobreviver, requerem um fluxo constante de novas ações violentas para manter o interesse dos adeptos, ou seja, têm de criar a impressão de um progresso visível rumo a um objetivo (2003). Marc Sageman intitula este tipo de organização como *leaderless jihad*<sup>35</sup> (2004).

---

<sup>35</sup> Este termo significa a *jihad* sem um líder definido.

A Revolução Industrial trouxe uma ferramenta que se veio a mostrar fundamental para a *leaderless resistance*. Essa ferramenta é a Internet que tornou possível as células autónomas comunicarem entre si, partilharem conhecimentos, programas e ações que estejam a planear (Garfinkel, 2003). Podem fazer isto tudo, sem que para isso haja a necessidade de se identificar as pessoas, ou seja, podem comunicar e manter sempre o anonimato (Sageman, 2004).

Por fim, na Europa existe o conhecimento de, pelo menos, duas células em que os seus membros ou foram treinados e recrutados pela Al-Qaeda ou receberam formação em campos no Afeganistão e Paquistão, que foram a Célula de Hamburgo e a Célula de *Hofstad*. Contrariamente, sabe-se que os membros das Células de Madrid e de Londres não tiveram em qualquer campo de treino nem tiveram qualquer formação sobre a fabricação e manuseamento de explosivos, mesmo assim praticaram atos terroristas *jihadistas* (Gonçalves, 2011).

### **3.4.3. RECRUTAMENTO PARA A JIHAD**

Antes do atentado de 11 de setembro de 2001, a Europa era considerada uma área vulnerável no recrutamento de radicais islamitas.

A Europa ficou vulnerável devido a dois aspetos: o primeiro era notória “atitude tolerante dos governos e da indiferença da população em geral” (Taarnby, 2005, p.8) em relação à difusão da ideologia *jihadista* na Europa e aparentemente ignoraram também a presença dos Guerreiros Sagrados (Taarnby, 2005; Gonçalves, 2011). O segundo aspeto foi o aproveitamento dessa tolerância por parte dos clérigos radicais, que pregarem as virtudes da *jihad* nas Mesquitas Europeias e iniciaram o processo de socialização da *jihad* (Sanmartín, 2005), uma vez que era muito fácil entrar nos campos de treino do Afeganistão (Taarnby, 2005).

Os fundamentalistas islamitas europeus eram recrutados através de “mesquitas, centros de informação islâmicos, escolas e instituições de caridade islâmicas” (Taarnby, 2005, p. 40). Os centros religiosos radicais que mais facilitaram o recrutamento para *jihad* na Europa foram: a Mesquita de *Finsbury Park* em Londres, o Centro Cultural Islâmico em Milão, a Mesquita *Abu Baker* em Madrid, e a Mesquita de *Al-Quds*, em Hamburgo. Estas localidades serviram, principalmente, como porta de entrada para a *jihad* global, enviando jovens militantes muçulmanos para centros de formação no Afeganistão (2005).

Em 2001, com a intervenção dos EUA no Afeganistão, as bases de treino foram destruídas, o que privou os voluntários de aprenderem as habilidades terroristas, por um lado, e deixou de ser possível o recrutamento de novos terroristas para os campos de treinos, por outro lado. Michael Taarnby adverte que é possível que com a “perda dos

campos de formação, irá diminuir gradualmente o controle psicológico dos líderes sobre os militantes islâmicos” (2005, p.11). Face a esta situação, os líderes da Al-Qaeda e os Guerreiros Santos foram obrigados a regressarem ao seu país de origem e a juntaram-se às “fileiras dos grupos militantes islâmicos locais”. Outros foram obrigados a organizaram-se em células terroristas independentes (2005, p.11). Desta forma, com esta estrutura organizacional a *jihad* passou para um nível mais complexo.

Após os atentados de 11 de setembro, as autoridades europeias começaram a investigar e a infiltrarem-se nas mesquitas, o que deixou de ser possível existir um recrutamento aberto. Face a isto, criaram-se “mesquitas radicais subterrâneas” (Taarnby, 2005, p.41), os líderes religiosos, *imams*, iniciaram aí uma intensa campanha de propaganda exaltando as virtudes da *jihad*. E, face à dificuldade em recrutar, as prisões começaram a ser um local propício para o recrutamento. Tanto nas mesquitas ilegais como nas prisões são estabelecidos laços de amizade entre os *jihadistas* (2005). Esses laços são estabelecidos por vários motivos, tais como: desde “expição por pecados do passado (Ranstorp cit. in Vegar, 2007, p.169), especialmente crimes” até “alienação social, crises pessoais e influência de elementos mais politizados”, exercida a partir de “sermões, literatura, DVD’s e *chats* na internet” (2007, p.169).

O processo de socialização para a entrada nos grupos terroristas *jihadistas* centra-se em duas fases, a primeira inicia-se “na família, na escola, no grupo de amigos e nas diversas estruturas sociais” (Sanmartín, 2005, p.91) em que o indivíduo em questão está integrado, sendo caracterizado por Sanmartín como um “processo de socialização primário”, que representa o adquirir de um “realidade distorcida do mundo” (2005, p.155). A segunda fase inicia-se quando o jovem já se encontra dentro do grupo terrorista, onde lhe é incutido um conjunto de valores, como por exemplo: a interpretação do sentido da violência (2005).

Para terminar, os jovens que entram nos grupos *jihadistas*<sup>36</sup> são jovens que descendem ou de famílias imigrantes que não se sentem integrados na sociedade ou são jovens que frequentam madraças radicais (Sanmartín, 2005).

#### **3.4.4. FINANCIAMENTO ECONÓMICO**

Em concordância com a Europol, as organizações *jihadistas* precisam de se financiar a dois níveis: financiamento das células terroristas e o financiamento dos ataques terroristas (2007).

A Al-Qaeda estabeleceu, desde os anos 80, uma rede “complexa, robusta e resistente” (Gunaratna, 2004, p.146) para criar e movimentar os seus fundos. Inicialmente

---

<sup>36</sup> Segundo Marc Sageman, a média de idades de entrada para esses grupos terroristas é de 25 anos (2004).

a Al-Qaeda foi patrocinada por diversos empresários abastados, banqueiros e mesmo por alguns Estados Orientais. Com o desenvolvimento da Al-Qaeda, esta chegou ao ponto de criar as suas próprias empresas, fundando instituições humanitárias e privadas para poder criar e transacionar os seus fundos (2004).

Para os fluxos de capitais não serem detetados, a Al-Qaeda<sup>37</sup> utiliza com frequência, por um lado, o sistema bancário informal *hawala*, em que os capitais financeiros são transferidos “sem escrutínio ou responsabilidade financeira ou governamental” (Gunaratna, 2004, p.146), por outro lado, aproveita-se das instituições humanitárias para transferir dinheiro (2004).

Os grupos terroristas espalhados pelo mundo também recebem fundos da Al-Qaeda, apesar de, atualmente, não estarem a receber tantos fundos como no início (Wechsler in Gunaratna, 2004). A rede financeira da Al-Qaeda no Ocidente foi detetada pelos EUA em 1998. No entanto, esta tem-se mostrado bastante sólida, por vários fatores. Primeiro, os grupos têm uma mobilidade extrema que lhes permitem uma rápida transferência de bens quando se sentem ameaçados (Gunaratna, 2004). Segundo, alguns países da Europa Ocidental (exemplo: Escandinávia) recusaram-se a assinar a Convenção das Nações Unidas sobre a Supressão do Financiamento do Terrorismo (2004). Terceiro, até aos atentados às torres gémeas, os esforços americanos em eliminar as infraestruturas financeiras da Al-Qaeda não foram possíveis devido à falta de apoio internacional (2004), ou seja, os EUA eram o único país que tinha uma visão do terrorismo considerada por Sageman (2004) como *Hard Power*, a restante Europa desvalorizava o terrorismo *jihadista*, o que provocou dificuldades na deteção, por exemplo, das redes financeiras. Quarto, os governos ou os indivíduos responsáveis pela gestão das instituições humanitárias islâmicas não conseguem controlar os utilizadores finais dos fundos, a não ser que haja uma ameaça direta aos seus governos. Repare-se que é muito difícil qualquer governo conseguir controlar qualquer ONG islâmica (Gunaratna, 2004).

A rede de financiamento europeia (Gunaratna, 2004) é muito mais recente se for comparada com a rede norte-americana ou asiática, sendo a principal razão o facto de existir um bom controlo fronteiriço. Osama Bin Laden percebeu que seria muito

---

<sup>37</sup> Em 2000, foi apreendida em Manchester, Inglaterra, uma declaração da Al-Qaeda sobre segurança financeira. A Al-Qaeda definiu e cinco princípios de segurança financeira: primeiro, “os fundos devem dividir-se entre os que são investidos para obter lucro financeiro e o saldo – fundos operacionais - que deve ser guardado e gasto apenas nas operações”; segundo, “os fundos operacionais não devem ser guardados num único local”; terceiro, “só alguns membros da organização devem ter conhecimento da localização desses fundos”; quarto, “quando se transportam grandes quantidades de dinheiro devem tomar precauções”; quinto, “o dinheiro deve ser guardado em locais que não pertençam a membros da organização e gasto apenas quando necessário” (Gunaratna, 2004, p. 146).

complicado criar uma rede de financiamento na Europa. Então, aproveita-se de quatro redes bem organizadas que já existiam. Primitivamente a Al-Qaeda introduz-se na organização islâmica moderada denominada *Frente Islâmica de Salvação* e, posteriormente infiltra-se nos grupos mais radicais e clandestinos como: *Takfir Wal Hijra*, o *Grupo Islâmico Armado da Argélia* e o *Grupo Salafista para a Predicação e o Combate*, atual *Al-Qaeda do Magrebe Islâmico*. E é nestes grupos que a Al-Qaeda tem mais sucesso.

O financiamento das organizações terroristas islamitas é feito através da via legal e ilegal. Legalmente, criaram-se e gerem-se pequenas empresas, que depois enviam os lucros para contas *offshore*. Apela a doações individuais e de empresas que são recolhidas em mesquitas, ao abrigo do fundo religioso *Zakat* (FATF, 2005). Estes fundos são recolhidos por organizações de caridade ou por indivíduos para “apoiar grupos radicais dentro e fora da UE” (Europol, 2007, p.21). Por oposição, os grupos islamitas também recorrem a meios ilegais como parcerias com redes de tráfico de droga (FATF, 2005), mas o que se tem verificado mais na UE são a comercialização de *software* e DVD's contrafeitos, falsificações de cartões de crédito e de documentos de identidade, tráfico de pessoas (Europol, 2007) e auxílio à imigração ilegal (RASI, 2010).

Dada a complexidade da recolha de fundos para financiar o terrorismo *jihadista* é impossível prever a quantidade de dinheiro que é usado no financiamento das redes e dos atentados. Rachel Ehrenfeld avança que “o custo total de manter uma rede *jihadista* global atinge vários biliões de dólares por ano (Ehrenfeld cit. in Vegar, 2008, p.22).

Por fim, em termos estatísticos na União Europeia tem-se constatado que dez por cento dos suspeitos detidos, entre 2004 e 2005, estavam envolvidos no apoio financeiro e logístico das organizações terroristas islamitas (Europol, 2007). No caso específico de Portugal, há pouca informação em fontes abertas sobre o financiamento das células terroristas. O que se sabe é que os imigrantes islamitas volantes ou imigrantes que permanecem em Portugal durante algum tempo “recolhem e enviam donativos da comunidade” (Vd. Anexo 2) para financiarem células terroristas.

### **3.4.5. MARTÍRIO**

O martírio significa “aquele que sofreu a morte para testemunhar a verdade da religião que professa” (Costa, H., 2003, p.15). O martírio é visto de duas perspetivas, por um lado, é o testemunho de um crente para mostrar o fervor da sua fé, por outro lado, é um ato religioso de auto sacrifício (2003).

Para os muçulmanos, o martírio é dar a sua vida por *Deus*, isto é, o mártir é aquele que com o sacrifício da sua vida testemunha a veracidade da sua fé. O Islão

proíbe ainda que se diga que o mártir morreu, pois este viverá eternamente no paraíso, sendo-lhe absolvidos todos os pecados (Costa, H., 2003).

Os fundamentalistas islamitas têm uma perspetiva do martírio diferente dos muçulmanos moderados. Para os fundamentalistas o ato do martírio é um “rito de destruição”, isto é, a morte é vista como algo de positivo (Costa, H., 2003, p.16). *Mohamed Fadlálá*, líder espiritual do *Hezbollah*, assume uma posição religiosa muito radical acerca do martírio. Na sua visão, um bom muçulmano é um indivíduo que na luta pela defesa do Islão se faz matar, e isto sim é que é ser mártir. Os islamitas acreditam que quem se mata por *Deus*, tem uma recompensa no Paraíso e não é um suicida mas sim um mártir (Fadlálá in Sanmartín, 2005).

O Mundo Ocidental não faz a distinção entre os atos de martírio e os atos suicidas. Mas, a religião muçulmana faz e inclusive proíbe a prática do suicídio no *Alcorão* (Torres, A., 2004). Para os radicais, um mártir é um indivíduo altruísta que dá a sua vida pelos demais, ou seja, é um indivíduo que luta pelo “Bem que, inevitavelmente, terá de vencer, nem que para isso hajam centenas de mortes” (Duarte, 2009, p.74). Enquanto o suicídio acontece devido ao facto do esgotamento da alma, o que demonstra um profundo egoísmo (Sanmartín, 2005).

O primeiro atentado suicida do século XX aconteceu no dia 18 de abril de 1983 no Líbano, quando um camião carregado com 4500kg de explosivos passou todos os obstáculos e embateu na sede da embaixada dos Estados Unidos em Beirute, vitimando fatalmente 63 pessoas.

Gilles Kepel classifica os mártires em três categorias. Na primeira categoria classifica os “combatentes *jihadistas* aspirantes ao martírio”, que são os indivíduos que se estão a preparar moralmente para o cometimento do atentado bombista; na segunda categoria estão os “combatentes da *jihad*”, que foram todos os indivíduos que combateram o inimigo durante os dezoito anos da ocupação Israelita e por fim, na terceira categoria enquadra-se os “mártires da *jihad*”, que foram todos os combatentes “Libaneses que, independentemente da confissão ou função, Israel causou a morte” (2008, p.96).

Em suma, a principal diferença do mártir muçulmano para o mártir cristão resumem-se no seguinte, no caso muçulmano o mártir dá o testemunho da sua fé com o sacrifício da sua vida, enquanto o mártir cristão limita-se a desejar matar-se (Sanmartín, 2005).



## 4. PREVENÇÃO DO TERRORISMO JIHADISTA EM PORTUGAL

### 4.1. A COMUNIDADE ISLÂMICA EM PORTUGAL

No ano de 711 d.C. o Islão e os muçulmanos estiveram presentes na Península Ibérica. Os muçulmanos ocuparam primordialmente a zona do território da península que se designou por Al-Andalus (Andaluzia). O legado árabe-islâmico esteve presente vários séculos na península e deixou marcas profundas na cultura dos habitantes da Península Ibérica. Algumas dessas marcas ainda hoje estão presentes no nosso território, nomeadamente: o legado sunita, a influência muçulmana na agricultura, no vocabulário, na toponímia e até em alguns ofícios tradicionais, entre outros (Saraiva, 2007).

No século XIII, o rei D. Fernando III conquista o reino de Leão e Castela e assume a governação de dois territórios-chave - Córdoba (1236) e Sevilha (1248), ficando assim completa a Reconquista Cristã (Farinha in Mhomed, 2007). A partir desta data, o legado islâmico apenas ficou concentrado em Granada, vindo a cair no ano de 1492 d.C. Porém, as conversações entre muçulmanos e cristãos degradaram-se em larga escala com a chegada da Inquisição, demorando o seu tempo até reatarem as conversações (Saraiva, 2007; Mhomed, 2007).

Até meados dos anos 80 não havia estudos sobre a presença muçulmana na Europa, e em específico em Portugal, vindo a aparecer no decénio de 90. A principal razão para esta falta de investigação centra-se na prevalência de outros temas e nos valores diminutos dos fluxos muçulmanos para Portugal (Mhomed, 2007). Apesar da falta de estudos sobre a presença muçulmana, pensa-se que só com o fim da Guerra do Ultramar é que a presença muçulmana começou a ser substancial em Portugal.

No início do século XX, verifica-se a existência várias religiões no território português, sendo uma dessas religiões, a religião islâmica. Esta religião era vista pelos católicos uma forte ameaça à unicidade do catolicismo conservador.

A Comunidade Islâmica em Portugal começou-se a formar na década de 70 com a vinda de famílias das ex-colónias, nomeadamente de maioria sunita e alguns em pequena escala do ramo *Ismaelita Nizari*<sup>38</sup> vindos essencialmente de Moçambique e em menor número da Guiné-Bissau (Costa, S., 2006).

Nos inícios dos anos 90, tivemos um fluxo de imigrantes do Norte de África e do Indostão, particularmente do Paquistão e Bangladesh. Apesar de nestes fluxos terem vindo muito muçulmanos com boas intenções, também é muito provável que também

---

<sup>38</sup> Na CIP contam-se cerca de 7 a 8 mil membros, número bastante elevado se for comparado com outros países europeus. O seu líder espiritual é 49º Imã que é o Príncipe Aga Khan (Costa, S., 2006).

tenham vindo muitos elementos seguidores do fundamentalismo ou mesmo indivíduos que no futuro podem vir a fazê-lo (Torres, J., 2007).

Existem hoje em Portugal cerca de 40000 muçulmanos<sup>39</sup>, espalhados essencialmente pela Grande Lisboa, Porto e na zona do Algarve. Esta comunidade é pequena, se for comparada com outros países como França ou Alemanha. Mas, se comparamos a população muçulmana residente em Portugal com a população nacional, já é algo substancial. Acrescenta ainda que a atual comunidade islâmica já conta com uma parte significativa de muçulmanos que nasceram em Portugal, que são os indivíduos de segunda e terceira geração, filhos ou netos, dos primeiros muçulmanos que vieram para Portugal.

Hoje em dia, “o seio comunidade islâmica em Portugal não é fundamentalista” (Vd. Anexo 2). Todavia, não quer dizer que não existam elementos fundamentalistas nessa comunidade. Por outras palavras, a maioria da comunidade islâmica não é fundamentalista (Vd. Anexo 2), no entanto, existem em Portugal elementos fundamentalistas, como é o caso do movimento *Tabligh Jamaat* (Vd. Anexo 3). E, no seio das comunidades de imigrantes ilegais espalhados pelo país também é muito provável que existam elementos fundamentalistas (Vd. Anexo 2).

#### **4.1.1. CARACTERÍSTICAS**

A comunidade islâmica portuguesa pode ser dividida em dois grupos: o primeiro é constituído pela comunidade islâmica tradicional e o segundo, é constituído pelos imigrantes islâmicos volantes.

A comunidade islâmica, por um lado, aparentemente encontra-se perfeitamente integrada na sociedade portuguesa e tem mostrado ser uma comunidade pacífica (Vd. Anexo 4), por outro lado, indica sinais de não estar integrada. Vegar considera que o núcleo central da comunidade portuguesa é moderado, inclusive os jovens estudam nas escolas portuguesas, e por norma, os adultos trabalham entre eles no ramo do comércio e do imobiliário, entre outros (Vd. Anexo 2). Contrariamente, excecionalmente se vê um muçulmano em Portugal a conviver com os cidadãos portugueses, sendo mesmo raro ver muçulmanos, por exemplo num estádio de futebol (Vd. Anexo 2). Este fechamento para a sociedade pode significar duas coisas: ou, o nível de integração é ainda baixo ou estabeleceram os seus próprios circuitos sociais e profissionais. Apesar de não serem um povo conflituoso no nosso país, são uma comunidade que está exulada dentro do nosso território.

---

<sup>39</sup> Consultado em 20-03-2012, disponível em: [http://www.comunidadeislamica.pt/02b.php?nivel\\_1=2&nivel\\_2=22](http://www.comunidadeislamica.pt/02b.php?nivel_1=2&nivel_2=22).

A comunidade imigrante é completamente diferente da comunidade central. Em Portugal, existe uma aglomeração considerada de imigrantes volantes, sobretudo Marroquinos e Magrebinos, na zona de Almada e de Odivelas. Estes imigrantes são de maioria paquistanesa e procuram “trabalho na construção civil, no pequeno comércio, nos restaurantes indianos” (Vd. Anexo 2) para depois, possivelmente e pelo menos parte destes, obterem o casamento com cidadãs portuguesas, com o objetivo de se legalizarem.

Em jeito de conclusão, a grande maioria dos imigrantes islâmicos vivem e trabalham em condições precárias e não fala a língua. Logo, são uma comunidade que não demonstra qualquer sinal de integração, sendo nesta comunidade que se deve prestar mais atenção (Vd. Anexo 2), pois estão mais vulneráveis e serão os indivíduos que possuem mais probabilidade de ingressarem nas células terroristas islamitas, ou mesmo os mais dispostos a auto radicalizarem-se.

#### **4.1.2. COMUNIDADE ISLÂMICA DE LISBOA**

Em 1968 foi criada a comunidade islâmica de Lisboa por um grupo de jovens, cerca de 25 a 30, oriundos das ex-colónias que se encontravam em Lisboa a estudar. Nesta época encontrávamo-nos no período do Estado Novo, o que não permitiu uma instalação fácil à CIL (Mhommed, 2007).

Estima-se que em 1974 o número de muçulmanos a viver em Portugal rondava entre os 4 e os 6 mil. Em virtude não possuírem um local de culto, o embaixador do Egito convidou os muçulmanos a usarem as caves da sua residência como local de oração. Mais tarde, em 1979, o governo ofereceu uma parte do palácio do Príncipe Real para instalarem uma mesquita provisória. Em contraponto, os restantes muçulmanos que não se podiam deslocar a Lisboa para orar, continuaram a orar em locais privados, como pensões ou casas privadas (Mhommed, 2007). Só em 1982 é que foi construída a primeira mesquita de Lisboa, na zona do Laranjeiro<sup>40</sup>.

#### **4.2. ATENTADOS TERRORISTAS EM PORTUGAL**

Portugal tem um fraco historial de atentados terroristas. No século XX existiram alguns atentados terroristas da responsabilidade das FP-25 de abril que tiveram como

---

<sup>40</sup> Hoje em dia existem mais de 10 mesquitas provisórias e locais de culto espalhado pelo país. Em Lisboa e zona envolvente encontram-se os principais locais de culto: Portela, Póvoa de St. Adrião, Forte da Casa, Colina do Sol, St. António de Cavaleiros, Vialonga, Carnaxide, Sacavém, Palmela. Fora da grande Lisboa existem em: Évora, Porto, Albufeira, Portimão, Faro e na Madeira.

resultado 17 homicídios e 14 feridos graves (Costa, J., 2004), ficando marcados pela utilização de instrumentos pouco desenvolvidos.

Existiram dois atentados que marcam a História Portuguesa e que foram mediatizados pela imprensa internacional. O primeiro foi em 1908 com o assassinato no Terreiro do Paço, Lisboa, do Rei D. Carlos e do seu filho primogénito, príncipe Luís Filipe. A origem deste atentado foi atribuída a membros da Carbonária, ligados à Maçonaria. O segundo atentado foi o assassinato de Sidónio Pais em 1918, na Estação do Rossio. Posto isto, estes atentados provocaram alterações políticas significativas.

Nos finais do século XX, Portugal foi alvo de três atentados terroristas, a nível internacional:

- No dia 13 de novembro de 1979, quando o embaixador de Israel em Portugal, *Ephraim Edar*, se encontrava nas imediações da instalação diplomática foi vítima de tentativa de homicídio por parte da *Organização Nasserista para a Libertação dos Presos no Egito*, tendo falecido um elemento da PSP (Carrilho, 2007).

- Em 10 de abril de 1983, o médico e político palestino, *Issam Sartawi*, fundador da *Organização para a Libertação da Palestina* foi assassinado na zona do Algarve, em Montechoro, quando assistia ao Congresso Internacional Socialista, por um membro extremista palestino da organização de *Abu Nidal*, que se encontrava ilegal em território nacional (Torres, J., 2007).

- Em 1983 existiu outro atentado em Portugal. No dia 27 de julho, um grupo de homens pertencentes ao *Exército Revolucionário Arménio* lançou um ataque contra a embaixada da Turquia em Lisboa, tendo acabado por morrer os cinco assaltantes, um polícia e a esposa do diplomata (Carrilho, 2007).

No plano do terrorismo *jihadista*, Portugal, aparenta ser um país seguro. No entanto, não quer dizer que não se possa vir a concretizar um atentado em Portugal. Veja-se que se alguma célula terrorista considerar em Portugal um “lugar simbólico”, poderá constituir cá uma célula e realizar o atentado ou poderá vir de fora e “desencadear a ação e sair rapidamente” do país (Vd. Anexo 4) ou mesmo existir um caso de auto radicalização.

Duarte indica que em Portugal existem elementos pertencentes ao movimento violento formado no Sul Asiático, mais precisamente na Índia, que é o *Tabligh Jamaat* (Vd. Anexo 3). Em 2009, o Diário de Notícias<sup>41</sup> lançou a notícia, não confirmada, que o grupo *Tabligh Jamaat* em Portugal era constituído por algumas dezenas de paquistaneses, que eram apologistas dos ideais de pureza e de ortodoxia islâmica. Até ao momento, que se saiba, esta ameaça está controlada.

---

<sup>41</sup> Consultado em 02-04-2012, disponível em: [\[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1373112\]](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1373112).

A notícia acima referida indica também que, em 2004, tivemos uma visita às mesquitas de Odivelas e Palmela que perturbou a comunidade islâmica nacional. A presença foi de um dos cabecilhas da Al-Qaeda na Europa, *Delower Hossain*, e segundo José Torres (2007) veio para estabelecer contactos junto da comunidade muçulmana a fim de recrutar possíveis elementos para desempenhar funções logísticas.

Em Portugal nunca existiu um ato terrorista que fosse reivindicado pela AQMA. No início do EURO 2004, pensa-se (não foi confirmado pelas autoridades portuguesas) que tivemos um grupo de muçulmanos pertencentes à célula do *Hoffstand*, que se estavam a preparar para assassinar o agora Presidente da Comissão Europeia, *Durão Barroso* (Vd. Anexo 3). Esse grupo foi investigado mas nada foi intercetado que os ligasse a Bin Laden, pelo que acabaram por ser repatriados no seu país de origem, por permanecerem ilegalmente em território nacional (Torres, J., 2007). Nesse grupo encontrava-se o marroquino *Noureddine* que partilhou apartamento com o holandês, *Mohammed Bouyeri*, suspeito do assassinato, em Amesterdão, do holandês *Theo Van-Gogh* (Kepel, 2008).

Ainda durante o Euro 2004, Portugal foi alvo de discussão num fórum islâmico na Internet, onde era claro o incentivo à *jihad* em língua árabe contra alguns países que participaram na Guerra do Iraque. Mesmo com a presença das Forças Armadas no Afeganistão, ao que se sabe, Portugal nunca foi referenciado em *fatwas* da AQMA (Torres, J., 2007).

#### 4.2.1. AL-QAEDA DO MAGREBE ISLÂMICO

O RASI aponta que um dos grupos terroristas que poderá vir a laborar em território nacional é a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico. Este grupo, com filiação na Al-Qaeda, absorveu o GSPC e congregou grupos combatentes em países magrebins, tais como: Marrocos, Líbia, Tunísia e Argélia. A AQMI tem “vindo a dar sinais de aumento da sua capacidade operacional e de influência crescente nas regiões do Magreb e do Sahel” (2010, p.26). Embora os Serviços de Informações estejam atentos, parece fundamental que não se desvie a atenção deste grupo, uma vez que podem lançar a *jihad* no Norte de África e quem sabe na UE<sup>42</sup>. E, consideramos que não será difícil dada a “proximidade do Norte de África e a facilidade de movimentação de extremistas através das fronteiras externas da UE” (2010, p. 26).

Em termos de atividade operacional a AQMI pode reacender o velho ressentimento da questão do *Al-Andalus* e se isso acontecer é importante não esquecer

---

<sup>42</sup> Em novembro de 2009, 17 argelinos foram detidos pelas Autoridades Italianas. Estes indivíduos eram suspeitos de uma variedade de crimes, como: falsificação de documentos, roubos e furtos. Realizavam estes crimes há três anos e rendeu-lhes um volume de negócios estimado em um milhão de euros. “O dinheiro foi usado para o financiamento da AQMI” (Europol, 2010, p.14).

que uma parte de Lisboa integra esse território. Esta organização tem vindo a fazer alguns atos terroristas, tais como: em março de 2009 exigiu que 20 indivíduos, de nacionalidade Argelina e Mauritânia, detidos em Mali, fossem libertados, sendo esta a condição para a libertação de seis reféns ocidentais (dois canadianos, um suíço e um alemão) (Europol, 2010).

Nos finais de 2009 a AQMI regressou com uma nova onda de sequestros. Em 25 novembro de 2009, um cidadão francês foi sequestrado em Mali. Quatro dias depois, na Mauritânia foram sequestrados três trabalhadores humanitários espanhóis. Em dezembro de 2009 a AQMI assumiu publicamente a autoria dos raptos e argumentou que o fez na sequência da guerra do Ocidente contra o Islão (Europol, 2010). Ainda, em dezembro de 2009 foram sequestrados na Mauritânia um casal italiano por estar indiciado de recrutamento militar da Itália no Afeganistão e no Iraque (2010).

Para terminar, repare-se que os reféns da AQMI são todos ocidentais o que permite afirmar que a AQMI está atenta à Europa.

#### **4.3. AS INFORMAÇÕES NA PREVENÇÃO DO TERRORISMO JIHADISTA**

As informações foram e são peça base para se obter e manter o Poder. As informações são fulcrais para se estar num nível superior e mais avançado face ao adversário, isto é, quem tiver mais “informações tão corretas quanto possível” (Pinheiro, 2008, p.76) poderá não só perceber a panorâmica, seja ela global, internacional ou regional, como também poderá antecipar e moldar os “teatros mais previsíveis” (2008).

As informações sempre foram algo imprescindíveis para a conquista das maiores batalhas e guerras. Repare-se que tiveram um papel fundamental nas duas Grandes Guerras e também na Guerra Fria (Nabais, 2011). Já Sun Tzu referiu que “aquilo que possibilita ao soberano sábio e ao bom general atacar e vencer, conseguindo feitos fora do alcance do comum dos mortais, é a presciência” (Tzu cit. in Nabais, 2011, p.13). Por presciência entende-se prever e conhecer o futuro. Assim, é necessário recolher o máximo de informações para que se possa prever e optar por uma melhor prevenção.

Na linha de pensamento de Stanley a atividade de informações é “um processo complexo de pesquisa, avaliação, integração e interpretação de informações”. As informações devem ser bem coordenadas e integradas de modo a chegar em tempo oportuno a quem necessita delas que são os “responsáveis pelas tomadas de decisões” (Stanley cit. in Cardoso, 1980, p.137). Abram Shulsky entende a atividade de informações como “a obtenção e análise de dados informativos”, utilizando métodos como “a espionagem, a fotografia aérea, a interceção de comunicações ou a pesquisa de documentos públicos”, mas também a “negação do acesso dos adversários à

informação, ou enganando-os acerca dos factos e do seu significado” (Shulsky cit. in Vegar, 2008, p.32).

É essencial que a atividade de informações compreenda transversalmente um conjunto de fases, designadas tecnicamente por Ciclo de Informações<sup>43</sup>. Este ciclo inicia-se quando uma determinada informação que é “solicitada, recolhida/pesquisada recorrendo a meios específicos, analisada/processada e divulgada – que se traduz no trabalho sistemático desenvolvido no quadro de uma organização específica criada com o objetivo de atingir um produto final”, e assim, alcança-se o “conhecimento específico necessário à tomada de decisões” (Carvalho, 2009).

É fundamental clarificar que o tipo de informações aqui tratado são as informações do domínio da expressão inglesa *intelligence* e não *information*.

A *intelligence* significa “o produto da recolha sistemática, avaliação e síntese, de dados em bruto, sobre pessoas ou atividades suspeitas de ser, ou que se sabe serem, de natureza criminosa” (IACP in United States, 2003, p.28). Na *intelligence* as informações analisadas têm por objetivo determinar a sua importância e são “compiladas, analisadas e, podem ou não ser partilhadas, com o intuito de antecipar, prevenir, ou monitorizar a atividade criminosa” (2003, p.28). Posto isto, pode-se então afirmar que a *intelligence* prende-se sobretudo em “áreas de soberania ultrassensíveis, como as de segurança” (Pinheiro, 2008, p.77). A *intelligence* pode ainda ser vista, num leque mais alargado, “como o conjunto de atividades que visam pesquisar e explorar notícias em proveito de um Estado” (Carvalho, 2009).

A *information* são as notícias ou informações isoladas, que podem ser verídicas ou não, “tratando-se de material não avaliado e não explorado que, previamente, pode apresentar interesse para um serviço de informações, sendo as informações o resultado do processo de integração daquelas”, sendo classificadas “em função da finalidade, do tempo, do objetivo e do método” (Carvalho, 2009).

Há ainda que fazer distinção entre informações externas e informações internas. As informações externas referem-se “à aquisição de conhecimento sobre o poder e as atividades dos Estados ou entidades supra e infra estatais estrangeiras adversas que possam constituir ameaça para a defesa nacional ou aos interesses estratégicos do país”, isto é, estas informações revestem um carácter mais estratégico. Porém, as

---

<sup>43</sup> “A orientação da pesquisa, fase em que se definem as prioridades; a pesquisa, fase em que se obtêm as notícias através da exploração dos diferentes tipos de fontes (Humanas ou técnicas); o processamento, fase em que se transformam as notícias em informações através de um processo, também ele dinâmico, de registo, de estudo, integração e interpretação analítica de todas as notícias disponíveis; e a exploração, última fase em que se utilizam as informações, procedendo-se à sua difusão, mas também a um processo ulterior de estudo destinado a determinar as possibilidades do adversário, o perigo que representa, as suas vulnerabilidades e estabelecer a possibilidade de concretização da ameaça que representa” (Carvalho, 2009).

informações internas destinam-se “a conhecer atividades operacionais adversas com reflexos na segurança interna” (Carvalho, 2009).

O terrorismo do século XXI é um terrorismo de âmbito transnacional. A dificuldade é saber se a ameaça produzida é interna ou externa. Deste modo, o fenómeno do terrorismo transnacional abrange e atravessa várias fronteiras, isto quer dizer que o terrorismo é uma ameaça de fonte externa. Todavia, os seus atos refletem-se no interior de cada Estado, logo também ameaçam a segurança interna (Nabais, 2011).

No caso particular do terrorismo *jihadista*, que é um fenómeno possuidor de amplitude internacional, a ameaça é externa, oriunda dos grupos e das células terroristas. No entanto, estas células têm mobilidade para ingressarem num país e ataquem a soberania desse país, ameaçando a sua segurança interna. Outro facto importante que poderá ameaçar a segurança interna é a auto radicalização e o *homegrown terrorism*. Por estas razões, justifica-se a coesão e a união de esforços entre as dimensões externa e interna.

Face à internacionalização do terrorismo *jihadista* torna-se relevante trabalhar as informações de segurança, e deixa-se de lado a especulação entre informações internas ou externas. As informações de segurança “dizem respeito ao estudo e avaliação de riscos e à prevenção de ameaças, com origem externa ou interna, à segurança dos Estados, e que se enquadram na tipologia de ameaças assimétricas” (Romana, 2005).

Na ótica de Sousa Lara (2007), para que um Estado possa prevenir os atos terroristas deve elaborar uma alargada política de informações para a segurança, sendo que para isso, o Estado deve fazê-lo quer isoladamente quer associadamente. Deste modo, “as informações de segurança compreendem, mais teórica do que praticamente, o domínio interno e o domínio estratégico, isto é, as áreas mais ligadas à segurança pública do nível doméstico dos Estados, ou mais ligadas à Defesa” (2007, p.57) e, por conseguinte, este conceito deve ser estendido ao domínio das forças armadas.

#### **4.3.1. PARTILHA DE INFORMAÇÕES**

Como já foi referido anteriormente, as informações são um grande apoio à tomada de decisão, pois possibilitam ao decisor um leque maior de alternativas a ponderar face a determinado problema. Então, a partir do momento em que se recolhe e que posteriormente se analisa essa informação “é fundamental que as pessoas certas tenham acesso às informações certas no momento certo” (Baird & Chairmen, 2006, p.7), quer isto dizer isto que, é importante que essa informação chegue em tempo útil a quem de direito. Embora, as informações possam não interessar diretamente a quem as recolheu ou



recebeu, podem ser preciosas para outra entidade, “daí a necessidade da sua partilha” (Nabais, 2011, p.16).

O terrorismo *jihadista* é um fenómeno que se tem revelado complexo, que para ser combatido é necessário aplicar “políticas e estratégias” que devem ter como alvo central e primordial “a deteção, em tempo útil, da ameaça” (Romana, 2005). Para isso, é necessário que os serviços e as agências de *intelligence* adotem sistemas de alerta precoce (*early warning systems*) eficazes sejam eles defensivos ou ofensivos, com a finalidade de pesquisar e produzir informações “nas três vertentes estratégicas: política; de defesa e de segurança”. Mesmo assim, este sistema só é viável se existir uma constante alimentação do ciclo de produção de informações de uma forma continuada, para o tornar mais ágil. Sendo necessário “indícios técnicos e informações já processadas” e, para este sistema ser eficiente é obrigatória a presença de mecanismos de comunicação entre os serviços e as forças de segurança (2005).

A era da globalização trouxe a possibilidade aos terroristas de os mesmos comunicarem entre si através de fontes abertas. Esta época acarreta novas ameaças e permite uma grande facilidade na obtenção da informação. Assim, é essencial que os serviços de informações estejam atentos aos novos canais de informação e que na obtenção dessa informação se respeite sempre os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos. Nestes novos canais de informação, denominados por *Open Source Intelligence* (OSINT)<sup>44</sup>, enquadram-se as notícias publicadas pelos *media*, *blogs*, salas de *chat*, bases de dados *pay-per-view*, imagens comerciais de satélite e páginas de internet (Rattman, 2011).

Após os atentados de 11 de setembro, os serviços responsáveis pela *intelligence* reforçaram as suas atenções e começaram a aproveitar todas as fontes de informação (United States, 2008).

Em Portugal, após os atentados acima referidos, em termos tecnológicos não existiu um reforço especial (Vd. Anexo 2). Pensa-se que começou a haver mais partilha de informação, todavia, esta partilha de informação ainda não é a suficiente, Portugal ainda se encontra com uma mentalidade de “partilha pontual” (Vd. Anexo 2). Rodolfo Begonha refere que há dois motivos para a reduzida partilha de informações: o primeiro é o “receio de poder prejudicar a investigação em curso” e o segundo é um motivo mais corporativista, isto é, ao partilhar as informações, as congratulações podem recair sobre

---

<sup>44</sup> Existem outras formas de recolha de informações, tais como: HUMINT (*Human Intelligence*) recolha de informações através de fontes humanas; SIGINT (*Signals Intelligence*) recolha de informações extraídas da interceção de transmissões eletromagnéticas e comunicações; MASINT (*Measurement and Signature Intelligence*) recolha de informações de medições e assinaturas eletromagnéticas; IMINT (*Images Intelligence*) recolha de informações através da interpretação de imagens; GEOINT (*Geospatial Intelligence*) informações extraídas da análise de imagens de satélite.

outro serviço, caso esse serviço comece a investigar e obtenha bons resultados (Vd. Anexo 3).

Na ótica de Duarte, haveria muito mais partilha de informação se os serviços de informação portugueses se fundissem, isto é, “se o SIS e o SIED se fundissem num só sistema” (Vd. Anexo 3), pois o facto de a informação circular de um compartimento para o outro, já há alguma perda. Deste modo, o sistema de partilha de informações em Portugal deve ser revisto, para que se encontre um sistema onde haja mais partilha e que a perda de informação seja a menor possível.

#### **4.3.2. MODELO DE INVESTIGAÇÃO NO COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA**

O modelo de investigação de segurança no combate ao terrorismo *jihadista*, usado pela maioria dos serviços de *intelligence* e pelas polícias ocidentais, é o *modelo da roda dentada*. Este modelo consiste no acompanhamento dos muçulmanos suspeitos, nomeadamente o que os serviços de *intelligence* fazem é, quando têm a informação de que há um muçulmano com um comportamento que indicie ligações, diretas ou indiretas, ao terrorismo, acompanham-no e verificam os seus intuitos. Por esta razão, este modelo de investigação compreende o seguimento do indivíduo, com o objetivo de analisar as suas ligações a potenciais indivíduos terroristas (Vegar, 2008).

Para a sinalização dos muçulmanos suspeitos, os serviços de informações americanos e europeus estão atentos a três tipos de alvos (Vegar, 2008, p.36): o primeiro alvo é composto pelos muçulmanos nascidos ou residentes nos EUA e na Europa, por os mesmos não se integrarem nas sociedades e por estarem envolvidos na prática de crimes.

O segundo alvo é formado pelos “muçulmanos volantes”, integrando normalmente imigrantes ilegais vindos “de países do Médio-Oriente, do Magrebe e da Ásia” (Vegar, 2008, p.36), uma vez que rapidamente podem formar uma célula terrorista. Apesar de viverem em subúrbios e, parte deles, em condições miseráveis, com a colaboração de elementos vindos de fora podem formar uma célula terrorista.

O terceiro tipo de alvos é composto pelos muçulmanos adormecidos. Estes indivíduos são muçulmanos que se encontram já há alguns anos nos países que os acolhem. Aparentemente estão perfeitamente integrados nas comunidades, pertencendo até a uma classe bastante letrada e “um dia recebem uma indicação, e fornecem todo o apoio ou organizam eles mesmo um atentado” (Vegar, 2008, p.36). Segundo Begonha, esta indicação é muitas vezes dada por “agentes dinamizadores” (Vd. Anexo 4).

O modelo de investigação até agora referido é aplicado com o recurso a métodos de informadores, agentes infiltrados e escutas telefónicas. De salientar que o uso de agentes infiltrados é muito raro, porque quebrar a barreira de desconfiança das células terroristas é muito difícil (Vegar, 2008).

Na linha de pensamento de Vegar, em Portugal têm-se conseguido obter bons resultados com os informadores. Estes, são muçulmanos que veem a crença na *jihad* de uma forma diferente dos terroristas e aceitam informar por vários motivos, como por exemplo: rancor, dinheiro ou pelo medo que “se instale a desconfiança ou o ódio da sociedade dominante em relação às suas comunidades e negócios” (2007, p.175).

Este modelo de investigação tem demonstrado algumas limitações. Em primeiro lugar está limitado à dificuldade de interseção em tempo oportuno dos “imigrantes volantes”. Em segundo lugar, os investigadores têm tido dificuldade, nos últimos anos, em definir prioridades de investigação face à complexidade do fenómeno *jihadista*. E por fim, no caso português, é a “falta de coordenação e cooperação entre as entidades investigatórias” (Vegar, 2007, p.175).

Para terminar, a orientação estratégica principal das entidades de investigação deve passar pela procura constante da informação para poderem rapidamente desmantelar uma célula terrorista, sendo o objetivo a identificação do risco e não a anulação parcial da ameaça (Vegar, 2008).

#### **4.4. O SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL NO COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA**

A UE e a NATO são duas instituições que operam na promoção da segurança e na defesa dos Estados Europeus. Com o 11 de setembro existiu em esforço notório em criar alguns mecanismos legais e mesmo operacionais de combate a nível europeu, como por exemplo o estabelecimento da Estratégia de Segurança Interna da União Europeia ou a criação do programa *Defence Against Terrorism* (Costa, J., 2010).

Ao nível da cooperação internacional, tem-se notado cada vez mais, que os serviços de informação e as polícias internacionais têm estabelecido laços de cooperação. Inclusive, os serviços de informação portugueses têm beneficiado das informações fornecidas pelas suas congéneres mundiais (Vegar, 2008).

A UE, através da Europol, analisa as informações que recebe dos países membros, ao qual Portugal se inclui, e faz a distribuição das mesmas, segundo o princípio da necessidade de conhecer. E, ao que tudo indica esta organização tem funcionado bem (Nabais, 2011).

No caso específico do terrorismo *jihadista*, tem-se constatado uma “cooperação contínua”. Esta cooperação tem sido graças aos membros dos serviços de informação americanos, ingleses, franceses e alemães, que têm “procurado estabelecer laços íntimos e úteis com os serviços que lidam com a «origem» da ameaça” (Vegar, 2008, p.37). Quer isto dizer que têm-se estabelecido contactos com os serviços de informação do Médio Oriente, tais como: serviços de informação paquistaneses, sauditas, jordanos, egípcios e iranianos. Além disto, há que realçar a relevância dos serviços de informação israelitas na prevenção deste tipo de terrorismo, uma vez que são os principais fornecedores de informação (2008).

Portugal também já deu alguns passos concretos no sentido do reforçar o seu quadro normativo, definindo em 2003, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, em 2008, a Lei de Segurança Interna<sup>45</sup> e em 2009 a Lei de Defesa Nacional<sup>46</sup>.

As entidades responsáveis pela segurança nacional<sup>47</sup> são: o Serviço de Informações da República Portuguesa, constituído pelo Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e o Serviço de Informações de Segurança; o Ministério Público; o Conselho Superior de Segurança Interna, o Secretário-Geral e o Gabinete Coordenador de Segurança; a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e o Serviço de Estrangeiro e Fronteiras. Fazem ainda parte a Autoridade Marítima Nacional e o Sistema da Autoridade Aeronáutica.

A questão da falta de cooperação entre as forças e serviços de segurança é uma questão antiga. Então, a atual LOIC prevê, no seu art.º 11º, o Sistema Integrado de Informação Criminal que deverá ser alimentado pelos serviços e forças de segurança. José Torres indica que este sistema deve assentar na interligação dos sistemas de informação dos quatro principais OPC's (PJ, PSP, GNR e SEF), que com certeza contribuirá para o combate à criminalidade organizada e em *último rácio* ao terrorismo (2007).

Em 2004 foi criada, por despacho do Primeiro-ministro, a Unidade de Coordenação Antiterrorista, que integra membros permanentes do SIS, SIED, PJ, PSP, GNR, SEF e Autoridade Marítima. A UCAT funciona em dois níveis: um, de coordenação estratégica, onde semanalmente reúnem os líderes das instituições acima mencionadas. Outro, ao nível operacional existe uma sala de operações que funciona 24 horas por dia onde se reúnem os analistas das diversas instituições acima mencionadas. Nesta sala trocam-se conhecimentos e informações, isto é, vão gerando conhecimento acumulado.

---

<sup>45</sup> Lei nº 53/2008, de 29 de agosto.

<sup>46</sup> Lei nº 31-A/2009, de 7 de julho.

<sup>47</sup> Conforme o art.º 25, da Lei nº 53/2008, de 29 de agosto.

A investigação dos casos de terrorismo *jihadista* em Portugal está sob a responsabilidade do Serviço de Informações da República Portuguesa e da Unidade Nacional Contra – Terrorismo<sup>48</sup> da PJ. O SIRP está dividido em dois serviços públicos: o SIED e o SIS. O SIED é o serviço responsável pela “produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”. O SIS é o serviço de segurança “incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”<sup>49</sup>. Todavia, a investigação propriamente dita dos casos de terrorismo está sob a responsabilidade reservada da PJ, segundo o art.º 7. n.º 2 da LOIC.

Em Portugal, já existem algumas plataformas de coordenação do terrorismo. Todavia, julga-se pertinente que se aperfeiçoe a coordenação e que esta coordenação seja mais abrangente. Primeiro, é preciso alterar a mentalidade das instituições, passando a assumir-se uma cultura de partilha, não só pessoal mas acima de tudo uma partilha de informações institucional (Vd. Anexo 4). Segundo, esta partilha deve ser feita dentro de uma “estratégia global de *intelligence*” e de uma “estratégia antiterrorista” onde se inclua “medidas políticas, legais, policiais, militares e socioeconómicas” (Begonha, 2011, p.42). Porém, essa estratégia deve ser divulgada, mas não na totalidade. Só devem ser divulgados os dados que não comprometem a dimensão operacional e tática, ou seja, só se publica aquilo que se considera que não seja pernicioso para o normal desenvolvimento das investigações (Vd. Anexo 2, 3 e 4).

Por fim, as entidades responsáveis pelo combate ao terrorismo *jihadista* devem centrar-se em duas dimensões. Para combater o terrorismo é essencial recolher e partilhar informações, contudo, para prevenir a *jihad* é obrigatório que as entidades percebam a dimensão doutrinal e ideológica da *jihad* (Vd. Anexo 3).

---

<sup>48</sup> Ver art.º 28 da Lei n.º 37/2008, de 06 de agosto.

<sup>49</sup> Informação citada do sítio do SIRP. Consultado em 08-04-2012, disponível em [http://www.sirp.pt/cms/view/id/16].

## CONCLUSÃO

O terrorismo é um fenómeno complexo cujos objetivos, práticas e suportes ideológicos têm vindo a evoluir vertiginosamente. Nas suas configurações clássicas, tal como no terrorismo político ou revolucionário, entre outros, o terrorismo assentava numa estrutura bem definida, organizada hierarquicamente, vulgarmente teorizada como estrutura piramidal (Beam, 1992). Contrariamente, o terrorismo contemporâneo organiza-se maioritariamente numa estrutura em rede (Guedes, 2007). Esta forma organizacional não tem uma cadeia de comando central, antes as células terroristas fazem parte de uma rede e atuam sem ser necessário existir um planeamento e comando centralizados (Beam, 1992).

Mais concretamente, o terrorismo contemporâneo não precisa de organizações rígidas, mantendo-se o princípio fundamental de estar submetido a um princípio ideológico, político ou religioso, e a uma estratégia de poder. Na sua prática, o terrorismo depende de atos violentos (Garfinkel, 2003) e da sua mediatização.

Para estudar o fenómeno do terrorismo é indispensável partir do conhecimento empírico, obtido junto das entidades de segurança, mas também junto das diversas áreas de conhecimento científico, como são a psicologia, sociologia, criminologia, entre outras. Só desta forma será possível obter-se um conhecimento aprofundado do fenómeno.

Em outra dimensão, assinalada na nossa dissertação, é necessário pensar e possivelmente redefinir o conceito de segurança nacional, uma vez que, atualmente, face à ameaça global do terrorismo *jihadista* torna-se dispensável a distinção entre segurança interna e externa.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 e face ao crescente grau da ameaça *jihadista* na Europa, as duas principais plataformas de defesa e segurança europeias - a UE e a NATO, tomaram medidas, com o objetivo estratégico de atenuar a ameaça. No presente século, dizem os estudos de peritos, esta ameaça é representada pelos indivíduos ocidentais, de etnia muçulmana, que desenvolvem ou possam vir a desenvolver um processo de auto radicalização fundamentalista islâmico, nos indivíduos apologistas do *homegrown terrorism* (Precht, 2007) e no grupo AQMI (RASI, 2011). Este grupo opera no Norte de África, muito perto da Europa, e nos últimos três anos os seus reféns são sempre elementos ocidentais.

As medidas estratégicas que referimos foram tomadas logo após os atentados de 2001. Porém, a maior parte dessas medidas só foram implementadas pelos decisores políticos após os atentados de Madrid e Londres (Costa, J., 2010). Portugal, não foi exceção, e efetivou algumas medidas legislativas, bem como criou a UCAT e o Sistema

Integrado de Informação Criminal. Desta forma, constata-se que já existem algumas estruturas competentes para a prevenção e combate ao fenómeno do terrorismo *jihadista*.

No entanto, parece-nos que o arsenal legal não é suficiente. De facto, as entidades de segurança têm de ter estratégias eficazes de investigação que sejam capazes de eliminar a ameaça vinda dos grupos, das células e dos indivíduos propícios a ingressarem num processo de auto radicalização. Todavia, como defende Vegar é preciso mais investimento em meios tecnológicos (Vd. Anexo 2), para fazer face à sofisticação dos meios utilizados pelos terroristas.

A estratégia de combate ao fenómeno do terrorismo *jihadista* deve ser uma estratégia de sinergia e de coordenação total, isto é, deve abranger vários setores e várias áreas, não devendo ser só do domínio dos serviços de *intelligence* ou das polícias. No entanto, não se deve cair no excesso securitário, isto é, deverá existir sempre um equilíbrio entre a liberdade e a segurança (Pereira, 2006).

Neste domínio, é relevante estabelecerem-se laços cooperativos entre o Ministério da Educação e os serviços e as forças de segurança (Vd. Anexo 2 e 3). A título de exemplo, será útil fazer a deteção precoce de jovens muçulmanos portugueses integrados no sistema escolar que manifestem sinais precoces de radicalização, sinais estes bem identificados na literatura técnica.

Uma das estratégias para a prevenção do fenómeno *jihadista* passa por envolver a comunidade, ou seja, é preciso informar as sociedades do que é o *jihadismo* e de quais são os comportamentos que devem estar atentos. Se as pessoas tiverem este conhecimento poderão informar quem de direito. Esta estratégia de prevenção é denominada por *community intelligence*, que já está a ser desenvolvido em alguns países (Vd. Anexo 3).

Por outro lado, para o bom funcionamento das investigações é ainda fundamental que exista cooperação internacional na matéria de informações, que aparentemente tem resultado, e cooperação ao nível nacional (Vegar, 2008), dado que o terrorismo *jihadista* é um fenómeno global e multidimensional.

A cooperação dos meios de segurança de um Estado é fundamental a dois níveis. Primeiro, para que não se desperdicem meios humanos e materiais a investigar os mesmos suspeitos, circuitos e redes. Segundo, a partilha de informações gerará conhecimento acumulado sobre os fenómenos (Vd. Anexo 2), sempre dentro do princípio da necessidade de conhecer.

Em Portugal, constata-se que não existe cruzamento de informação entre todos os serviços e forças de segurança. Como nos comunicou Vegar, existe sim uma

excelente investigação em que o cruzamento de informação é pontual, entre alguns serviços e forças de segurança (Vd. Anexo 2).

Begonha refere que é preciso fomentar uma mentalidade de partilha de informações, deixando de parte o receio de não receber as congratulações ou da perda da investigação (Vd. Anexo 4), sendo que a não partilha de informação é um dos inconvenientes da investigação. Há que exigir que as entidades cooperem entre si, para que estas deixem o espírito corporativista um pouco de lado. Duarte vai um pouco mais além e considera que seria oportuna uma unificação dos serviços de informações (Vd. Anexo 3).

Para a prevenção do terrorismo *jihadista*, os serviços de informações devem estar atentos aos canais utilizados na propagação da ideologia islâmica, tais como *blogs* e sítios da internet; devem controlar os líderes religiosos (Vd. Anexo 4), pois estes têm um grande poder de persuasão e de movimentação de massas; devem estar atentos às prisões e às mesquitas ilegais (Taarnby, 2005) e, acima de tudo, devem fazer um acompanhamento apertado aos elementos fundamentalistas residentes em Portugal (Vd. Anexo 2 e 4).

Antes de responder à pergunta de partida deste trabalho de investigação de cariz teórico, é importante reiterar que na opinião de Vegar e Duarte, em Portugal, face ao conhecimento público existente, não foram ainda detetadas células terroristas adormecidas para o cometimento de um atentado (Vd. Anexo 2 e 3). Existem sim pontos de recuo, como por exemplo locais reservados, tais como apartamentos (Vd. Anexo 2).

Considera-se ainda que em território nacional existem elementos fundamentalistas (Vd. Anexo 2 e 3) e na esteira de Vegar existem elementos muçulmanos ilegais que recolhem dinheiro da *Zakat* (Vd. Anexo 2). Assim, é realista considerar que existem várias condições fundamentais para a formação de uma célula terrorista, apta a planear e concretizar um atentado.

Na linha de pensamento de Vegar, “a probabilidade de ocorrer um atentado em Portugal é tão elevada como em qualquer país Europeu” (Vd. Anexo 2). Ainda assim, Duarte está convicto que é “muito mais provável um atentado realizado em Portugal por elementos vindos de fora com apoio local” (Vd. Anexo 3).

Para terminar, em resposta à pergunta norteadora da investigação, pode-se afirmar que Portugal está vulnerável a um ataque terrorista *jihadista*, por vários motivos, como por exemplo por ser membro da NATO e da UE. Além disso, há sempre a possibilidade de um indivíduo se auto radicalizar no nosso país, e a possibilidade de um jovem ocidental cometer um atentado ao abrigo do *homegrown terrorism*, uma vez que na Europa está a aumentar o sentimento anti islâmico e extremista (RASI, 2011).



## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

AHMED, Akbar. (2002). *O Islão*. Lisboa: Bertrand Editora.

AIRES, Luísa. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta. Consultado em 05-04-2012, disponível em: [http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/1/Paradigma%20Qualitativo%20e%20Práticas%20de%20Investigação%20Educacional.pdf].

ALCORÃO. (1979). Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

ANES, José Manuel. (2006). “O Terrorismo Religioso Contemporâneo – Uma breve introdução”, in *As Teias do Terror - Novas Ameaças Globais*. 1ª Edição. Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia, Lda.

APPADURAI, Arjun. (2006). *Fear of Small Numbers: an essay on the geography of anger*. Londres: Public Planet Books.

BAIRD, Zoë. CHAIRMEN, James. (2006). *Mobilizing Information to Prevent Terrorism: Accelerating Development of a Trusted Information Sharing Environment*. New York: Markle Foundation. Consultado em 05-04-2012, disponível em: [http://www.policyarchive.org/handle/10207/bitstreams/15550.pdf].

BARBOSA, Pedro. (2006). “Aproximação ao problema do terrorismo”, in *As Teias do Terror - Novas Ameaças Globais*. 1ª Edição. Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia, Lda.

BURKE, Jason. (2004). *Al-Qaeda: A História do Islamismo Radical*. Lisboa: Quetzal Editores.

CAETANO, Marcello. (2010). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª Edição. Coimbra: Almedina.

CARDOSO, Pedro. (1980). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Centro Gráfico do Exército.

CLEMENTE, Pedro. (2008). “Islão: Legado de Abraão”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Lisboa: Almedina, pp.87-118.

COOLSAET, Rik. (2008). *Jihadi Terrorism and The Radicalisation Challenge in Europe*. Burlington: Ashgate.

- COSTA, Fátima. (2008). “Guerra e Terrorismo”, in João Rosas (Org.) - *Manual de Filosofia Política*. Coimbra: Almedina, pp. 241-264.
- COSTA, Hélder. (2000). *Shiismo Iraniano: Uma Abordagem Histórico-Sociológica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- COSTA, Hélder. (2001). *Revivalismo Islâmico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- COSTA, Hélder. (2003). *O Martírio no Islão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- COSTA, José Barra da. (2004). *O Terrorismo e as FP 25 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri.
- DENZIN, Norman. LINCOLN, Yvonna. (1994). “Introduction: Entering the field of qualitative research”. In, N. Denzin, Y. Lincoln. - *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage.
- ELIAS, Jamal. (2010). *Islamismo*. Coleção Religiões do Mundo. Lisboa: Edições 70.
- ESTRELA, Edite. SOARES, Maria. LEITÃO, Maria. (2006). *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. 6.ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- FERNANDES, Luís Fiães. (2004). “As sociedades contemporâneas e a ameaça terrorista”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.
- FREIXO, Manuel. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 3.ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- GIDDENS, Anthony. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- GONÇALVES, Francisco. (2011). *O Islamismo Radical e o Combate às suas Ameaças: da Dawa à Jihad*. 1.ª Edição. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- GUEDES, Armando Marques. (2007). *Ligações Perigosas – Conectividade, Coordenação e Aprendizagem em Redes Terroristas*. Lisboa: Almedina.
- GUNARATNA, Rohan. (2004). *No Interior da Al-Qaeda, Rede Global do Terror*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- HOFFMAN, Bruce. (2006a). *Inside Terrorism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- IRIBARNE, Manuel. (2004). “El terrorismo hoy”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

KEPEL, Gilles. (2008). *Terreur et Martyre – Relever le défi de civilisation*. Paris: Éditions Flammarion.

LARA, António de Sousa. (2004). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

LARA, António de Sousa. (2007). *Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Lisboa: Almedina.

LEANDRO, Garcia. (2004). “Uma visão militar sobre o terrorismo”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, Adriano. (2004). “A insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, Adriano. (2010). *Teoria das Relações Internacionais*. 6ª Edição. Coimbra: Almedina.

PEDRO, José. (2004). “Análisis jurídico del terrorismo”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

PEREIRA, Rui. (2006). “Terrorismo e Democracia”, in *As Teias do Terror - Novas Ameaças Globais*. 1ª Edição. Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia, Lda.

PINTO, Maria do Céu. (2003). *Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Ensino Superior.

PINTO, Maria do Céu. (2004). “A Jihad Global e o contexto europeu”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2.ª Edição. Coimbra: Almedina.

RODRIGUES, António. (2003). “Fins do Estado”, in *O Homem e a Ordem Social e Política*. Lisboa: Principia.

ROGEIRO, Nuno. (2003). *O Inimigo Público – Carl Schmitt, Bin Laden e o Terrorismo Pós-Moderno*. 1.ª Edição. Lisboa: Gradiva.

ROGEIRO, Nuno. (2004). “O novo terrorismo internacional como desafio emergente de segurança – novas e velhas dimensões de um conceito problemático”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

ROY, Olivier. (2004). *Globalized Islam: The search for a new ummah*. Nova Iorque: Columbia University Press.

SAGEMAN, Marc. (2004). *Understanding Terror Networks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- SANMARTÍN, José. (2005). *El terrorista – Cómo es. Cómo se hace*. 1.<sup>a</sup> Edição. Barcelona: Ariel, S.A.
- SANTOS, José Loureiro dos. (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SARAIVA, José Hermano. (2007). *História Concisa de Portugal*. 24.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Edições Europa-América.
- SILVA, Teresa de Almeida e. (2011). *Islão e Fundamentalismo Islâmico – das Origens ao Século XXI*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- TORRES, Adelino. (2004). “Terrorismo: o apocalipse da Razão? ”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Almedina.
- VALENTE, Manuel. (2004). “Terrorismo – Fundamento de restrição de Direitos?”, in Adriano Moreira (coord.) - *Terrorismo*. 2.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Almedina.
- VALENTE, Manuel. (2009). *Teoria Geral do Direito Policial*. 2.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Almedina.
- VEGAR, José. (2006). *Serviços Secretos Portugueses – História e Poder da espionagem nacional*. 3.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: A Esfera do Livro.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUTDT, Luc. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Gradiva.
- WRIGHT, Lawrence. (2007). *A Torre do Desassossego – O percurso da Al-Qaeda até ao 11 de setembro*. 1.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Casa das Letras.

## **TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DE PROJETO**

- CANADO, Reinaldo. (2010). *Terrorismo na Aviação Civil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- MHOMED, Imran. (2007). *O Islão Político em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NABAIS, Tiago. (2011). *Prevenção do Terrorismo Transnacional – A partilha de informações no quadro da Europol*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- TORRES, José. (2007). *Terrorismo Islâmico: Gestão dos riscos para a Segurança Nacional*. Monografia de Licenciatura em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

VEGAR, José. (2008). *A Célula e as Fronteiras – Circulação e Posse de Informações no Terrorismo Jihadista, no Crime Organizado Contemporâneo e na Investigação de Segurança*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa.

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANES, José Manuel. (2008). “O Salafismo Radical e Jihadista contra o Islão Popular e Tradicional das Confrarias Sufis: Uma Oportunidade de Estratégia Anti-Terrorista”, in *Revista Segurança e Defesa*, n.º5, pp. 29-36.

BEAM, Louis. (1992). “Leaderless Resistance”, in *The Seditonist*. Consultado em 03-02-2012, disponível em: [<http://www.louisbeam.com/leaderless.htm>].

BEGONHA, Rodolfo. (2011). “A luta antiterrorista dez anos após o 11 de setembro”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 81, pp. 40-42. Consultado em 09-04-2012, disponível em: [<http://www.oa.pt/upl/%7B9049c247-3cce-4dc3-b8ab-cf17df5c932a%7D.PDF>].

BURGUESS, Mark. (2003). “A brief History of Terrorism”, in *Center for Defense Information*. Consultado em 21-09-2011, disponível em: [<http://www.cdi.org/program/issue/document.cfm?DocumentID=1381&IssueID=138&StartRow=1&ListRows=10&appendURL=&Orderby=DateLastUpdated&ProgramID=39&issueID=138>].

CARRILHO, Luís. (2007). “Doutrina Tática e Estratégia na Gestão da Atividade Operacional: A Segurança Pessoal”, in *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Consultado em 02-04-2012, disponível em: [[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=519](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=519)].

CARVALHO, Jorge Silva. (2009). “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”, in *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Consultado em 21-09-2011, disponível em: [[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=732](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=732)].

COGGIOLA, Osvaldo. (2007). *Islão Histórico e Islamismo Político*. São Paulo: Instituto da Cultura Árabe. Consultado em 14-02-2012, disponível em: [<http://pt.scribd.com/doc/7278954/Osvaldo-Coggiola-Isla-Historico-e-Islamismo-Politico-PDF>].

CORREIA, Ângelo. (2006). “O Mundo Árabe – Islâmico”, in *Revista Segurança e Defesa*, n.º1, pp. 10-16.

COSTA, João Paulo. (2010). "Combate ao terrorismo e cooperação civil-militar: o papel da UE e da NATO – reflexos nas áreas da segurança interna e defesa nacional", in *Congresso Nacional de Segurança e Defesa*. Consultado em 06-04-2012, disponível em: [http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD\_3F\_texto\_pdf\_joao\_paulo\_costa.pdf].

COSTA, Sandra. (2006). "O Islão em Portugal", in Maria do Céu Pinto (Org.) – *O Islão na Europa*. Consultado em 20-12-2011, disponível em: [http://myciw.org/forums/showthread.php?t=1146].

DUARTE, Felipe Pathé. (2009). "O Terrorismo Pós-Guerra Fria – Uma Breve Reflexão", in *Revista Segurança e Defesa*, n.º 9, pp. 70-77.

DUARTE, Felipe Pathé. (2010). *Global Jihad in Europe: A Modern and Secular Strategy of Subversion?*. Consultado em 10-01-2012, disponível em: [http://www.ecprnet.eu/databases/conferences/papers/687.pdf].

DUARTE, Felipe Pathé. (2011). "Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?", in *Revista Nação e Defesa*, n.º128, pp. 215-243.

FARIA, José. (2008). "História Concisa do Terrorismo", in *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* de 28 de março de 2008. Consultado em 01-03-2012, disponível em: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\_txt.asp?id=580].

FERNANDES, Luís Fiães. (2004). "Terrorismo: dependência e simbiose com a criminalidade transnacional", in *Revista Politeia*, n.º1, pp. 7-37.

GARCIA, Francisco. (2003). "Tipologias de Guerra", in *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* de 10 de outubro de 2003. Consultado em 17-03-2012, disponível em: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\_txt.asp?id=242].

GARFINKEL, Simson. (2003). "Leaderless resistance today", in *First Monday*. Consultado em 21-02-2012, disponível em: [http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1040/961].

GUEDES, Armando Marques. (2008). "Regularidades e Divergências na Luta contra o Terror: Alguns Dispositivos, Continuidades, Transformações, do século XIX para o XXI", in *Revista Segurança e Defesa*, n.º8, pp. 104-113.

HEGGHAMMER, Thomas. (2009). "The Ideological Hybridization of Jihadi Groups". Consultado em 04-01-2012 em: [http://currenttrends.org/research/detail/the-ideological-hybridization-of-jihadi-groups].

HOFFMAN, Bruce. (2006b). "Combating Al Qaeda and the Militant Islamic". Consultado em 21-09-2011, disponível em: [http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/hoffman\_testimony16feb06.pdf].

JACKSON, Roy. (2006). *Fifty Keys Figures in Islam*. New York: Routledge. Consultado em 01-03-2012, disponível em: [http://pt.scribd.com/doc/57049825/50-Key-Figures-in-Islam-Roy-Jackson].

PINHEIRO, Paulo. (2008). "Terrorismo, Intelligence e Diplomacia", in *Revista Segurança e Defesa*, n.8, pp. 76-79.

RANSTORP, Magnus. (2007). "The Virtual Sanctuary of Al Qaeda and Terrorism in an Age of Globalization", in *International Relations and Security in the Digital Age*. Londres: Routledge. Consultado em 21-09-2011, disponível em: [http://www.humansecuritygateway.com/documents/SNDC\_VirtualSanctuaryAlQaedaTerrorismGlobalisation.pdf].

RATTMAN, Andrew. (2011). "EU Intelligence Services Opening Up to Collaboration". *Euobserver*. Consultado em 05-04-2011, disponível em: [http://euobserver.com/18/31656].

RIBEIRO, António. (2011). *Segurança e Defesa Nacional*. Academia das Ciências de Lisboa: Instituto de Estudos Académicos para Sêniiores. Consultado em 01-03-2012, disponível em: [http://www.acadciencias.pt/files/IEAS/Ant%C3%B3nio%20Silva%20Ribeiro/asribeiro\_24\_01\_2011.pdf].

ROMANA, Heitor. (2005). "Terrorismo e *Intelligence*: um novo quadro analítico". Consultado em 02-04-2012, disponível em: [http://www.janusonline.pt/2005/2005\_4\_1\_11.html].

SANTOS, José Loureiro dos. (2006). "Um novo modelo de Segurança e Defesa para o século XXI". Consultado em 21-09-2011, disponível em: [http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=45].

THACHUK, Kimberley. BOWMAN, Marion. RICHARDSON, Courtney. (2008). *Homegrown Terrorism: The Threat Within*. Washignton: National Defense University Center for Technology and National Security Policy. Consultado em 05-03-2012, disponível em: [http://www.ndu.edu/CTNSP/docUploaded/DTP%2048%20Home%20Grown%20Terrorism.pdf].

VALENTE, Manuel. (2000). "A Segurança como Tarefa Fundamental do Estado", in *Revista Policia Portuguesa*, II Serie, n.º 125, pp.27-30.

VEGAR, José. (2007). “O Encaixe das rodas dentadas: A investigação do terrorismo jihadista”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, pp. 163-181. Consultado em 21-09-2011, disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a08.pdf].

VENTURA, João. (2004). “Terrorismo: da caracterização do fenómeno à reatividade proativa”, in *Polícia e Justiça*, III Série, Nº3, pp. 195-236.

## **SÍTIOS DE INTERNET**

[www.alfurqan.pt](http://www.alfurqan.pt) (consultado em março de 2012).

[www.aljazeera.com](http://www.aljazeera.com) (consultado em fevereiro e abril de 2012).

[www.cia.gov](http://www.cia.gov) (consultado em abril de 2012).

[www.comunidadeislamica.pt](http://www.comunidadeislamica.pt) (consultado em março de 2012).

[www.ctc.usma.edu](http://www.ctc.usma.edu) (consultado em abril de 2012).

[www.europol.europa.eu](http://www.europol.europa.eu) (consultado em fevereiro de 2012).

[www.expresso.sapo.pt](http://www.expresso.sapo.pt) (consultado em janeiro e março de 2012).

[www.mundoislamico.com](http://www.mundoislamico.com) (consultado em janeiro de 2012).

[www.sirp.pt](http://www.sirp.pt) (consultado em abril de 2012).

## **DIPLOMAS LEGAIS E JURISPRIDÊNCIA**

PORTUGAL, Assembleia da República. (2003). “Lei de combate ao terrorismo”. Lei nº52/2003 de 22 de agosto. Diário da República: I Série – A Nº193. Consultado em 10-03-2012, disponível em: [http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/193A00/53985400.pdf].

\_\_\_\_\_, Assembleia da República. (2008). “Lei Orgânica da Polícia Judiciária”. Lei nº 37/2008, de 06 de agosto. Diário da República: I Série – A Nº151. Consultado em 10-04-2012, disponível em: [http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15100/0528105289.pdf].

\_\_\_\_\_, Assembleia da República. (2008). “Lei Orgânica da Investigação Criminal”. Lei nº49/2008 de 27 de agosto. Diário da República: I Série – A Nº165. Consultado em 08-04-2012, disponível em: [http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/16500/0603806042.pdf].

\_\_\_\_\_, Assembleia da República. (2008). “Lei de Segurança Interna”. Lei nº53/2008 de 29 de agosto. Diário da República: I Série – A Nº59. Consultado em 20-02-2012, disponível em: [http://dre.pt/pdf1s/2008/03/05900/0166701674.pdf].



CONSELHO EUROPEU. (2002). “Decisão-Quadro 2002/475/JAI, relativa à luta contra o terrorismo”. Consultado em 27-03-2012, disponível em: [http://europa.eu/legislation\_summaries/justice\_freedom\_security/fight\_against\_terrorism/l33168\_pt.htm].

\_\_\_\_\_. (2004). “Declaração sobre a Luta contra o Terrorismo.” Consultado em 27-03-2012, disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\_data/docs/pressdata/pt/ec/79644.pdf].

\_\_\_\_\_. (2010). “Estratégia de Segurança Interna da União Europeia”. Consultado em 27-03-2012, disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\_data/librairie/PDF/QC3010313PTC.pdf].

## RELATÓRIOS

EUROPOL. (2007). “TE-SAT 2007: EU Terrorism Situation and Trend Report”, in *European Police Office*. Consultado em 15-03-2012, disponível em: [http://www.europol.europa.eu/publications/EU\_Terrorism\_Situation\_and\_Trend\_Report\_TE-SAT/TESAT2007.pdf].

\_\_\_\_\_. (2008). “TE-SAT 2008: EU Terrorism Situation and Trend Report” , in *European Police Office*. Consultado em 15-03-2012, disponível em: [https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/tesat2008.pdf].

\_\_\_\_\_. (2009). “TE-SAT 2009: EU Terrorism Situation and Trend Report”, in *European Police Office*. Consultado em 27-03-2012, disponível em: [https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/tesat2009\_0.pdf].

\_\_\_\_\_. (2010). “TE-SAT 2010: EU Terrorism Situation and Trend Report”, in *European Police Office*. Consultado em 27-03-2012, disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/TE-SAT%202010.pdf].

\_\_\_\_\_. (2011). “TE-SAT 2011: EU Terrorism Situation and Trend Report”, in *European Police Office*. Consultado em 27-03-2012, disponível em: [https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/te-sat2011.pdf].

FINANCIAL ACTION TASK FORCE. (2005). *Money Laundering & Terrorist Financing Typologies*. 2004-2005. Paris: FATF. Consultado em 14-03-2012, disponível em: [http://www.fatf-gafi.org/dataoecd/16/8/35003256.pdf].

HOFFMAN, Bruce. (2006c). *Islam and the West – Searching for a common ground*. Pittsburgh: Rand Testimony. CT-263. Consultado em 22-02-2012, disponível em: [http://www.rand.org/pubs/testimonies/2006/RAND\_CT263.pdf].

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2005). *Middle East/North Africa Report*, n.º 37, 2 de março de 2005. Bruxelas: International Crisis Group. Consultado em 22-02-2012, disponível em: [http://www.crisisgroup.org/en/regions/middle-east-north-africa/north-africa/037-understanding-islamism.aspx].

NATIONAL COUNTERTERRORISM CENTER. (2010). *2009 Report on Terrorism*. 30 de abril de 2010. Washington DC: NCTC. Consultado em 17-04-2012, disponível em: [http://www.nctc.gov/witsbanner/docs/2009\_report\_on\_terrorism.pdf].

PRECHT, Tomas. (2007). *Home Grown Terrorism and Islamist Radicalisation in Europe – From Conversion to Terrorism*. Research report funded by the Danish Ministry of Justice. Consultado em 10-01-2012, disponível em: [http://www.justitsministeriet.dk/fileadmin/downloads/Forskning\_og\_dokumentation/Home\_grown\_terrorism\_and\_Islamist\_radicalisation\_in\_Europe\_-\_an\_assessment\_of\_influencing\_factors\_\_2\_.pdf]

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA. (2010). Sistema de Segurança Interna. Consultado em 20-01-2012, disponível em: [http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/RASI\_%202010.pdf].

\_\_\_\_\_. (2011). Sistema de Segurança Interna. Consultado em 05-04-2012, disponível em: [http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS/relatorio.pdf].

TAARNBY, Michael. (2005). *Recruitment of Islamist Terrorists in Europe. Trends and Perspectives*. Research report funded by the Danish Ministry of Justice. Consultado em 22-02-2012, disponível em: [http://www.investigativeproject.org/documents/testimony/58.pdf].

UNITED STATES. (2003). “The National Criminal Intelligence Sharing Plan- Solutions and approaches for a cohesive plan to improve our nation’s ability to develop and share criminal intelligence”, in *Department of Justice*. Consultado em 02-04-2012, disponível em: [http://www.it.ojp.gov/ncisp].

Lisboa, 26 de abril de 2012

---

José Tiago Pereira Moreira  
Aspirante a Oficial de Polícia, N.º 153572

# ANEXOS

## **ANEXO 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA**

**Nome:**

**Função:**

**Entrevistador:**

**Data e Hora:**

**Duração:**

**Local:**

- 1. Os cidadãos islamitas portugueses e imigrantes ilegais que permanecem em Portugal recolhem fundos da *Zakat* para financiarem as células terroristas?**
- 2. Considera que no seio da comunidade islâmica em Portugal existem elementos fundamentalistas?**
- 3. Considera que em Portugal existem células terroristas islamitas adormecidas?**
- 4. Considera ser mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local? Ou considera que é mais provável um atentado realizado em Portugal por elementos aqui radicados?**
- 5. Como dividiria a comunidade muçulmana portuguesa em termos de características? Há grandes diferenças entre a comunidade tradicional e os imigrantes e possíveis ilegais?**
- 6. Defende que as medidas implementadas pela União Europeia após 2001 contribuíram para uma cultura de partilha de informações?**
- 7. No domínio da partilha nacional de informações, considera que há partilha material de informações ou isto só acontece na teoria?**
- 8. Após os atentados de 2001 nos EUA, considera que Portugal reforçou os seus esforços no domínio da recolha de informações de segurança?**

9. Defende que deve ser divulgado ou não a estratégia nacional pelo menos nas suas linhas gerais?
10. Qual a estratégia que defende que seja melhor para a prevenção do terrorismo *jihadista*?
11. Considera que o sistema de segurança nacional é eficiente no combate ao terrorismo *jihadista*?
12. Deseja acrescentar algo mais, que considere pertinente ou que não tenha sido abordado?

## **ANEXO 2 - ENTREVISTA AO MESTRE JOSÉ VEGAR**

**Nome:** Mestre José Vekar

**Função:** Professor e autor

**Entrevistador:** José Tiago Pereira Moreira (Aspirante a O.P.)

**Data e Hora:** 35 de janeiro de 2012 – 15h15

**Duração:** 35min

**Local:** Anfiteatro ao ar livre da Fundação Calouste Gulbenkian

### **1. Os cidadãos islamitas portugueses e imigrantes ilegais que permanecem em Portugal recolhem fundos da *Zakat* para financiarem as células terroristas?**

Há uma coisa muito interessante na comunidade islâmica portuguesa, é que esta mostra pouquíssimos sinais. A comunidade islâmica portuguesa, quer a primeira geração (veio de Moçambique) quer a variante guineense, mas principalmente os filhos deles, são das comunidades muçulmanas europeias com maior capacidade de integração na sociedade portuguesa, e ninguém sabe o porquê. É uma coisa que vale a pena ser estudada.

A minha teoria, é uma teoria como qualquer outra, é que como eles são todos empresários ou comerciantes, ninguém quer ter problemas. Já sabem que se acontece alguma coisa como aconteceu em Londres é mau para o negócio. Considero que é a própria comunidade que defende os seus interesses. Isto é a comunidade estabelecida dos cidadãos islamitas portugueses.

O problema dos imigrantes volantes ou imigrantes que permanecem em Portugal durante algum tempo é completamente diferente. Aqui sim, recolhem e enviam donativos da comunidade, praticam crimes (tais como, roubos de cartões de crédito), ouvem o Corão em mesquitas clandestinas, entre outros. Portanto, são duas dimensões completamente diferentes. Acho que neste momento é o que acontece.

### **2. Considera que no seio da comunidade islâmica em Portugal existem elementos fundamentalistas?**

O seio da comunidade islâmica não é fundamentalista, pois são comerciantes e empresários, mas é apenas uma pequena parte. Temos de ver a comunidade islâmica guineense, as presenças e os emissários sunitas, da Arábia Saudita e da Síria.

Nos fins dos anos 80, um dos maiores problemas que a comunidade islâmica portuguesa central teve foi, por causa de um elemento Saudita que estava a tentar abrir uma mesquita, na Margem Sul. Portanto, nós podemos dizer que a comunidade central

não é fundamentalista. O mesmo não se pode dizer das pequenas minorias, e muito menos de crepúsculos que estão cá como imigrantes.

Em Portugal existe uma comunidade brutal de trabalhadores volantes, tais como marroquinos e magrebinos no Algarve, em Almada e em Odivelas, e é claro que muitos deles são fundamentalistas. Resumindo, dizer que a comunidade islâmica portuguesa não é fundamentalista, está correto. Dizer que toda a comunidade não é fundamentalista é errado, pelo contrário, existem muitos elementos em Portugal fundamentalistas.

### **3. Considera que em Portugal existem células terroristas islamitas adormecidas?**

Depende daquilo que as pessoas entendem por células terroristas. Se considerarmos que estão adormecidas para fazer um atentado, eu penso que não.

A tipologia do terrorismo islamita é completamente diferente. Há certamente gente em Portugal a recolher dinheiro, a criar bases de dados e a reservar locais, mais concretamente apartamentos, quartos, áreas protegidas. Do mesmo modo que também há pessoas atentas ao comércio legal de armas e explosivos (exemplo: pedreiras). Há ainda indivíduos pregadores, como por exemplo em Londres e em França, a tentar recrutar pessoas que se encontrem desiludidas com a vida na Europa, podendo estes virem a integrar nas fileiras dos terroristas.

Existem múltiplas atividades e todas elas com ligação ao terrorismo. O que é preciso é compreender o que é terrorismo islamita. Este tipo de terrorismo não é uma coisa que exista num determinado território e que nesse mesmo território vá lá fazer um atentado. Esta modalidade de terrorismo é uma coisa muito mais fluida, muito mais dispersa e muito mais confusa.

Atualmente, podemos ter em Portugal um elemento de recuo que tenha cá um santuário e vá recolhendo fundos, para daqui a algum tempo executar um atentado, por exemplo, na cidade de Roma.

### **4. Considera ser mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local? Ou considera que é mais provável um atentado realizado em Portugal por elementos aqui radicados?**

Esta é a questão mais interessante e que toda a gente tenta estudar e com poucos resultados.

Todos os grupos terroristas que cometeram atentados a partir do atentado de Madrid eram grupos, isso pelo menos está identificado, que não tinham qualquer ligação com a Al-Qaeda central. São os grupos que fazem parte do movimento social Al-Qaeda, isto é, são inspirados pela Al-Qaeda mas não têm qualquer ligação. Esses grupos eram



constituídos por elementos da comunidade ou de segunda geração, que é um problema que parece que não temos em Portugal, ou imigrantes.

Os indivíduos que executaram os atentados fizeram-no porque não se sentiam integrados na sociedade, pois tinham problemas, por exemplo: problemas laborais, droga, racismo, entre outros. E chegam a um ponto que passam a estágio superior e executam um atentado.

Eu considero que a probabilidade de ocorrer um atentado em Portugal é tão elevada como em qualquer outro país Europeu. O grande problema reside na presença das comunidades volantes, imigrantes, que não sentem integrados e por alguma razão decidem executar um atentado em nome do Islão.

É um absurdo mas sim pode acontecer.

**5. Como dividiria a comunidade muçulmana portuguesa em termos de características? Há grandes diferenças entre a comunidade tradicional e os imigrantes e possíveis ilegais?**

Sim claro. Há grandes diferenças a vários níveis e interessantes, como eu já referi.

A comunidade islâmica central, tradicional, por um lado, está perfeitamente integrada na sociedade portuguesa e, por outro lado, não se encontra integrada. O que eu quero dizer com isto é que os muçulmanos pertencentes à comunidade portuguesa são moderados; conhecem-se uns aos outros; os líderes controlam, no bom sentido, a comunidade; estudam nas escolas portuguesas; trabalham e têm atividades, normalmente, entre todos eles (comércio, imobiliário), entre outros. Em contrapartida, o que não se vê são sinais de integração, pois raramente se vê um muçulmano num estádio de futebol, nas forças e serviços de segurança, na universidade e a criarem empresas visíveis. Portanto, o nível de integração não é assim tão grande como algumas pessoas dizem.

A comunidade muçulmana em Portugal, aparentemente, parece estável. Esta sociedade é completamente diferente da comunidade que é imigrante, que varia entre o imigrante volante que está à procura de trabalho na construção civil, no pequeno comércio, nos restaurantes indianos, sendo quase todos paquistaneses na tentativa de obter documentos através do casamento ilegal com cidadãs portuguesas. E, realmente esta é uma comunidade completamente diferente que vive, trabalha e recebe precariamente, que não fala a língua e como é óbvio não têm sinais nenhuns de integração. Estes indivíduos encontram-se num nível completamente diferente e que é preciso estar muito atento. Nesta crise global é interessante ver se os elementos vão embora ou se permaneceram cá.

**6. Defende que as medidas implementadas pela União Europeia após 2001 contribuíram para uma cultura de partilha de informações?**

Esta é que é a grande questão. Eu considero que as medidas do ponto de vista teórico estão bem, pois a União Europeia fez um esforço. O problema é muito mais ao nível local, em Portugal não há uma cultura de partilha de informações.

As forças de segurança não partilham a informação, criaram-se algumas estruturas de coordenação, mas não o suficiente. Enquanto não houver partilha de informações a nível, por exemplo: começando pelo nível mais baixo nas bases de dados, partilha das operações e da informação dispersa, o combate ao terrorismo não é eficaz.

O terrorismo islamita atual é um terrorismo que para se investigar depende de múltiplos sinais. Por exemplo: se um indivíduo que aparece espontaneamente vindo de Londres e abre uma loja de internet, ciberespaço, no Martim Moniz, é necessário que alguém esteja atento a esta situação. Além disso, a entidade que poderá detetar isso só poderá ser a força de segurança local, que neste caso é a PSP. Se o indivíduo não cometer num ilícito, nunca será referenciado pela PSP. No entanto, ele pode estar a praticar atos de terrorismo, tais como, a passar informação ou até a fazer *uploads* de *sites*. Além disso, esta formação deve ser passada para o Serviço de Informações de Segurança e/ou para a Polícia Judiciária.

Em suma, o grande problema é que em Portugal não existe uma cultura de partilha de informações e isso constata-se no nosso sistema atual.

**7. No domínio da partilha nacional de informações, considera que há partilha material de informações ou isto só acontece na teoria?**

Estou em crer que há partilha pontual e existem associações. Nomeadamente, o SIS trabalha com o SEF, mas já não trabalha com a PJ. Enquanto, a PSP trabalha ocasionalmente com a PJ.

A estrutura de coordenação de informações contra o terrorismo não tem funcionado muito bem. Deste modo, considero que existem colaborações pontuais, que têm de ser elaboradas para um nível maior, isto é, têm que ser efetivas e permanentes. E isto não se tem verificado.

A partilha de informações tem que ser muito mais abrangente e tem que extravasar as forças de segurança. É necessário que as forças de segurança cooperem, por exemplo, com o Ministério da Educação, pois é preciso cooperar com o bem comum. Ora bem, isto em Portugal é pura ficção científica. Um exemplo muito simples da necessidade de cooperar com o Ministério da Educação é o seguinte: se há um jovem muçulmano, de 15 anos, que já não estuda e anda a escrever a palavra *Jihad* pelas

paredes, é preciso que alguém siga este jovem. É assim que se faz em todo o lado, menos em Portugal.

**8. Após os atentados de 2001 nos EUA, considera que Portugal reforçou os seus esforços no domínio da recolha de informações de segurança?**

Penso que houve uma maior intensificação, mas não houve nenhum reforço especial. Existiu sim, mais atenção ao fenómeno do terrorismo. Considero que não houve um grande investimento em meios tecnológicos, tais como de pesquisa *online*, bases de dados, crime *network*, entre outros.

Em suma, devia existir muito mais investimento em meios tecnológicos.

**9. Defende que deve ser divulgado ou não a estratégia nacional pelo menos nas suas linhas gerais?**

Claro que sim. Só em Portugal é que se continua a discutir isto.

Todos os anos os americanos divulgam a estratégia nacional de terrorismo, a estratégia nacional de combate ao crime organizado e a estratégia contra o *cybercrime*. Note-se que, uma coisa é informação estratégica, que tem de ser totalmente divulgada, ou outra coisa é informação tática.

A divulgação da estratégia contribuiria para um debate que iria percecionar e alertar muito mais a sociedade. Infelizmente, atualmente, quase ninguém pensa assim. Um exemplo muito claro é o seguinte: numa determinada rua, existe um prédio com cerca de sessenta apartamentos T0. E constata-se que todos os dias entram muitos brasileiros para o prédio, encontrando-se a viver oito brasileiros por apartamento. Se a população estiver alertada para estas situações, vai de certeza informar a PSP desta situação. Esta informação não é descabida, pelo contrário, é interessante pois, nesses apartamentos podem estar indivíduos que se encontrem a viver ilegalmente, no nosso país.

A meu ver a divulgação da estratégia nacional contribuiria em muito, essencialmente, para o debate e para sensibilizar a população, não havendo razão nenhuma para existir este secretismo que é bestialmente contraproducente.

**10. Qual a estratégia que defende que seja melhor para a prevenção do terrorismo *jihadista*?**

A estratégia está, obviamente, num nível muito mais geral. E, isto é um problema para nós, uma vez que, isto verifica-se tanto nos elementos muçulmanos como nos elementos das minorias étnicas, sendo a grande questão é como integrá-los.

Em primeiro lugar, a integração passa pela escola. Temos que incentivar os muçulmanos a frequentarem as nossas escolas. Em segundo lugar temos que criar nas

escolas portuguesas, programas especiais de ensino. Em terceiro lugar, a integração passa pelo emprego, porque se o muçulmano tiver emprego, o próximo passo será procurar família, logo o mesmo vai acalmar, isto é basicamente um silogismo. Esta é parte fundamental em que temos de evoluir rapidamente.

Ao nível da investigação de segurança, considero que é necessário, muito, trabalho académico. Primeiro sobre os fenómenos, que permitam extrair informações interessantes, que auxiliem as forças de segurança na definição das suas prioridades. De seguida, é preciso investigar muito e permanentemente, para se poder criar informação de referência. Só assim conseguiremos ganhar um histórico que é importante no apoio das forças de segurança.

É muito interessante analisar os casos, franceses e ingleses. Os franceses estão muito cientes da questão do terrorismo *jiihadista*, repare-se que nunca houve um atentado *jiihadista* desde 2001 em França. Efetivamente, quando começou a despoletar os problemas com os grupos argelinos, nos anos 90, eles reforçaram-se e começaram a conhecer essas comunidades, ganhando deste modo histórico. Na verdade, o histórico acumulado permite controlar este tipo de situações.

Os ingleses em nome do multiculturalismo deixaram as comunidades islâmicas isoladas, basicamente desleixaram-se e deu no que deu.

Parece-me que não há grande segredo sobre isto.

Em Portugal, fazemos uma investigação aleatória. Simplesmente o que se faz é investigar casos pontuais que pareçam interessantes, por outras palavras, o que se faz é investigar fenómenos pontuais que se verifiquem no nosso território, e não pode ser assim.

#### **11. Considera que o sistema de segurança nacional é eficiente no combate ao terrorismo *jiihadista*?**

Estou em crer que temos uma excelente investigação, mas é pontual, temos excelentes investigadores, que conhecem bem os fenómenos. Mas em meu entender o que é realmente preciso é uma estratégia clara, com definição de prioridades. Além disso, é preciso coordenação entre todas as forças de segurança e acumulação de saber. Repare-se que é preciso que um elemento que chega a uma divisão de investigação criminal da PSP, carregue num botão e tenha automaticamente acesso à informação, isto é, apareça logo um histórico.

O que é importante é que exista acumulação de conhecimento, num suporte físico para que esteja acessível a quem precisa dele, não pode estar só na cabeça do investigador. Muito resumidamente a partilha de informações dentro das polícias é muito pessoal.

**12. Deseja acrescentar algo mais, que considere pertinente ou que não tenha sido abordado?**

Não.

### ANEXO 3 – ENTREVISTA AO MESTRE FELIPE DUARTE

**Nome:** Mestre Felipe Pathé Duarte

**Função:** Investigador no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

**Entrevistador:** José Tiago Pereira Moreira (Aspirante a O.P.)

**Data e Hora:** 31 de janeiro de 2012 – 17h00

**Duração:** 45 minutos

**Local:** Centro Cultural de Belém

#### 1. Os cidadãos islamitas portugueses e imigrantes ilegais que permanecem em Portugal recolhem fundos da *Zakat* para financiarem as células terroristas?

É normal que isso aconteça. Tanto quanto se sabe, a nível geral, os imigrantes têm proximidade com determinadas organizações fundamentalistas, e é claro que recolhem fundos da *Zakat*, como é o caso do *Tabligh Jamaat* ou dos movimentos salafistas.

Relativamente a cidadãos islamitas portugueses e imigrantes ilegais confesso que não tenho informação sobre isso. Provavelmente no meio de quarenta mil muçulmanos é possível que existam elementos a recolher fundos *Zakat*, pois isto acontece noutros países. Mas muito honestamente não tenho dados sobre isto, logo não sei se eles recolhem ou recorrem a esse tipo de fundos.

#### 2. Considera que no seio da comunidade islâmica em Portugal existem elementos fundamentalistas?

Sem dúvida que há elementos fundamentalistas. Agora é preciso que se diga uma coisa, o facto de haver elementos fundamentalistas e elementos radicais, não quer dizer que sejam necessariamente violentos.

Na verdade, no próprio Islão há movimentos violentos, nomeadamente o movimento *Tabligh Jamaat* que tem presença cá em Portugal, ou inclusive o *Salafi movement* (movimento Salafista). O *Tabligh Jamaat* nasce efetivamente no Sul Asiático (Índia) e o *Salafi movement* nasce no Médio Oriente. Ambos têm uma dimensão internacional, ou seja, estão espalhados por todo o mundo e por toda a *Umma* (comunidade muçulmana) e, de certa forma competem entre si, não havendo uma grande complementaridade entre os dois. É de salientar que o *Salafi movement* desenvolve-se brutalmente a partir dos anos 70/80, através de altos patrocínios da Arábia Saudita.

Embora as origens do *Salafismo* remontem ao século XIX com *al afghani* e com movimentos reformistas do próprio Islão. À medida que o tempo vai passando eles vão-

se tornando cada vez mais reformistas, mais tradicionalistas e vão crescendo cada vez mais. Isto tudo para dizer que há volta deste dois movimentos, efetivamente, gravitam membros que podem descambar facilmente na violência armada e que estão ligados a células de violência armada. No entanto, o facto de serem fundamentalistas e radicais, não quer dizer que estão associados à violência armada.

No entanto, não podemos excluir que um determinado indivíduo entre num processo de radicalização, através desse tipo de movimentos, e como é óbvio, ficará mais permeável à ação armada e à ação direta.

Em suma, há elementos fundamentalistas em Portugal.

### **3. Considera que em Portugal existem células terroristas islamitas adormecidas?**

Penso que não.

Tanto quanto sei não há indícios. Mais precisamente o que há são indícios de colaboração, tal como o caso da famosa célula *home grown terrorism* do *hoffstad network* (ou gang), tendo um registo diferente da Al-Qaeda. Por outras palavras, esta célula não tem qualquer ligação direta com a Al-Qaeda. Contudo absorve da ideologia do *jihadismo* global. Só por curiosidade, esta célula desenvolveu-se na Holanda e teve como ponto máximo o ano de 2004, pois assassinou o cineasta Theo Van Gogh e planeou assassinar o Sr. Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, durante o Euro 2004.

Existiu também outra célula que foi descoberta em 2008, em Barcelona, que também visava atentados em Portugal e estava ligada ao grupo paquistanês *Tehreek-e-Taliban*, tendo sido radicado com a morte de Machud.

Quanto a células adormecidas, efetivamente Portugal é ponto de passagem ou um ponto de rota. Logo, é muito provável que em Portugal existam pontos de recuo, mas não tenho dados que possam comprovar isso.

O que há em Portugal são casos de financiamentos, de falsificação de documentos (passaportes), casamentos com cidadãs portuguesas, entre outros, isto tudo indicia que pode ter havido movimentação no nosso país. Porém, o que acabei de referir não quer dizer que estaremos em risco.

Estou em crer que o Serviço de Informação de Segurança tem tudo controlado e a própria comunidade muçulmana em Portugal é uma comunidade tranquila, que colabora frequentemente com as autoridades, mais concretamente com o SIS.

Muito resumidamente, embora Portugal não esteja no ponto de mira das células terroristas, está obrigatoriamente na rota de colisão, por diversos fatores: o primeiro por estarmos inseridos na chamada esfera - países do Ocidente, o segundo por estarmos inseridos na União Europeia e o terceiro é por sermos um país membro da NATO.

**4. Considera ser mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local? Ou considera que é mais provável um atentado realizado em Portugal por elementos aqui radicados?**

Sem dúvida que é muito mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local. Com efeito, parece-me que isto está remoto.

**5. Como dividiria a comunidade muçulmana portuguesa em termos de características? Há grandes diferenças entre a comunidade tradicional e os imigrantes e possíveis ilegais?**

A comunidade muçulmana portuguesa é uma comunidade perfeitamente inserida. Aliás, a grande comunidade muçulmana começa com a imigração de muçulmanos vindos de Moçambique, e por exemplo estes imigrantes têm uma forte comunidade *Shiita* de maioria ismaelita. Repare-se que estes indivíduos têm uma cultura totalmente diferente do movimento Salafista, que é *Sunita*.

A comunidade muçulmana portuguesa é uma comunidade que está perfeitamente integrada e parece-me que controla razoavelmente bem os seus muçulmanos. Não se pode comparar esta comunidade com outras comunidades da Europa. Por exemplo: a comunidade de muçulmanos de Espanha e de França que advém sobretudo da imigração Magrebina. Ou no caso da Alemanha que a imigração muçulmana advém essencialmente da Tunísia. Ou mesmo do Reino Unido que a imigração muçulmana advém principalmente do Sul da Ásia, mais precisamente do Paquistão. Fique claro que com estes exemplos, não estou a identificar quais são os elementos radicais ou os elementos violentos.

O que eu quero dizer com isto tudo é que nesta imigração cria-se um caldo cultural que pode potenciar a ação armada. Por exemplo, a situação clássica entre aquela geração que vive no chamado “limbo identitário”, ou seja, são indivíduos de segunda ou terceira geração de origem muçulmana (filhos ou netos de muçulmanos) que vieram da terra natal e não se conseguem inserir na cultura dos seus pais/avós, nem se conseguem inserir na cultura anfitriã.

Toda esta problemática parte sobretudo de um caso de não integração e de dificuldades identitárias. Perante esta situação, estes indivíduos estão altamente premiáveis, acabando por ingressarem na criminalidade, e inclusivamente, muitos deles nem sequer têm um passado muçulmano.

Entretanto o que lhes surge é uma realidade de pacotilha, ou seja, dão-lhes um pacote e uma realidade. Exemplo: incutem nestes indivíduos que existe alguém que é o culpado deles se encontrarem naquela situação. Neste caso, dão-lhes um sentimento de pertença dum movimento e incutem-lhe que a missão deles é salvar esse mesmo



movimento. Constatase que há um deslumbramento, há um processo de radicalização, há um afastamento da realidade com alienação mas com sentimento de pertença. Daí, para haver violência armada o passo é relativamente pequeno. Repare-se que isto acontece sobretudo nos países que há pouco referi. Em Portugal não tanto, pois estamos a falar de quarenta mil muçulmanos que estão perfeitamente inseridos na sociedade.

O perigo latente está sempre presente. Todavia, comparando com outros países penso que estamos num patamar bastante inferior. No entanto, há o risco da auto radicalização, quer dizer a chamada *jihad* branca, isto é, são indivíduos de origem ocidental que entram no caminho da *jihad*. Ora bem, isto já foi de certa forma cerceado com a morte de *Answar Awlaki* do Iemen.

Fazendo um pequeno contexto, o *jihadismo* global assenta em dois vetores: o primeiro é a provocação do inimigo, o inimigo com receio vai para o seu território e comina no seu sangramento. Nota-se aqui uma pura estratégia de subversão armada com ações de guerrilha (passa-se no Afeganistão e no Iraque). Paralelamente a isso há outras formas de ação, que também têm uma vertente subversiva mas que têm como principal alvo os países ocidentais onde não houve frente aberta *jihadista*. Para este tipo de ação não é necessária uma cadeia de controlo. Aqui basta uma mensagem que tenha como objetivo a democratização da *jihad*. Exemplo: basta que um determinado indivíduo, tenha um computador e acesso a como fazer uma bomba e auto radicaliza-se, realizando um atentado. Especificamente é o que tem acontecido em Portugal nos últimos 6/7 anos.

A estratégia da *jihad* não precisar de uma cadeia de comando foi pensada por Al-Suri, sendo denominada pelos americanos com “*leaderless jihad*”. O intuito é ter uma *Al-Qaeda/jihad* como um sistema e não como uma organização. O objetivo é não só passar despercebido aos países que combatem a guerra global do *jihadismo* (países ocidentais) mas também criar uma *Al-Qaeda* sem cúpulas, que se mova baseada em orientações ideológicas que possam ser transmitidas através da Internet.

Isto tudo para dizer que o Awlaki era um americano que como falava muito bem a língua inglesa, sabia como chegar ao Ocidente e passar a mensagem *jihadista* em linguagem ocidental.

Retomando à questão, não creio que Portugal esteja tão permeável como esses países da Europa que eu referi.

## **6. Defende que as medidas implementadas pela União Europeia após 2001 contribuíram para uma cultura de partilha de informações?**

Defendo que sim, sem dúvida. E vou mais além, penso que mais partilhas haviam de haver.

**7. No domínio da partilha nacional de informações, considera que há partilha material de informações ou isto só acontece na teoria?**

Esta é uma grande questão.

Muito francamente, não sei como é que se está a processar a partilha nacional de informações. Mas, penso que havia mais partilha se houvesse uma fusão dos serviços de informações e obviamente se criássemos uma polícia nacional única. Em meu entender só assim será possível efetivar o sistema de segurança interna, canalizando-se toda informação, respondendo a uma cadeia de comando única.

Estou em crer que havia muito mais partilha se o SIS e o SIED se fundissem num só sistema. Pois, na própria passagem de um compartimento para outro, já há perda de informação. O atentado de 11 de setembro de 2001 teve sucesso devido a uma falha que foi essencial para a concretização do atentado, que foi a falta de partilha de informação entre o FBI e a CIA e mesmo dentro da própria CIA. Uma vez que tudo indicava que havia a iminência de um atentado brutal nos EUA da autoria da Al-Qaeda.

Gostava de o alertar para uma coisa que me parece importante que é a expressão do islamismo. O conceito ocidental de islamismo é a decadência do islamismo que é o *jihadismo*. O islamismo não visa necessariamente a violência, é um conceito criado pelos ocidentais para poderem conceptualizar e trabalhar academicamente o Islão ativista, isto é, o Islão como dimensão política. Tal como a chamada “primavera árabe”, que se resume nas vitórias de grupos islamitas que não visem necessariamente a violência armada. Dentro do Islamismo há indivíduos que consideram que a melhor forma de aplicar os princípios do Islamismo são através da violência armada, isto sim é o *jihadismo*.

Não podemos associar o *jihadismo* ao Islão. Pois, isso é uma retórica que os *jihadistas* procuram para atacar o Ocidente. Esta minoria afirma que o Ocidente está contra o Islão, encontrando aqui uma forma de se isolarem. Outra forma de combate, para além de combater a dimensão ideológica e doutrinal, é sobretudo precaver as informações que como sabemos são cruciais. Ninguém vai combater um atentado, o que se vai fazer é prever o atentado e para isso é necessário ter informações.

**8. Após os atentados de 2001 nos EUA, considera que Portugal reforçou os seus esforços no domínio da recolha de informações de segurança?**

Penso que sim.

Embora, muitas vezes, se tenda a desvalorizar 2001 como uma espécie de paradigma das relações internacionais que não foi, embora se tenha dado esse cunho. É evidente que existiu todo um discurso à volta do conceito segurança, que mudou completamente. Em particular, os EUA gastaram milhares de dólares em *intelligence* e

mesmo em questões de segurança global, que tiveram como resultados a prevenção de vários atentados.

No caso específico português sem dúvida que nos reforçamos. Veja-se logo a perspectiva do conceito segurança. Tivemos a exteriorização da segurança externa e a interiorização da segurança interna, deixando de haver a separação do conceito de segurança.

Em suma, todos os conceitos de segurança foram alterados. Portanto, a partir daqui as coisas ao nível político foram alteradas com base nisso.

## **9. Defende que deve ser divulgado ou não a estratégia nacional pelo menos nas suas linhas gerais?**

Defendo que as linhas gerais devem ser divulgadas. Todavia, essas linhas gerais não podem ser perniciosas no desempenho das operações.

Estamos a chegar a uma conclusão que o Estado, por um lado é demasiadamente pequeno para os problemas da segurança, note-se que estes problemas são demasiadamente exteriores e internacionais e como tal têm de se coligar, ao nível da UE e da NATO. Por outro lado, o Estado é demasiadamente grande para lidar com situações de terreno, de rua, de vigilância e de segurança humana. A chave para isso reside em seguir o exemplo de outros países, como por exemplo implementar a *community intelligence*.

Em meu entender é necessário informar a população que a segurança se rege por dois vetores, um vertical e um horizontal. O vetor vertical é que a segurança parte do mundo até ao cidadão. O vetor horizontal é o vetor que toca em todos os níveis, desde a economia ao ensino, entre outros.

Chegamos à conclusão que o Estado não tem capacidade para abarcar tudo isto logo, necessita da colaboração de todos os cidadãos. Para isso é preciso consciencializar os cidadãos das questões da segurança, isto é, não é retirar papel ao Estado mas sim, passar uma dimensão securitária para o exercício da cidadania.

Para as pessoas poderem integrar o programa da *community intelligence*, é preciso que tenham conhecimento de quais são as ameaças estratégicas, para estes se poderem dirigir a um posto policial e dizerem quais são os riscos que correm.

Resumindo, as linhas gerais devem ser divulgadas, desde que não coloquem em causa a dimensão operacional e tática.

**10. Qual a estratégia que defende que seja melhor para a prevenção do terrorismo *jihadista*?**

A chave para a prevenção do terrorismo *jihadista* não está tanto na dimensão do terrorismo, está mais na dimensão ideológica e doutrinal. Portanto, para se combater a *jiha*d é preciso perceber a sua dimensão ideológica. Porém, para se prevenir o terrorismo é preciso recolher e partilhar informações. Mas nunca caindo no preconceito e na paranoica securitária.

**11. Considera que o sistema de segurança nacional é eficiente no combate ao terrorismo *jihadista*?**

Até ao momento penso que sim.

Há coisas que a meu ver se poderiam melhorar, nomeadamente, relativas à questão que ainda pouco falamos, que é a temática da desmistificação e partilha de informações estratégicas.

Por fim, há pouca informação sobre esta temática. O que posso dizer é que até ao momento a prevenção tem sido eficaz, pois ainda não houve nenhum atentado *jihadista*.

**12. Deseja acrescentar algo mais, que considere pertinente ou que não tenha sido abordado?**

Não.

## **ANEXO 4 - ENTREVISTA AO MAJOR-GENERAL RODOLFO BEGONHA**

**Nome:** Major-General Rodolfo Begonha

**Função:** Aposentado do Exército e Professor na Universidade Lusíada, na Licenciatura de Políticas de Segurança

**Entrevistador:** José Tiago Pereira Moreira (Aspirante a O.P.)

**Data e Hora:** 27 de fevereiro de 2012 – 10h00

**Duração:** 1h

**Local:** Clube Naval militar

### **1. Os cidadãos islamitas portugueses e imigrantes ilegais que permanecem em Portugal recolhem fundos da *Zakat* para financiarem as células terroristas?**

A teoria diz que a diáspora de muitos países muçulmanos tem sempre uma facção de islamitas radicais que tem uma certa tendência para passar para ações de terrorismo. Embora essa evolução da passagem de indivíduos que têm trabalho e família normais para chegarem a terroristas, possa ser um longo caminho. Existe uma orientação de muitos grupos terroristas no sentido de enviarem agentes dinamizadores para fazerem recrutamento nas comunidades dos vários países da Europa, e também com certeza, em Portugal tentarão fazê-lo se para isso tiverem oportunidade.

Sob o ponto de vista teórico há sempre um perigo dessas células pequenas passarem à ação, e basta uma célula pequena para o fazer. Normalmente têm o apoio de indivíduos que pertencem a facções mais radicais ou não, porque podem não pertencer a uma facção radical mas dar apoio. Portanto, estamos sempre na iminência, em qualquer país, de que um indivíduo resolva passar a ação. Por exemplo, se você e eu quisermos colocar uma bomba na zona dos Restauradores, temos todo o tempo para pensar, para organizar e para colocar a bomba.

Portanto é um tipo de ação para que temos de estar sempre atentos e devemos montar todos os dispositivos possíveis para que isso não aconteça. O apoio financeiro é mais fácil e reveste variadas formas. Uma delas é através das instituições religiosas e das instituições de solidariedade social, outra através da internet.

### **2. Considera que no seio da comunidade islâmica em Portugal existem elementos fundamentalistas?**

É muito difícil de dizer se existem ou não.

A resposta a essa pergunta deve ser dada pelos serviços de informações que têm obrigação de estudar as ameaças em permanência, e saber se existem dentro da comunidade islâmica. Se, por exemplo, existem líderes religiosos que muitas vezes

incitam à violência, e sabe-se que o líder religioso tem uma enorme influência sob o ponto de vista espiritual, moral, ético e de orientação. Por esta razão, as pessoas dentro da sua religião, de uma forma geral, têm uma grande tendência para obedecer e para seguir as orientações dos chefes religiosos. Logo, na minha opinião, eles são extremamente importantes neste processo.

É tarefa fundamental dos serviços de informações, verificar se dentro da comunidade islâmica existem fenómenos sociológicos, políticos ou psicológicos, no sentido de aparecerem radicais que sejam capazes de passar ao terrorismo. Quando as motivações são políticas, mas também raciais e étnicas, o problema complica-se extraordinariamente. Isso tem acontecido nos países muçulmanos. No entanto, não se deve meter no mesmo processo todos os países muçulmanos.

As células que possam aparecer no sentido de exercerem uma ação ameaçadora devem ser identificadas e acompanhadas, bem como os respetivos chefes. Trata-se de uma ação permanente dos serviços de informações. Não lhe posso dar uma resposta muito clara porque não estou dentro dos serviços de informações e não sei a que conclusões chegaram.

Quando os serviços de informações se organizam para montar um acompanhamento de possíveis grupos radicais têm que decidir sobre a melhor forma de o fazer em termos de técnicas, e é importante conseguir observadores dentro das áreas em que precisamos de saber o que se passa, num sentido de defesa contra o terrorismo e proteção dos interesses nacionais.

### **3. Considera que em Portugal existem células terroristas islamitas adormecidas?**

Se elas estão adormecidas podem acordar a qualquer altura.

As células adormecidas existiram e existem. No tempo da guerra fria, por exemplo, os serviços de informações da ex - União Soviética, que atingiram um grande nível técnico, tinham células adormecidas em muitos países, existindo muita informação e literatura sobre este assunto. Mas, neste caso, não me parece que seja tão importante porque se trata de comunidades por vezes muito fechadas e onde o recrutamento pode não ser muito difícil. E isso relaciona-se com o grau de integração e com a perceção de discriminação sentida pela comunidade em causa. Não podemos deixar de estar atentos para detetar a evolução das diferentes comunidades. Existem estudos sobre as formas de radicalização no seio de comunidades islâmicas na Europa que não deixam de ser preocupantes. Felizmente que, em Portugal, a situação se apresenta distinta e que o grau de integração parece ser muito maior.

Qualquer grupo terrorista, por determinada razão, pode instalar-se num determinado país, num caso, ou surgir a partir de descendentes de imigrantes. Neste caso porque alguns destes podem sentir-se, de certa forma, discriminados, outros terão tendência para não se integrarem, por razões de identidade ou dificuldades de aceitação de leis ou preceitos religiosos. E aqui parece-me vital o sistema de educação!

Quando começam a criar uma certa reação em relação ao meio onde vivem, podem voltar-se contra as respetivas instituições e ultrapassar limites legais. Por exemplo, no caso das comunidades que residem em Londres, em tempos atrás, foram acolhidos terroristas que vinham de Marrocos ou de outros países do Norte de África, num espírito de grande tolerância, recebendo asilo caso se comprometessem a ficar sem ação ativa no país. Parece ter sido um erro. Neste momento existem vídeos a circular na internet relativamente a manifestações de imigrantes de países muçulmanos em Londres, com cartazes que são perfeitamente inadmissíveis. A liberdade de expressão tem limites, um deles será, por exemplo, o incentivo à prática terrorista.

Os textos que se leem nos cartazes das manifestações em Londres, são impressionantes, chegando ao ponto de fazerem um incentivo a ações criminosas e violentas contra a sociedade. Este tipo de situação já aconteceu em França e na Alemanha, que são países que têm comunidades islâmicas numerosas e que por isso têm de ter muita atenção. Primeiro, porque são normalmente muitas pessoas, segundo porque o grande problema é saber se há um processo de integração ou não, terceiro porque é preciso saber se têm tendência para, por exemplo, fazer um gueto e relacionar-se com diversas áreas da Europa.

Em Portugal um ponto de atenção serão os líderes religiosos dessas comunidades que por vezes vêm do exterior e exercem grande influência, pelo que é preciso saber qual a orientação que a estão a dar. Principalmente aos jovens das comunidades muçulmanas que residem em Portugal. Todavia, considero que não há evidência de especial preocupação, parecendo que o processo de integração dessas comunidades se desenvolve de forma regular e pacífica.

Portugal é um país com grande percentagem de imigrantes e que, de uma forma geral, os acolhe bem. Por conseguinte, a comunidade islâmica em Portugal não tem, na minha opinião, qualquer razão para ficar com qualquer intenção violenta relativamente ao meio em que se insere, porque as leis são aplicadas para todos e têm de ser acatadas por todos.

**4. Considera ser mais provável um atentado terrorista realizado por elementos vindos de fora com apoio local? Ou considera que é mais provável um atentado realizado em Portugal por elementos aqui radicados?**

A questão é que não me parece que Portugal, neste momento, seja um alvo de atentado terrorista, o que não quer dizer que não possa haver um atentado terrorista ou atentados terroristas quando existem alguns interesses em jogo. Especificamente, em Portugal já tivemos alguns atentados. Lembro-me de um caso mediático de um atentado no Algarve, de uma facção política vinda do Médio Oriente, não visando Portugal, e que ocorreu quase em frente do Dr. Mário Soares. Outro caso, que passou nas televisões de todo o mundo, foi um atentado numa embaixada do Médio Oriente, em Lisboa, em que a polícia portuguesa conseguiu eliminar os terroristas, o que colocou Portugal num alto lugar na luta antiterrorista.

Enfim, eu diria que neste momento não há ação terrorista previsível. Mas se surgir um interesse muito importante para alguém, ou organização, no sentido de efetuar uma ação violenta relativamente a um alvo em Portugal, esta não deixará de ser levada a efeito. Quer dizer, se existir um lugar simbólico, que constitua um alvo selecionado por um grupo terrorista, poderá acontecer, quer por dentro ou de fora.

Mas temos de ser realistas, se vier de fora, não parece difícil entrar em Portugal, realizar um estudo do ou dos alvos, tratar da colocação de um engenho explosivo, que é o mais fácil e que origina os efeitos pretendidos, desencadear a ação e sair rapidamente, numa noite estarão em França!

Os efeitos são a provocação de medo, a divulgação na imprensa local e na imprensa mundial, e portanto estamos sempre na contingência de um acontecimento deste tipo. Como compreende, não se pode estar a planear um atentado terrorista e avisar toda a gente antecipadamente. Por conseguinte, tem que se ter cuidado, em termos técnicos, com as medidas contra-terrorismo, onde as informações desempenham um papel primordial no estudo das ameaças. Sendo uma característica moderna o estreitamento da fronteira entre ameaça externa e interna.

Resumindo, neste momento não me parece que haja algo desse género, mas esse facto não dispensa todo o cuidado e trabalho nas medidas de contra-terrorismo.

**5. Como dividiria a comunidade muçulmana portuguesa em termos de características? Há grandes diferenças entre a comunidade tradicional e os imigrantes e possíveis ilegais?**

Já fiz algumas referências sobre esse assunto. Penso que a comunidade muçulmana é diversificada e existem nela grandes diferenças, isto é, não se trata de uma



comunidade totalmente homogénea. Como sabe, existem ações violentas gravíssimas em alguns países entre, por exemplo, *Sunitas* e *Shiitas*, entre sistema político laico ou religioso, ou emprego de violência ou de meios democráticos.

A característica que me parece aqui importante é que a comunidade muçulmana de uma forma global em Portugal é pacífica e ao que tudo indica não tem entrado, aparentemente, em manifestações violentas. Isto para dizer que, é uma comunidade que faz a sua vida normal, respeitando as leis do país.

A comunidade, em Portugal, não é igual à que existe noutros países, com grupos radicais, mais ou menos conhecidos, e onde existem pessoas que se opõem violentamente ao sistema de vida do país onde vivem. O sistema de vida do Ocidente é difícil de compreender para muitos muçulmanos que foram criando ao longo de séculos determinados costumes. Como sabe também, é um problema delicado, pois a religião e a política misturam-se na evolução, isto é, na religião cristã há uma certa tendência, desde o início, para separar o religioso do laico, o que não aconteceu com os islamitas. Nesta religião, muitos colocam no mesmo patamar o chefe político e o chefe religioso, porque entendem que a religião é completamente abrangente.

## **6. Defende que as medidas implementadas pela União Europeia após 2001 contribuíram para uma cultura de partilha de informações?**

Depois de 2001, se você for estudar a evolução dos serviços de informações, constata que uma quantidade de países do mundo e, não só na Europa e EUA, introduziu grandes alterações e reformulações nos serviços de informações, porque estes são a melhor ferramenta para combater o terrorismo. Trata-se aqui de sabermos onde a ação terrorista vai ter lugar, obviamente, antes da bomba explodir. Isto tudo para dizer que os serviços têm de ser pró-ativos, embora haja uma certa tendência em Portugal para a justiça ser reativa e não pró-ativa, o que não deve ser o caso das forças de segurança e serviços de informações.

A União Europeia preocupa-se, naturalmente, com as chamadas novas ameaças, com os efeitos perversos das tecnologias, bem aproveitadas pelos terroristas, e com os diversos tipos de terrorismo...

Relativamente aos serviços de informações, a nível mundial, houve uma quantidade de países que se esforçaram para melhorar os seus serviços de informações. A partilha de informação é hoje considerada absolutamente vital, porque o terrorismo possui células espalhadas pelos vários países, muitas delas com contactos e ligações entre si. Sendo um fenómeno global exige resposta também global.

Reitero que é fundamental que exista uma partilha de informações para controlar os grupos radicais, não há outra solução melhor. Constata-se que tem havido uma

evolução na coordenação e na partilha de informação, o que deve continuar, pois só assim podemos ter alguma melhoria dos níveis da segurança relativamente à luta antiterrorista.

**7. No domínio da partilha nacional de informações, considera que há partilha material de informações ou isto só acontece na teoria?**

A História indica-nos que a tendência, em todos os países, é que cada serviço tem a sua “quinta” e não gosta muito de dar informações aos outros. O principal motivo desta constatação poderá ser o receio de poder prejudicar a investigação em curso, ou de que os «louros» do êxito possam recair noutro serviço. As pessoas de um serviço não gostam de dar essas informações no meio de uma investigação, portanto há uma clara tendência de corporativismo relativamente às informações. Esta mentalidade tem de ser alterada e penso que tem vindo a ser alterada. Todavia, leva o seu tempo porque é necessário fazer um trabalho de conjunto, independentemente de se saber quem é que «descobre» primeiro. Estes atritos entre as organizações por serem uma tendência são difíceis de resolver, mas devem ser resolvidos e portanto deve haver uma ação forte no sentido de que essa partilha de informações seja feita.

A teoria das informações diz que a informação necessária tem de chegar a quem precisa dessa informação, só a quem precisa e sempre atempadamente.

Relativamente à partilha nacional de informações, a História recente das informações que saíram na imprensa nacional demonstrou-nos a existência de problemas complicados dentro dos serviços de informações. Além disso, assistimos a posição das autoridades políticas no sentido de tentar reformular o serviço nacional de informações.

As medidas desagradáveis que vieram na imprensa e que deram origem a processos, dentro e fora dos serviços, originaram grandes discussões que foram divulgadas pela imprensa. Em minha opinião, estes acontecimentos são muito inconvenientes para o prestígio e funcionamento dos serviços de informações pois, debilitam os serviços e, portanto, são de lamentar.

Julgo que entrámos no caminho certo e que temos condições para tentar melhorar aquilo que é necessário melhorar.

As últimas alterações conhecidas apresentam-se no sentido de melhorarem a partilha de informações a nível nacional. Mas não esqueçamos que tem de ser uma ação permanente, que depende muito dos responsáveis dos serviços, que devem ser cuidadosamente escrutinados, eticamente indiscutíveis, respeitadores rigorosos das leis, e também dos políticos, correndo-se sempre o risco de que muitos pouco percebem de informações.

**8. Após os atentados de 2001 nos EUA, considera que Portugal reforçou os seus esforços no domínio da recolha de informações de segurança?**

Eu tenho alguns artigos publicados na revista da Ordem dos Advogados, relativamente aos atentados de 2001, e que lhe podem dar a minha ideia, de como é que eu vejo a questão.

O primeiro artigo foi-me pedido logo depois do atentado, o segundo cinco anos depois e, o terceiro dez anos depois. Deve ler no sentido de saber o que eu penso do contra terrorismo, porque se trata de uma luta global que exige medidas em muitas áreas. Por exemplo, quanto a alteração de mentalidades que diminuam o recurso ao terrorismo visando matar o maior número possível de inocentes, caso da Al – Qaeda, há que incidir em áreas como a educação e a instrução dos países, o que não se pode fazer em pouco tempo, mas parece-me que justifica a existência de um plano estratégico de ação psicológica, no sentido de alteração de mentalidades e caminho para a democracia, cuja discussão parece ter acelerado.

É uma ação de longo prazo também no sentido dos chefes religiosos não incentivaram à luta violenta.

Há quem diga que é possível compatibilizar o islamismo com a democracia e há quem diga o contrário. O caso da Turquia, onde funciona uma democracia, (quer entrar na União Europeia) parece servir de exemplo para outros países árabes. A Indonésia é muçulmana e a democracia parece funcionar, embora se verifique que as comunidades cristãs são muito perseguidas, tal como em África, o que não deve ser tolerado. Ainda há pouco tempo tivemos a situação dos soldados americanos que queimaram os livros do Corão mas ignoravam que isso representava uma grande ofensa. Por isso é que os americanos, a certa altura, enviaram antropólogos com os soldados, para estes evitarem cometer erros por ignorância de princípios e costumes das populações onde se inserem. Os soldados têm de estar preparados para isso. Esta ação da queima dos livros levou a que o presidente dos Estados Unidos tivesse de vir pedir desculpas.

Face a tudo o que foi apresentado é fundamental conhecer as características de cada comunidade. A comunidade islâmica também tem de ter cuidado com o local para onde emigra e se instala e tem de saber que tem que respeitar a legislação em vigor nesses países. É uma ação a longo prazo e que deve ser estudada e orientada sob as regras básicas da democracia, das constituições e da ONU, que mantém orientação global no sentido do respeito dos direitos de liberdade e garantias.

Os esforços de coordenação dos serviços de informações e das forças de segurança em Portugal, adicionado ao aumento de troca de informação com organizações externas devem ser considerados positivamente, mas podem não ser suficientes.

**9. Defende que deve ser divulgado ou não a estratégia nacional pelo menos nas suas linhas gerais?**

Eu não sei se existe uma estratégia nacional para o nosso país. É uma necessidade que muitos apontam para Portugal.

A estratégia nacional deve ser abrangente, deve ir a todas as áreas. Uma coisa é a estratégia de defesa e segurança e outra coisa é a estratégia nacional global que implica todas as ameaças e outros interesses fundamentais. Qualquer país tem assuntos que devem ser conservados secretos, pois a sua divulgação resulta ou pode resultar em grandes prejuízos nacionais. Mas há outros aspetos que interessa que sejam divulgados, porque as pessoas têm que saber quais são as direções a seguir e as respetivas prioridades. Todos compreendem que num mundo crescentemente competitivo não se podem divulgar negócios com antecedência sob pena de se perderem. O que é preciso é haver uma estratégia nacional global e coordenada em todas as áreas. Veja o caso de Portugal, que se encontra numa situação económica e financeira que põe em causa a soberania nacional.

A estratégia global significa que para o país, em todas as áreas, devem existir planos estratégicos, isto é, visões a longo prazo e responsabilização, matéria em que os portugueses não são fortes. O grande problema assenta na área da justiça, o que tem enormes consequências negativas nas empresas, nas relações de sociedade, na criminalidade, etc. etc.

Na minha opinião, a estratégia tem de abranger todas estas áreas e como isso não é fácil, não tem sido feito, por exemplo, a estratégia de segurança e defesa nacional foi só militar. Por outro lado, não se pode divulgar aquilo que os terroristas querem saber, há que haver essa cautela. O melhor é o desconhecimento por parte dos terroristas sobre a organização que têm pela frente.

**10. Qual a estratégia que defende que seja melhor para a prevenção do terrorismo *jihadista*?**

Eu julgo que já respondi em parte, mas como já disse, devia ler isso nos meus artigos, que referi, porque respondem claramente à sua questão. Há que planificar uma estratégia global, no sentido de conseguir uma melhor coordenação entre serviços de informações. É fundamental para qualquer país acompanhar todos os possíveis grupos radicais que surjam e, a longo prazo, realizar ações no sentido de verificar se não existem sintomas de radicalização que possam surgir nas nossas comunidades. É preciso evitar e eliminar possíveis injustiças ou discriminações nas comunidades de emigrantes e dar-lhes algum apoio.

A questão da relação entre os serviços de informações de todos os países é fundamental. Em termos de relações externas temos de ter conhecimento de determinadas ações que têm lugar em alguns países. Os que apoiam grupos terroristas e outros que revelam incapacidade de controlo e organização das próprias comunidades internas, pelo que constituem uma grande preocupação internacional, porque se tornam numa ótima área para que os terroristas se instalem com à vontade, incluindo facilidades no tráfico de droga. Esta não é mais do que uma forma de captação financeira. Não esquecendo que o Afeganistão é o primeiro produtor mundial de heroína.

Além das informações, cada país tem que implementar toda uma série vasta de medidas de segurança interna.

**11. Considera que o sistema de segurança nacional é eficiente no combate ao terrorismo *jihadista*?**

Quando é montado um sistema de segurança, as medidas de segurança respetivas foram estudadas, certamente, com as limitações impostas pelas verbas disponíveis. A tecnologia, que está sempre a mostrar evolução, é dispendiosa. Há que permanentemente ter presente o custo/eficácia.

Uma das áreas que tem vindo a crescer bastante tem sido a da segurança privada. Embora existam fortes limitações legais ao seu emprego em Portugal, não deixa de contribuir para um melhor nível de segurança global nacional. Hoje existem diretores de segurança qualificados em muitas empresas. Tive a honra de participar, como professor, no primeiro curso de diretores de segurança, e que foi organizado pela Universidade Lusíada.

O crime organizado tem vindo a representar uma ameaça crescente. Os meios necessários nunca são suficientes. Temos muito que fazer para melhorarmos este verdadeiro combate, em todos os níveis, começando pela justiça que reputo de prioridade urgente, passando pela formação das forças de segurança e dos serviços de informações e por repensar a organização geral, privilegiando a coordenação. Apesar de dificuldades e obstáculos variados, parece-me que a segurança, no campo que temos vindo a tratar, tem vindo a melhorar.

**12. Deseja acrescentar algo mais, que considere pertinente?**

Apenas um ponto. A comunicação social divulga permanentemente assaltos a pessoas, a farmácias, a ourivesarias, a bombas de gasolina, a residências de estrangeiros no Algarve, a residências por todo o país, e muitos casos destes à mão armada. É natural que a perceção de insegurança da população tenha vindo a aumentar. É imperioso que o país preserve o valor da segurança, fator importantíssimo, por todas

as razões, e também para o desenvolvimento económico num país em que o turismo representa um valor enormíssimo nas receitas. Considero merecedor da maior atenção o tempo de chegada das forças de segurança quando um cidadão necessita de socorro, e o aumento da pro-atividade das mesmas nas relações de proximidade que deviam ser objeto de profunda reflexão.